

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**Claudio Moureira**

**COOPERATIVISMO EM CRISE: O CASO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA  
SAMBORJENSE LIMITADA (COTRISAL)**

**São Borja  
2015**

**Claudio Moureira**

**COOPERATIVISMO EM CRISE: O CASO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA  
SAMBORJENSE LIMITADA (COTRISAL)**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Sociais-Ciência Política da Universidade  
Federal do Pampa, como requisito parcial  
para obtenção do Título de Bacharel em  
Ciências Sociais-Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

**São Borja  
2015  
Claudio Moureira**

**COOPERATIVISMO EM CRISE: O CASO DA COOPERATIVA TRITÍCOLA  
SAMBORJENSE LIMITADA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciências  
Sociais-Ciência Política da Universidade  
Federal do Pampa, como requisito parcial  
para obtenção do Título de Bacharel em  
Ciências Sociais-Ciência Política.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 01 de Dezembro de  
2015.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin  
Orientador  
UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudete Robalos da Cruz  
UNIPAMPA

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Susana Cesco  
UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTO**

Neste dia de fundamental importância em que chegamos ao final de mais um estágio no caminho do conhecimento, quero expressar minha imensa gratidão primeiramente a Deus por ter me proporcionado saúde e força para superar as dificuldades e vencer os obstáculos durante o percurso dessa graduação.

A Universidade Federal do Pampa Campus São Borja, ao seu corpo docente, direção, administração, técnicos administrativos e funcionários, que oportunizaram a abertura da porta que hoje vislumbro um horizonte de conhecimento superior, composto pela acendrada confiança no mérito e ético aqui presente.

Aos Professores Mestres e Doutores dos quais tive a oportunidade de receber as suas aulas, Ângela, Augusto, Claudete, Claudio, Daniel, Davide, Edson, Evandro, Keli, Lauren, Muriel, Ronaldo, Thiago, Walter e Yáscara.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Cláudio Júnior Damin, pelo suporte ao longo do tempo que lhe coube, pelas suas correções, pela sua confiança e incentivos fundamentais para que pudéssemos vencer os desafios dos quais nos permitiram que chegássemos aqui.

Também quero explicitar minhas congratulações especiais a minha mãe Ilda Moureira Soares que soube cumprir com a missão de ser mãe e pai ao mesmo tempo me tornando o ser que sou hoje, aos meus irmãos e suas respectivas famílias: Flávio e sua esposa Vera e filha Gabriela, Ana Flavia e João Manoel e seus filhos Alison, Samuel, Lauriane e sua filha Sophia; Claudiomiro e sua namorada Sheila, a todos eles agradeço pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Outras pessoas de suma importância, e das quais não poderia me furtar de lhes agradecer por hoje esse sonho se tornar realidade, primeiramente aos amigos e ex-colegas de trabalho, Antônio Ávila Weber o qual no dia em que lhe falei da tão sonhada e almejada conquista da vaga na UNIPAMPA, me transmitiu tamanha felicidade por ser a notícia mais feliz daquele dia. Também constam nessa listagem, Altamir, Elisângela, Sandra que sempre me proporcionou incentivos no sentido de ir em busca do conhecimento e aprendizado, e para tanto, me propôs a possibilidade de ir à UNIPAMPA realizar minha matrícula, por fim ainda em continuidade da referência aos ex-colegas Jardel, João Gomes, Joicemar, Genilson, Gerônimo, Joel Carvalho, Tania, Tiago, Vera, Veridiane e Graciela.

A todos os associados da COTRISAL, em especial aos senhores ex-gestores Ney Duarte do Amaral, José Newton Falcão, Sérgio Mendes Muniz, Hermes Pereira Primo, Wilson Andrade, e aos atuais liquidantes Evandro Noremberg e Irineu Maag. De igual magnitude e valor quero agradecer a todos os Amigos, Amigas e Colegas da turma de Ciências Sociais – Ciência Política que ingressaram aos 12 dias de março do ano 2012, especificadamente ao Alessandro Almeida da Silva, Antonio Claudio da Silva e Janete Machado dos Santos; que juntos nós quatro formamos o grupo denominado de “BASE ALIADA” por termos aliados todas as nossas forças, metas, sonhos e desejos de realizarmos e vencermos todos os desafios e por recompensa, honra e méritos chegarmos ao final desse curso.

A vocês do grupo “BASE ALIADA”, meu muito obrigado por fazerem parte da minha vida acadêmica, e reafirmo que a nossa Amizade será eternizada e que além da Universidade poderão sempre contar com esse Amigo aqui.

Aqui nesse ponto registro para efeitos de reconhecimento, que no dia 08 de fevereiro de 2012 no interior da UNIPAMPA em meio a muitas pessoas, imbuídas do mesmo propósito, ou seja, de conquistar e sacramentar formalmente a matrícula, dentre as muitas pessoas que mantive os primeiros contatos e que posteriormente viemos a nos tornarmos amigos e colegas, refiro-me a Janete Machado dos Santos e ao Bruno Nabolotnyj Nunes, que partilhávamos naquele instante dos mesmos anseios e felicidades ao iniciarmos a caminhada acadêmica. Também sou grato as amigas Mirela Ferreira e Kica Bogo pela compreensão, pelas dicas e sugestões que me foram muito úteis para a produção desse trabalho de conclusão de curso.

E aos Advogados e Doutores Claudio e Lucas, registro aqui o meu agradecimento pelo auxílio fundamental para que se pudesse chegar à conclusão desse trabalho.

Contudo, não chegaria ao atual momento se não tivesse tido a coragem de reconhecer que eu estava doente, e que necessitava de auxílio profissional da psicologia, falo hoje com certeza que tudo isso foi possível das realizações graças a Deus acima de tudo, aos amigos, colegas, familiares e uma pessoa que fora de extrema magnitude nesse momento primordial que é a Doutora em Psicologia Camila Krause Righi, profissional que soube de forma terapêutica me propiciar subsídios motivacionais necessários para que as transformações positivas em minha vida das quais se tornaram realidade ao passo que decisões foram sendo tomadas. E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Quando as injustiças sociais atingem o clímax e a indiferença dos governantes pelo povo que estorcega nas amarras das necessidades diárias, sob o açodado dos conflitos íntimos e do sofrimento que se generaliza, nas culturas democráticas, as massas correm às ruas e às praças das cidades para apresentar o seu clamor, para exigir respeito, para que sejam cumpridas as promessas eleitoreiras que lhe foram feitas... Já não é mais possível amordaçar as pessoas, oprimindo-as e ameaçando-as com os instrumentos da agressividade policial e da indiferença pelas suas dores. O ser humano da atualidade encontra-se inquieto em toda parte, recorrendo ao direito de ser respeitado e de ter ensejo de viver com o mínimo de dignidade. Não há mais lugar na cultura moderna, para o absurdo de governos arbitrários, nem da aplicação dos recursos que são arrancados do povo para extravagâncias disfarçadas de necessárias, enquanto a educação a saúde, o trabalho são escassos ou colocados em plano inferior. A utilização de estatísticas falsas, adaptadas aos interesses dos administradores, não consegue aplacar a fome, iluminar a ignorância, auxiliar na libertação das doenças, ampliar o leque de trabalho digno em vez do assistencialismo que mascara os sofrimentos e abre espaço para o clamor que hoje explode no País e em diversas cidades do mundo. É lamentável, porém, que pessoas inescrupulosas, arruaceiras, que vivem a soldo da anarquia e do desrespeito, aproveitem-se desses nobres movimentos e os transformem em festival de destruição. Que, para esses insequentistas, sejam aplicadas as corrigendas previstas pelas leis, mas que se preservem os direitos do cidadão para reclamar justiça e apoio nas suas reivindicações. O povo, quando clama em sofrimento, não silencia sua voz, senão quando atendidas as suas justas reivindicações. Nesse sentido, cabe aos jovens, os cidadãos do futuro, a iniciativa de invectivar contra as infames condutas... porém em ordem e em paz”.

Divaldo Pereira Franco

## RESUMO

O presente trabalho irá tratar da relação do cooperativismo com o desenvolvimento econômico e social, em especial na cidade de São Borja. Foram coletados dados do impacto da existência das Cooperativas, iniciando uma análise regional e, posteriormente, passando ao âmbito local. Para estas análises foram buscadas referências em teóricos das Ciências Sociais, no que tange ao cenário da Ciência Política. Irá apresentar a trajetória histórica, bem como o atual processo de autoliquidação, da Cooperativa Tritícola Samborjense Limitada – COTRISAL –, localizada no município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul e que é um dos polos de produção agrícola do Estado, tendo sido reconhecida, entre outros títulos, como “Capital do Linho”. Identificam-se fatores que levaram a atual situação de autoliquidação, avaliando e apresentando o desempenho da COTRISAL desde a sua fundação. Para tanto, realizou-se um estudo de caso embasado em dados que foram adquiridos através de uma revisão histórico-institucional. Além disso, o trabalho proposto terá a apresentação de gráficos e tabelas que ilustram a importância da Cotrisal para o desenvolvimento social e econômico de São Borja, durante o seu período de funcionamento. Outros dados apresentados tratam da situação econômica crítica vivenciada atualmente pela entidade e a relação dos associados com o momento. Por fim, faz-se uma análise dos pontos de acerto e de erro evidenciados durante a existência da Cotrisal.

**Palavras-Chave:** Cooperativismo; COTRISAL; Crise econômica e social; Autoliquidação.

## **ABSTRACT**

This paper will address the cooperative's relationship with the economic and social development, especially in São Borja. Impact data were collected from the existence of unions, beginning a regional analysis and subsequently passing the local level. For these analyzes were sought theoretical references in the social sciences, with respect to the scenario of political science. Will present the historical trajectory and the current process of self-assessment of the Cooperative Tritícola Samborjense Limited - COTRISAL - located in the municipality of West Frontier of Rio Grande do Sul and it is one of the state's agricultural production centers, having been recognized, among other titles, such as "Capital of Linen". They identify factors that led to reverse the current situation, evaluating and presenting performance COTRISAL since its founding. To this end, there was a case study grounded in data that has been acquired through a historical and institutional review. In addition, the proposed work will be the presentation of graphs and tables illustrating the importance of Cotrisal for social and economic development of San Borja, during its operation period. Other data presented deal with the critical economic situation currently experienced by the entity and the relationship of the associates with the moment. Finally, it is an analysis of setpoints and error evidenced during the existence of Cotrisal.

**Keywords:** Cooperatives; COTRISAL; Economic and social crisis; Reverse.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL – Trigo (1971-2009).....	56
Gráfico 2 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL – Sorgo (1971-2009).....	57
Gráfico 3 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL – Soja (1971-2009).....	58
Gráfico 4 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL – Milho (1971-2009) .....	60
Gráfico 5 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL – Arroz (1971-2009) .....	62
Gráfico 6 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL – Linho (1971-2009) .....	63
Gráfico 7 – Recebimentos de produtos pela COTRISAL (1971-2009).....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Balanço Patrimonial Passivo .....	80
Tabela 2 – Ativo Circulante .....	72

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Lista de Devedores Trabalhistas de São Borja .....	88
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACC – Antecipação de Contrato Cambial

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

COAGRIJUL – Cooperativa Agrícola Jaguari Limitada

COAPECAB – Cooperativa Agropecuária da Região de Casa Branca

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOCEREAIS – Cooperativa Samborjense de Cereais

COOLÃS – Cooperativa de Lãs Missioneira

COMTUL – Cooperativa Mista Tucunduva Limitada

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COTRIJUI – Cooperativa Agropecuária & Industrial

COTRIMAIO – Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Limitada

COTRISA – Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo

COTRISAL – Cooperativa Tritícola Samborjense Limitada

EBC – Empresa Brasil de Comunicação

EGF – Empréstimos do Governo Federal

FEPAM – Fundação de Proteção Ambiental

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PPC – Projeto Político-Pedagógico

SC – Sacas

TON - Toneladas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.2 Procedimentos Metodológicos.....	20
<b>2 COOPERATIVISMO: SIGNIFICADO, TRAJETÓRIA E CRISE</b> .....	21
<b>3 O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, E SUAS DIFICULDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS</b> .....	433
<b>3.1 Nascimento da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada</b> .....	48
3.1.1 Ata de Constituição da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada .....	47
3.1.2 Lista de sócios fundadores da nova cooperativa .....	48
3.1.3 Documentos e Registros .....	50
3.1.4 A Nova Denominação .....	51
<b>4 MOVIMENTAÇÃO DE GRÃOS NOS DEPÓSITOS DA COTRISAL: DE 1971 A 2009</b> .....	53
4.1 Produção Triticola.....	53
4.2 Sorgo .....	54
4.3 Produção Sojícola.....	56
4.4 Milho .....	59
4.5 Produção Orizícola .....	61
4.6 Linho .....	62
4.7 Análises Gerais dos Produtos Recebidos pela COTRISAL de 1971 a 2009 ...	64
<b>4.8 A Chegada da Crise Financeira</b> .....	68
4.8.1 Balanço Patrimonial – Passivo .....	69
4.8.2 Balanço Patrimonial – Ativo Circulante .....	77
4.8.3 A Autoliquidação .....	81
4.8.4 Ações Trabalhistas: o grande problema da COTRISAL .....	88
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>ANEXOS</b> .....	98

## 1. Introdução

São Borja em outrora concebeu em seu meio social cerca de quatro cooperativas do ramo agropecuário de grande e notória atuação, sendo elas: Cooperativa Samborjense de Cereais – COOCEREAIS<sup>1</sup>. Também a Cooperativa de Lãs Missioneira – COOLÃS<sup>2</sup> e a Cooperativa Agrícola Imembuy<sup>3</sup>. E por fim a única que ainda resiste as adversidades econômicas, administrativas e sociais, a Cooperativa Tríticola Samborjense Ltda – COTRISAL (1956), enfrentando o processo de auto liquidação voluntária. Todas essas instituições tiveram fundamental importância para que a agricultura e o agronegócio se expandissem e consolidassem no município em questão.

A referida cooperativa pertencente ao ramo agropecuário concentra as suas operações com base na produção de grãos, advindos de culturas diversas tais como o cultivo de arroz, milho, soja, trigo, sorgo, azevém, entre outras. Esta instituição deteve considerável atuação frente à cultura tríticola e tendo o seu surgimento registrado no ano de 1956.

Quando se fala em cooperativa, logo se tem em mente a ação da qual se está tratando, em uma sociedade onde integrantes unem-se com um propósito em comum. O simples fato da ausência dessa união é determinante para que tal efetivação, no caso de ação individual, seja muito difícil ou até mesmo impossível frente aos obstáculos impostos pela competitividade existencial, dependendo do ramo em que a cooperativa será inserida.

A COTRISAL nasceu com a preocupação de um corpo social, instigado também com o desenvolvimento e expansão da agricultura, pois naquele momento da criação da cooperativa a política de compra das produções agrícolas apresentava-se preocupante e desfavorável.

Na segunda metade de 1950, a pecuária que até então era dominante no perímetro rural de São Borja, começou a dar espaço para a agricultura, com o

---

<sup>1</sup> A Coocereais funcionou entre os anos de 1945 e 2000. Resultante de um processo de autoliquidação, é adquirida em leilão e composta por um grupo de produtores, os quais inauguraram a COOMAX Cereais.

<sup>2</sup> A Coolãs realizou atividades entre os anos de 1954 até por volta de 1997, quando posteriormente é adquirida em leilão pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação de São Borja e que hoje abriga sua sede.

<sup>3</sup> A Imembuy exerceu atividades de 1962 a 2014, ano que esta Cooperativa em meio à crise econômica se transforma em Sociedade Anônima, sendo incorporada a um grupo empresarial, tornando-se uma empresa privada e passando a denominar-se Imembuy Alimentos S.A.

surgimento das primeiras cultivares de linho, trigo e arroz, as quais tinham as suas localizações próximas dos rios Butuí e Icamaquã.

Resultantes do crescimento das áreas e da produtividade, os produtores depararam-se com a problemática da ausência de locais para armazenarem suas safras, as quais ficavam a mercê das intempéries oriundas da ação do clima e do mercado comprador, instigando a ambição e a ação de compradores que vinham de outras regiões com o intuito de adquirir a produção local por um preço ínfimo quando comparado à proporção do resultado obtido na lavoura.

A atual crise financeira e social pela qual passa a COTRISAL teve o seu início efetivo em meados do ano 2009, causando importante impacto no município, tendo sido uma das principais organizações contribuintes para o desenvolvimento do município de São Borja, uma vez que através de seus sócios manteve uma gama de serviços prestados a comunidade em geral.

Dentre estes serviços estão: locais para armazenagem das produções dos associados e também de não sócios; criação de fábrica de óleo de linhaça - posteriormente mudou-se para fábrica de óleo de soja, que também fora extinta -; laboratório de análises e certificações de sementes.

Outros serviços vão desde supermercado, loja de peças, farmácia veterinária, fábrica de rações, assistência técnica e financeira aos produtores associados, engenho de beneficiamento de arroz e realizações de simpósios e seminários, abordando assuntos de interesse, principalmente, de associados, mas também sendo proporcionado a todos os demais interessados.

No transcurso dessa dificuldade, a meta central das direções que passaram por esse período foi centrado no enxugamento da cooperativa, contenção de despesas, demissões, desativação de serviços prestados, busca de alternativas e receitas junto a credores e demais instituições, com o intuito de auxiliar no enfrentamento da crise.

O interesse pela temática do cooperativismo está ligado à exposição de forma a contemplar a ciência e a academia, por meio da análise da dimensão oriunda do problema gerado por essa crise social e financeira, a qual atingiu uma cadeia produtiva, pois não somente a instituição em si, assim como o agronegócio, associados, funcionários e fornecedores que tiveram, de alguma forma, prejuízos causados por essa dificuldade institucional instaurada na COTRISAL.

Este estudo tem como objeto a Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda, localizada no município de São Borja/RS abrangendo uma visão temporal do período compreendido entre 2009 até 2015, sobre a crise que assolou essa cooperativa, buscando novas discussões frente a literatura, no intuito de investigar e colaborar para que surjam novas propostas de trabalho referentes a essa problemática.

A importância desse estudo está centrada no conhecimento das bases teóricas, fortalezas e debilidades dessa cooperativa para que possa servir a novas propostas acerca de um novo formato de sociedade cooperativa da qual se faça mais eficaz, atuante e menos vulnerável as dificuldades que possam ser resultantes dessa união.

A justificativa que norteou esse estudo de caso está intrínseca ao Projeto Político-Pedagógico do curso de graduação em bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política (2015), na pg. 17, o qual diz o seguinte: “(...) o trabalho do cientista político é mais do que o exercício da política; é o estudo do Estado e das outras instituições políticas, da administração pública e da ação do governo,” – seguindo a exposição do PPC (2015) pg. 17 – “assim como dos meios de comunicação, do comportamento e da atitude dos movimentos sociais e dos partidos políticos, bem como seus programas e processos eleitorais.” Portanto, o acadêmico entende que dedicar-se ao estudo do cooperativismo, é empreender um exercício de compreensão sobre o modo como a sociedade civil organizada buscou estabelecer diretrizes para o desenvolvimento local e a influência das políticas públicas na efetivação desses objetivos.

Considera-se de suma importância que esta problemática seja analisada cientificamente por se tratar de uma instituição que tem impactos fundamentais e inerentes à sociedade e a economia local. Por isso, a intenção central deste Trabalho de Conclusão de Curso é de realizar uma discussão entrelaçada pelo estudo de caso com o intuito de produzir material para que, posteriormente, venha fazer parte de uma publicação editorial de nível científico visando servir de base, propondo novas discussões a respeito do tema “cooperativismo”.

A motivação norteadora da referida investigação analítica, se pautará nos impactos dos quais a crise já instalada proporcionou a COTRISAL, além da consequente perda de credibilidade no seu campo de atuação. Com a necessidade também de se perceber como a ausência da atuação e confiança por parte dos

sócios gerou os prejuízos já consolidados, resultantes dessa situação, a ponto de refletir na continuidade da cooperativa e encaminhá-la a atual situação de autoliquidação.

Realizou-se um estudo de caso, com análise quantitativa e qualitativa dos dados adquiridos através de uma revisão histórico-institucional, por meio de documentos, dentre eles atas, planilhas de produtividade, demonstrativos contábeis e recortes de reportagens jornalísticas relacionados a Cooperativa Triticola Samborjense Ltda – COTRISAL, do município de São Borja/RS.

Neste sentido, propôs-se um estudo de caso, apresentando a situação em que a organização cooperativa ora citada vivencia, elencando alguns pontos norteadores para o desenvolvimento do trabalho acadêmico.

Os objetivos específicos vão desde a análise dos fatores que levaram a atual crise vivida pela instituição, perpassando também pela obtenção de um diagnóstico fidedigno da realidade do grupo societário que ainda atua e acredita no sistema de cooperativa para o desenvolvimento mútuo dos indivíduos envolvidos propiciando a prática da economia solidária.

Economia solidária nesse primeiro momento, remete a uma alternativa frente as disfunções resultantes do modelo capitalistas adotados pelas empresas as quais não fazem parte do cooperativismo, e que visam a acumulação e concentração de capital.

Outras objetivações para o estudo de caso contemplam a ação de avaliar e apresentar o desempenho da COTRISAL desde a sua fundação, ou seja, trazendo para o presente em forma de resgate histórico os feitos bem-sucedidos, bem como as ações equivocadas e destacá-los para que as novas sociedades no modelo econômico e social de cooperação possam utilizá-los ou não.

E para a contemplação e realização de tal proposição, se faz necessário analisar desde questões estatutárias, documentos que servem como regras e diretrizes da COTRISAL, assim como livros, obras, informativos, discursos constados em atas, bem como a “Lei do Cooperativismo”, a qual está sob o número 5.764, registrada em 16 de dezembro de 1971, e que tem por finalidade definir a política em território nacional, embasando civil e criminalmente o corpo social das cooperativas.

Conforme o entendimento obtido, derivado da literatura analisada, se pode concluir que a missão e visão de uma cooperativa, perante a sociedade é auxiliar

propiciando o desenvolvimento das atividades que possam garantir uma maior agregação no âmbito da riqueza ou capital de giro além da busca do mútuo crescimento e desenvolvimento tanto do quadro associativo quanto da entidade associativa. A visão atual é de ir mais além, ou seja, propiciar em forma de estudo mais aprofundado e com embasamento científico sobre a grave crise que assola a COTRISAL. Entende-se por “crise<sup>4</sup>” segundo o dicionário *on line* Michaelis, como uma transformação de forma inesperada, que atinge estruturas e instituições no seu pleno desenvolvimento. Os efeitos originados por esta ação abrupta obrigam a instituição atingida a reorganizar-se, culminando no seu enxugamento social e financeiro.

Proporcionar a sociedade em geral os aspectos sociais e também sugerir aos futuros gestores de novas cooperativas a serem construídas, que este trabalho lhe possa ser útil, no intuito de colaborar como uma investigação resultante de falhas e erros que devem ser evitados, para que uma crise sócio financeira não acabe com o espírito cooperador, e que este não se extinga.

Com relação à crise social, esta fica evidenciada no momento em que uma sociedade de cooperativados não consegue o entendimento ao passo de solucionar os problemas econômicos.

Já a crise financeira é perceptível ao passo que se tem um valor disponível para ser empreendido e este não é suficiente para o cumprimento das metas dessa sociedade. Em síntese: se investiu mais e se recebeu menos, ao passo que os cooperativados se utilizaram de todos os serviços disponíveis e elencados anteriormente prestados pela cooperativa, (supermercado, loja de peças, farmácia veterinária, fábrica de rações, assistência técnica e financeira aos associados, engenho de beneficiamento de arroz, simpósios e seminários), mas no momento de receber pelas ações empreendidas pela entidade, não se verificava tamanha eficácia, pressuposto pela ausência de um planejamento nas cobranças mais próximo da realidade e saúde financeira de cada associado.

---

<sup>4</sup> Segundo o dicionário Michaelis *on line*, a palavra crise significa: cri.se sf (gr *krisis*) 1 Med Momento decisivo em uma doença, quando toma o rumo da melhora ou do desenlace fatal. 2 Med Alteração súbita, comumente para melhora, no curso de uma doença aguda. 3 Momento crítico ou decisivo. 4 Situação aflitiva. 5 fig Conjuntura perigosa, situação anormal e grave. 6 Momento grave, decisivo. 7 Polít Situação de um governo que se defronta com sérias dificuldades para se manter no poder. Desta forma, podemos ligar as definições 3, 6 e 7 com relação ao estudo de caso proposto. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=crise>. Acesso em 18 dez. de 2015.

Quanto à importância desse diagnóstico, que o mesmo esteja literalmente ligado ao pleno desenvolvimento econômico de uma região, que tem por alicerce os índices de economia onde, em seu Produto Interno Brasileiro – PIB – destaca-se no cenário agropecuário, sendo de fundamental dimensão a atuação de uma cooperativa no município detentor de desenvolvimento agrícola.

Em conformidade com Sen (2000), a supressão da autonomia econômica pode propiciar a ausência de liberdade social, do mesmo modo que a exiguidade de soberania social ou política pode de igual forma constituir a privação de liberdade econômica.

Ainda de acordo com a autora, é imprescindível destacar alguns pontos com base nos estímulos econômicos e na produtividade mundial de alimentos. A referida teórica expõem que, houve um crescimento nos índices de produções mundial de alimentos, em meio a uma pré-disposição na diminuição dessa produção frente ao processo de crescimento da população do planeta, acontecendo simultaneamente a desvalorização dos preços dos alimentos a nível mundial, mais específico dos principais cereais.

E isso, com base no que diz Sen (2000), se reflete claramente nos índices de cultivo nas lavouras pelo mundo todo, no momento em que o produtor não sente confiança e incentivo nos preços a serem praticados mais adiante, somado aos altos custos no momento da implantação da lavoura para a produção desses cereais podendo culminar na diminuição de área e conseqüente na queda de produtividade.

Portanto, objetiva-se a explanação e apresentação do questionamento central, que se dará em função do por que a Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda – COTRISAL – chegou a essa situação: o que realmente teria motivado a atual situação vivenciada frente ao mercado competidor em meio ao sistema capitalista avassalador. Penso, enquanto acadêmico e cidadão que vivencia a situação de perto, ser de suma importância esse estudo de caso, e que este possa contribuir na elaboração de políticas públicas mais incisivas e diretas ao setor cooperativo do Brasil.

De acordo com Alcântara (2005) pg. 16, a capacidade do pesquisador propõe discussão que tem por objetivo contemplar teoria social e resultados analíticos já produzidos, com relação à praticidade da atividade cooperadora, inter-relacionando com as teses das políticas públicas.

São várias as questões exploratórias as quais estão relacionadas com as frustrações de safras, causando prejuízos resultantes da ausência de condições climáticas para o cultivo da lavoura. Outra questão é o papel do associado que, depois de contrair dívidas junto à instituição, no momento de usufruir os serviços prestados pela cooperativa e no momento da colheita, levavam a sua safra para a cooperativa, para a contemplação de seus créditos, ou seja, questiona-se a existência da interação dos sócios junto a sua cooperativa.

Por fim, uma terceira via é o fato dos problemas administrativos decorrentes da perda, ausência ou subterfúgio de receitas uma vez que isso reflete nos índices de depósitos das principais safras dentre elas arroz, milho, soja, trigo e sorgo, nos armazéns da cooperativa.

## **1.2 Procedimentos Metodológicos**

Na divisão do trabalho de conclusão de curso, optou-se por três capítulos, o primeiro contemplará uma sucinta investigação com base no significado do termo cooperativismo, o surgimento internacional trazendo para o contexto brasileiro, a chegada desta forma de organização ao estado do Rio Grande do Sul e limitando ao município de São Borja.

Quanto às referências bibliográficas, identificaram-se algumas obras existentes no acervo bibliográfico da Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja dos quais foram utilizadas inicialmente como fontes da pesquisa. Para a realização da produção textual, também se fez necessário o embasamento teórico além da busca do significado do cooperativismo em dicionário, com a colaboração de alguns autores, dentre eles, Hobsbawm que tratará do conceito sobre a Revolução Industrial, ocorrida nos séculos XVIII e XIX na Europa.

Como fonte de estudo comparativo, será abordado o estudo de Benetti sobre o endividamento do cooperativismo, através de um estudo de caso observando a Fecotrigo e CentralSul, no espaço temporal de 1975 a 1983. Também será parte do embasamento teórico, Büttgenbender, especialista em cooperativismo e professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

Outras fontes bibliográficas que compõem o Capítulo I são pesquisa em sítios eletrônicos da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB –, os princípios da aliança cooperativa postos em destaque pela Aliança Cooperativa Internacional –

ACI –, assim como a discussão realizada por Schneider sobre as sete proposições do cooperativismo.

No segundo e terceiro capítulos, serão apresentadas análises contando com a contribuição de forma expositiva das atas, dentre elas a “Ata de Fundação da COTRISAL”, planilhas que em forma de gráficos demonstram em valores os índices de recebimento de safras no período de 1971 a 2009, recortes de jornais no sentido de colaborar com a pesquisa e também explanação do termo autoliquidação, embasado na Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, dando ainda outras providências.

Outro ponto fundamental que será apresentado no transcorrer do Capítulo II são os planos e metas do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, na década de 1950, o qual realiza uma explanação dos propósitos para os diversos setores e campo de atuação do Governo no Brasil, e em especial no sentido de aumentar a produtividade de trigo e elevar os espaços para armazenagem, por meio da política agrícola.

Em síntese, comporá o Trabalho de Conclusão de Curso, introdução, apresentação e localização do objeto relativo ao estudo de caso, investigações de ordem bibliográficas, com o objetivo de expor conceitos e teorias que englobem o setor cooperativo, confrontando com a realidade local, na contemplação positiva ou negativa das questões exploratórias, e por fim, as considerações finais e a apresentação das referências bibliográficas utilizadas para o cumprimento efetivo do trabalho.

## **2 Cooperativismo: Significado, Trajetória e Crise**

O termo cooperativismo na literatura apresenta várias definições, porém conforme o Dicionário da Língua Portuguesa apresenta-se da seguinte forma:

sistema econômico e social em que a cooperação é a base sobre a qual se constroem todas as atividades econômicas (industriais, comerciais, etc.). O cooperativismo insiste na primazia da pessoa humana, na economia e na cooperação de todos para a consecução do bem comum. (MICHAELIS, Dicionário Online, 2009).

Desta forma, segundo o dicionário, o cooperativismo visa a atuação das pessoas nele inseridas por meio das relações sociais e econômicas, objetivando um

melhor e igualitário desenvolvimento resultante da cooperação. A ação de cooperar, segundo Büttenbender (2008), é registrada desde os primeiros formatos de organização entre os seres humanos, desde o surgimento da primeira cooperativa há 150 anos: a Cooperativa de Rochdale, em 1844, na Inglaterra, resultante das desigualdades sociais geradas aos trabalhadores ingleses, em meio a Revolução Industrial, tendo uma grande rede de instituições cooperadoras em todo o mundo.

Decorridos 150 anos desde a criação da primeira cooperativa, já se contabiliza mais de 700 mil delas em todo o mundo e representam a possibilidade de superar dificuldades em torno de necessidades e objetivos comuns à classe trabalhadora, de diferentes categorias profissionais. A cooperação está presente na sociedade desde as mais primitivas formas de organização dos seres humanos. (BÜTTENBENDER, 2008, p. 7)

Em conformidade com Büttenbender (2008), desde o surgimento da primeira cooperativa já se tem um número que supera as 700 mil instituições cooperativas em todo o mundo com o intuito da contemplação das carências e metas pertinentes aos trabalhadores neste contexto inseridos.

Com a inserção de ideias cooperativistas, segundo Büttenbender (2008), estas não estão condicionadas aos aspectos legais ou formais.

As possibilidades de aplicação das ideias cooperativistas não estão limitadas às dimensões legais ou formais da sociedade, e, portanto, podem trazer contribuições fundamentais para a transformação das relações de trabalho e melhoria da qualidade de vida da população. (BÜTTENBENDER, 2008, p. 7).

As relações que envolvem a sociedade oportunizam benefícios de fundamental importância para a modificação do cenário em relação às atividades profissionais, visando melhores níveis de progresso e dos padrões de vida da população. Em sua fundamentação inicial, Büttenbender (2008) faz referência ao liberalismo de mercado:

Numa época em que o mundo experimenta um processo de profundas transformações, e que as sociedades regionais passam a estabelecer relações globalizadas, o liberalismo de mercado se expressa diretamente pela competitividade e o triunfo de novas relações entre os indivíduos. O ambiente das cooperativas passa a vivenciar novas formas de organização. (BÜTTENBENDER, 2008, p. 9).

Diante das constantes metamorfoses que o mundo sofre, o mercado liberal se manifesta frente às competições e conquistas resultantes das novas afinidades entre

os indivíduos. E com esse cenário as cooperativas passam a vislumbrar inovações frente ao novo formato de associação.

Na sequência, o autor menciona que:

O cooperativismo tem se apresentado, na sociedade pós-moderna, como uma das formas mais inovadoras de organização do trabalho e da distribuição mais igualitária do poder e da renda. Surgido formalmente na segunda metade do século 19, auge da Revolução Industrial, o cooperativismo tem assumido formas e papéis cada vez mais importantes no desenvolvimento da sociedade. (BÜTTENBENDER, 2008, p. 9)

Conforme Büttenbender (2008), o cooperativismo apresenta-se, para as sociedades pós-modernas, como sendo um formato inovador em relação à organização do trabalho e de igualdade, no compartilhamento do poder e da renda. Com o seu surgimento percebido na sua formalidade, em plena Revolução Industrial, na segunda parte do século XIX, o cooperativismo tem adotado formatos e atribuições de maior relevância na evolução da sociedade.

O cooperativismo, segundo Schneider (2012), tem a sua gênese graças ao movimento operário e suas ideologias:

O cooperativismo deve sua origem ao movimento operário e a um movimento de ideias. A cooperação, como forma de ajuda mútua, esteve presente ao longo de toda a história da humanidade, tanto na Antiguidade mais remota, quanto no tempo do Império Romano, na Idade Média e no início da Idade Moderna. Porém, a cooperação mais sistemática nasce com as cooperativas modernas. Estas surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. (SCHNEIDER, 2012, p 254).

A colaboração no formato de ajuda mútua vem sendo presenciada desde os primórdios da historiografia da humanidade, englobando os períodos temporais tais como Império Romano, Idade Média e no surgimento da Idade Moderna.

Já a cooperação, ainda com base em Schneider (2012), surge com as cooperativas modernas, as quais entram em cena no período quando o espírito solidário nos indivíduos estava desaparecendo quase que na sua totalidade em função do capitalismo desenfreado oriundo da industrialização.

Ao transcorrer da contemporaneidade, o cooperativismo tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento das regiões nas quais ele está inserido. Com as diferentes modalidades de atuação, permite com que os indivíduos possam ter voz e ação de forma equânime.

O Capital social tem uma peculiar característica conforme Putnam (2006):

Uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato de que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. (...) A confiança é um componente básico do capital social. (PUTNAM, 2006, p. 180).

Em suma o capital social conforme o autor citado anteriormente, é caracterizado de forma inerente pois, se está remetendo a confiabilidade, diretrizes e redes de convívios sociais. Geralmente o capital social é o responsável pela constituição de um patrimônio de uso comum a todos, que nele estejam ligados, diferentemente do capital tradicional, o qual é remetido comumente ao uma propriedade privativa.

Sem a presença da confiança segundo Putnam (2006), dificilmente uma sociedade em forma de cooperação se desenvolverá ou atenderá suas demandas de forma eficaz.

Segundo essa linha de raciocínio de Putnam (2006):

Geralmente é necessário haver cooperação – entre o Legislativo e o Executivo, entre os operários e os administradores, entre os partidos políticos, entre o governo e a iniciativa privada, entre as pequenas empresas e assim por diante. (...) A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. (PUTNAM, 2006, p. 180).

Conforme o nível de confiabilidade mútua entre os indivíduos envolvidos na sociedade, será a intensidade da cooperação entre as pessoas e instituições, pois a cooperação é quem produzirá a confiança de uma para com a outra.

Segundo a interpretação de Freitas (2006), em relação ao conceito de cultura política relacionada aos autores Almond Y Verba, os quais são considerados como referências da contemporaneidade, e esses autores, de acordo com a análise de Freitas (2006), construíram uma tríade de tipos primordiais de cultura política que são eles, cultura política paroquial, cultura política de sujeição e cultura política de participação.

No entendimento de Freitas (2006), a cultura política paroquial refere-se à inexistência de atribuições e entidades políticas, e que se assemelham com as funções de natureza econômica ou religiosa.

A segunda tipificação de cultura política, buscada em Almond Y Verba por Freitas (2005), refere-se à sujeição a qual endossa que a compreensão, sentidos e análises voltam-se para o sistema político, responsável pelas decisões, com a pré-disposição a passividade e correspondendo aos governos autoritários.

E por fim, o terceiro tipo de cultura política que Almond Y Verba destacam, que Freitas (2006) traz para a discussão, e que está mais intrinsecamente ligada ao presente trabalho de conclusão de curso, se refere a cultura política de participação e que tem a sua caracterização das sociedades e suas concepções, convicções e pareceres com base no sistema político, e objetivam além do sistema, o posicionamento de cada indivíduo envolvido.

Com base em Alexis de Tocqueville, Frey (2000) em seu artigo científico, realiza a exposição acerca do poder local relacionado às associações, podendo-se concluir que a massificação do discurso e opinião pública, centralização do poder podem ameaçar a autonomia do cidadão. A descentralização é condição fundamental para a democratização política além das associações e partidos políticos.

E de acordo com a interpretação de Frey (2000), embasada em Tocqueville na constituição da democracia, define a sociedade civil, interesses individuais e coletivos implicando na exigência como política social; sendo apoiados em laços de solidariedade resultantes da prática de participação e salvaguarda do bem comum.

Neste ponto acredita-se ser fundamental fazer referência aos conceitos de políticas públicas. E também conceitos relacionados ao cooperativismo, para mais adiante entender seu surgimento e modelos de gestão.

De acordo com o Secchi (2012), política pública é uma orientação criada com o objetivo de confrontar uma questão de ordem pública. Secchi (2012) detalha o significado de uma política pública, sendo posto como uma proposição à ação ou inércia de alguém, as ações ou inércias resultantes dessa direção também compõem a política pública.

Ainda conforme o autor, a política pública é constituída de dois fundamentos estruturais: intencionalidade pública e resposta a um problema público. Em síntese, Secchi (2012) quer endossar que, a motivação para a implementação de uma política pública é a intervenção e solução de uma problemática julgada como comum ao coletivo e de considerável relevância.

Ainda segundo o autor supramencionado, seja qual for a explicação acerca do significado de uma política pública, chama a atenção para as biografias específicas a respeito desse assunto, que não existe uma concordância com relação a conceituação no que diz respeito a uma política pública.

Segundo Rossi (2010, p. 28), “no Brasil, o cooperativismo popular ganhou dimensão político-institucional com o desenvolvimento da economia solidária”, uma vez que associa os produtores e não somente os fornecedores ou clientes. Mais adiante (p. 30) a mesma autora refere que “a institucionalização parece ser, portanto, o caminho adotado pela economia solidária, sendo exigida a criação de um marco legal que atenda as especificidades dos empreendimentos populares”.

O modelo de gestão sugerido no segundo dos sete princípios do cooperativismo (os quais serão expostos e explanados na sequência do Capítulo II a partir da pg. 35) ressaltará que a administração decorra de forma democrática, na qual as ações não dependem de políticas externas, e a cada associado da cooperativa corresponde um voto. Os cooperativados deliberam em assembleia a qual é soberana, o planejamento em que a sua cooperativa deverá se pautar.

Com relação ao cooperativismo, os autores Vivian e Gorgen (2009)<sup>5</sup> expõem posicionamentos referentes ao significado de uma cooperativa, dando seus pareceres sob a importância da instituição cooperadora frente ao público alvo, que no contexto literário englobou os camponeses organizados. De acordo com o que já se tem como explanação, exposta por meio do entendimento do pesquisador, e que está de acordo com o que pensam Vivian e Gorgen (2009), estes endossam uma das funções principais que uma cooperativa tem de servir, ou seja, perpassar os campos tanto da economia quanto administrativo.

Com o intuito de sanar ou dirimir os entraves corriqueiros que surgem no interior, seja da sociedade ou de seus associados, refletindo no interesse comum a todos e não nas particularidades de cada um. Por isso, há a necessidade da existência de uma repartição estrutural no campo jurídico, situação que está regulamentada pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que enfoca o cooperativismo. Portanto esse âmbito, visa a organização de forma coletiva

---

<sup>5</sup> Autores do capítulo denominado As Formas de Organização Social e Econômica – o Cooperativismo e o Trabalho Base. Obra literária pertencente ao Instituto Cultural Padre Josimo, publicada em 2009.

envolvendo pontos principais, a produtividade agrícola, o ato de comercializar bem como o processamento do produto na indústria.

Dentro de uma cooperativa, esforços que envolvam a união ou a aplicação de tecnologias, englobando todo o seu público alvo, são de suma importância pois a divisão, desunião ou individualismo tornará a eficácia e desenvolvimento do sócio muito difícil, principalmente para o que dispõem de pouco capital financeiro. Se a maioria decide que devem trabalhar conjuntamente, englobando os campos das aptidões, conhecimentos e recursos financeiros, com certeza os objetivos mútuos são atingidos de forma mais eficaz e descomplicada.

Outro ponto de comum acordo, com base na obra literária, diz que se o associado não quiser trabalhar em cooperação com os demais integrantes, este ficará à mercê das grandes indústrias sejam elas do País e/ou das multinacionais, empresas que visam a lucratividade e a concentração de renda, ou ainda das propostas de “atravessadores”.

Com relação ao termo atravessadores, os quais tiveram papel fundamental para a constituição de cooperativas, Vivian e Gorgen (2009), também esclarecem o significado do termo como “todo aquele que demonstra um interesse em comprar a produtividade por um preço aviltante, ou seja, bem abaixo do mercado, e posteriormente vende por altos valores, situação que se o cooperado estiver inserido e operando dentro de sua cooperativa, não acontece”.

De acordo com Vivian e Gorgen (2009), são elencados três posicionamentos frente a democracia, a participação e a transparência. Primeiramente o principal preceito dentro de uma sociedade cooperadora é justamente a democracia, ressalvada frente a atuação e operação com seriedade dos integrantes associados. São sugeridos pelos autores, que os “Grupos de Base” e a composição do “Movimento Social” administrem as cooperativas.

Já no âmbito da participação, cita-se o ato da realização e atuação na assembleia geral, ato que culminará na tomada de decisões a serem implementadas a todo o conjunto cooperativo e por isso a importância de os interessados participem de todo o processo, que expondo seus pensamentos, caso contrário, a manipulação pode ser usada na referida reunião.

Mas tudo isso que contempla a democracia e a participação, pode descambar para um caminho tortuoso e desastroso para uma cooperativa, quando não há transparência frente ao ato gestor dessa notável instituição, somente

com a prática de participar, fiscalizar, orientar, verificar e informar-se junto as administrações vigentes, sobre o que está a acontecer dentro da sociedade, é que pode dirimir a prática de transparecer os fatos positivos ou negativos, das problemáticas persistentes.

A resolução e pactuação que se é tomada em uma assembleia geral, como já fora elencado, mais especificamente no campo da lei citada antes, converge ao ponto principal, ou seja, a decisão que for tomada pela maioria, será sancionada e aplicada a todos os sócios, estejam ou não presentes, bem como em minoria que não aceitem, mas que foram vencidos pelos demais.

Por fim, os referidos autores remetem pontos frente aos órgãos executores de uma cooperativa, tais como o conselho de administração, conselho deliberativo e conselho fiscal. Outra convergência se dá pelo fato da referenciação dos direitos e deveres de cada associado: de acordo com Vivian e Gorgen (2009), o descuido por parte do sócio na prática dos deveres pode refletir na redução dos direitos, sendo de suma importância a cautela com os situacionistas, ou seja, exigem muito de sua cooperativa mas deixam de cumprir o seu dever, não se comprometendo de fato como seu grupo societário.

Contribuir com recursos financeiros nas “*quotas-partes*”, participar das assembleias, reuniões, das atividades econômicas, operar com toda a cooperativa, creditando sua produção, e comprando os produtos disponibilizados pela referida instituição, bem como votar nas eleições com responsabilidade, estudar os documentos informativos sobre a cooperativa, sugerir, criticar, incentivar as boas ações, evitar as intrigas, e estimular o trabalho mútuo, aceitar as decisões advindas da maioria e responsabilizarem-se por seus atos, são alguns dos deveres que são elencados pelos autores citados acima, frente aos indivíduos ligados a uma cooperativa visando o pleno funcionamento.

Com relação aos direitos alinhados na legislação, os escritores destacam: votar para desencadear no bom funcionamento da cooperativa, praticar o sufrágio eleitoral e ser votado, receber regularmente as informações relativas a sua instituição, usufruir dos produtos e benesses da sociedade, ser bem recebido frente aos serviços prestados e ser recompensado na parte que lhe cabe por direito,

resultante do trabalho desenvolvido ao longo do período anual conforme as suas quotas-partes e entrega das *commodities*<sup>6</sup>.

Segundo Büttenbender (2008), o cooperativismo em âmbito geral vincula-se ao progresso das localidades nas quais ele encontra-se presente. O autor citado anteriormente destaca a região Noroeste do estado do Rio Grande do Sul como exemplo.

Ao resgatar no espaço temporal desde o período de desenvolvimento populacional até os presentes dias, há uma grande relevância do cooperativismo nos diferentes campos de atuação, nos quais estão subdivididos em 13 áreas, embasando-se no autor Büttenbender (2008), o qual traz o campo econômico e esse focalizado para o ramo agrícola, propiciando inovações nos formatos organizacionais de atuação e produtividade.

O surgimento do cooperativismo verifica-se no momento em que o capitalismo vem se auto-afirmando, predominando a relevância do privado sobre o público, no que é coletivo e comunitário, com as resultantes da concentração de renda e poder. Seguindo a linha de raciocínio de Büttenbender (2008), no intuito da superação da dominação do individualismo, a cooperação instituída visou à recuperação do proveito advindo do coletivo e comunitário:

O surgimento das cooperativas no Rio Grande do Sul funde-se com a História brasileira. A evolução e o fortalecimento deste modelo de organização econômica e social estão integrados à história de ocupação, colonização e desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, decorrentes da imigração dos descendentes de europeus, que já praticavam o cooperativismo em seus países de origem e mantiveram o processo de colonização alicerçado no espírito e cultura de organização cooperativa. (BÜTTENBENDER 2008, p. 16)

Resultante da consolidação do modelo organizacional econômico e social, o processo de colonização objetivou desenvolver a unidade federativa em questão, com a vinda dos imigrantes europeus, os quais detinham práticas culturais do cooperativismo, mantiveram estas junto ao processo colonizador fundamentado na organização cooperativa. O aparecimento das cooperativas no Estado do Rio

---

<sup>6</sup> *Commodities* é uma palavra em inglês, no plural, e que o seu significado remete a mercadoria. São artigos de comércio, bens que não sofrem processos de alteração (ou que são pouco diferenciados), como frutas, legumes, cereais e alguns metais. Como seguem um determinado padrão, o preço das *commodities* é negociado na Bolsa de Valores Internacionais e depende de algumas circunstâncias do mercado, como a oferta e demanda. No presente trabalho iremos abordar em específica as *commodities* agrícolas, tais como: soja, trigo, café, algodão, borracha, etc. Conforme o site: <http://www.significados.com.br/commodities/>. Acesso em 18 de dez. 2015.

Grande do Sul, conforme Büttenbender 2008 *apud* Büttenbender (1995) e Schneider (1991), está interligado à história do Brasil.

Já de acordo com o sítio da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB<sup>7</sup> (2015), o surgimento do cooperativismo moderno ocorre na Inglaterra no ano de 1844:

No século 18 aconteceu a Revolução Industrial na Inglaterra. A mão-de-obra perdeu grande poder de troca. Os baixos salários e a longa jornada de trabalho trouxeram muitas dificuldades socioeconômicas para a população. Diante desta crise surgiram, entre a classe operária, lideranças que criaram associações de caráter assistencial. Esta experiência não teve resultado positivo. (OCB, 2015).

Em meio ao acontecimento da Revolução Industrial na Inglaterra, fato esse registrado no século XVIII e que causou grandes disparidades sociais e econômicas, vitimou aos trabalhadores a perda do grande poder de troca e expôs a situações como salários ínfimos, extensas jornadas de trabalho e ainda, em conformidade com Büttenbender (2008), se verificou situações nocivas para a execução do trabalho, bem como o recrutamento de crianças e mulheres, visando uma massa trabalhadora de menores custos.

Quanto ao significado e impacto das transformações trazidas pela Revolução Industrial, Hobsbawm (2010), questiona-se sobre o significado do termo “explosão da revolução industrial”, o qual nos remete a seguir:

Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história de humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços. Este fato é hoje tecnicamente conhecido pelos economistas como a “partida para o crescimento autossustentável”. Nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas, impunham à produção. (HOBSBAWM, 2010, p. 59)

Conforme Hobsbawm (2010), com relação ao rendimento dos operários:

---

<sup>7</sup> A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é o órgão máximo de representação das cooperativas no país. Foi criada em 1969, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo. A entidade veio substituir a Associação Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional de Cooperativas (Unasco). A unificação foi uma decisão das próprias cooperativas. Entre suas atribuições, a OCB é responsável pela promoção, fomento e defesa do sistema cooperativista, em todas as instâncias políticas e institucionais. É de sua responsabilidade também a preservação e o aprimoramento desse sistema, o incentivo e a orientação das sociedades cooperativas. Missão: Promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, por meio da representação político-institucional. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/site/ocb/index.asp?CodIdioma=1>. Acesso em 18 de dez. de 2015.

Os empregadores britânicos daquela época, como os sul-africanos de hoje, constantemente reclamavam da “preguiça” do operário ou de sua tendência para trabalhar até que tivesse recebido um salário tradicional de subsistência semanal, e então parar. A resposta foi encontrada numa draconiana disciplina da mão de obra (multas, um código de “senhor e escravo” que mobilizava as leis em favor do empregador etc.), mas acima de tudo na prática, sempre que possível, de se pagar tão pouco ao operário que ele tivesse que trabalhar incansavelmente durante toda a semana para obter uma renda mínima. (HOBSEAWM, 2010, p. 92)

E no quesito empregabilidade de acordo com Hobsbawm (2010):

Nas fábricas onde a disciplina do operariado era mais urgente, descobriu-se que era mais conveniente empregar as dóceis (e mais baratas) mulheres e crianças. De todos os trabalhadores nos engenhos de algodão ingleses em 1834-1847, cerca de um quarto eram homens adultos, mais da metade era de mulheres e meninas, e o restante de rapazes abaixo dos 18 anos. (HOBSEAWM, 2010, p. 92)

Estes fatos causaram grandes disparidades tanto sociais quanto econômicas ao povo inglês, e perante essas dificuldades, nasce no interior dos indivíduos, com caráter de líderes, a idealização e efetivação de associações com o objetivo da assistência, esse experimento não culmina em um proveito satisfatório.

Embasados nas experimentações antecedentes, almejaram inovações no formato, e essas lideranças perceberam que, por meio de uma instituição formalizada, denominada cooperativa, poderia ser encontrada uma forma para superar os obstáculos.

E para tal ação seria necessária a observância e o cumprimento de preceitos e ideais do indivíduo, com a prática das normatizações e fundamentos peculiares. Com esse respaldo, um grupo de 28 tecelões uniu-se para a avaliação de seus propósitos e, seguindo suas práticas e valores, instauraram regras e objetivos com o intuito da criação de uma cooperativa.

Após um espaço temporal de doze meses, angariam-se recursos que somavam 26 libras, para com esse orçamento iniciar as atividades, primeiramente em um modesto depósito, situação registrada em 21 de dezembro de 1844, no bairro denominado de Rochdale-Manchester, na Inglaterra. Surge nesse momento a “Sociedade dos Probos de Rochdale”, prestigiada como a principal cooperativa inovadora do mundo.

Com esta instituição surgem os legados da moralidade e o comportamento dos quais são reconhecidos até os presentes dias como o alicerce para o cooperativismo legítimo. No ano de 1848 já se registrava a presença de 140

cooperados, e passados doze anos a sociedade pioneira já contabilizava 3.450 associados, com o patrimônio de 152 mil libras, de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras.

Já no Brasil, de acordo com a OCB, o comportamento da cooperação é verificado conjuntamente ao período colonizador por parte de Portugal, tendo sua emergência, o cooperativismo brasileiro, no fim do século XIX, fomentado por servidores públicos, militares, profissionais liberais e funcionários, visando a contemplação de seus anseios e dificuldades. A organização inicia-se no perímetro urbano, no qual se observa o surgimento da primeira cooperativa de consumo no Brasil, situada em Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, em 1889, e que se denominava “Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto”<sup>8</sup>.

Posteriormente houve a expansão para outros Estados federativos da União como, por exemplo, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, além da expansão internamente do cooperativismo em Minas Gerais. Já no ano de 1902, nascem as primeiras formas de organizações cooperativas de crédito<sup>9</sup> no Rio Grande do Sul que, de acordo com a OCB, um pároco originário da Suíça, idealizou tal empreendimento, Theodor Amstadt.

Nas comunidades rurais o cooperativismo surge e desenvolve suas ações a partir de 1906 e seu público a ser atendido é composto por produtores agropecuários, tendo em seu grupo de sócios muitos descendentes de alemães e italianos. Conforme menciona a OCB, essas descendências colocaram em prática as ações culturais, herdadas de seus países, tais como ocupações associativas e

---

<sup>8</sup> Conforme o Banricoop, registro do surgimento do termo "cooperativismo" em solo brasileiro data de 27 de outubro de 1889, quando os funcionários públicos de Ouro Preto fundaram sua "Sociedade Cooperativa Econômica". Embora fosse caracterizada como uma cooperativa de consumo, a entidade previa a existência de uma "caixa de auxílios e socorros", destinada às viúvas de associados e a sócios que caíssem na "indigência por falta absoluta de meio de trabalho", conforme consta no seu estatuto da época.

Disponível em: [http://www.banricoop.coop.br/cooperativismo\\_historia\\_das\\_cooperativas\\_de\\_credito](http://www.banricoop.coop.br/cooperativismo_historia_das_cooperativas_de_credito) . Acesso em: 18 dez. de 2015.

<sup>9</sup> De acordo com a publicação do Banco Central do Brasil intitulada de “História do Cooperativismo de Crédito no Brasil,” pag. 10 (...) “foi constituída em 28 de dezembro de 1902, a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Branca, Município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, posteriormente batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Essa cooperativa, do tipo *raiffeisen*, continua em atividade, hoje sob a denominação de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis”. Informações obtidas em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwjOiz\\_TxuXJA\\_hVEFJAKHTssBqMQFgg7MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.cooperfeb.com.br%2Fwp-includes%2Fimages%2Fcartilha.pdf&usq=AFQjCNHSLrZOdOA-p7\\_O\\_9CIS21zDcWAXA](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0ahUKEwjOiz_TxuXJA_hVEFJAKHTssBqMQFgg7MAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.cooperfeb.com.br%2Fwp-includes%2Fimages%2Fcartilha.pdf&usq=AFQjCNHSLrZOdOA-p7_O_9CIS21zDcWAXA). Acesso em: 18 dez. de 2015.

conhecimento de ações familiares coletivas, as quais culminaram na ação organizativa em formato de cooperativas.

Com a disseminação doutrinária, as entidades cooperativas obtiveram o seu crescimento e desenvolvimento, nos moldes da autonomia, ou seja, voltaram-se para a contemplação das demandas dos associados, isso livrando-se da subordinação de exploradores. Mas frente ao curso de difundir o cooperativismo, se registrava baixa nos índices de pessoas informadas acerca do tema em função da falta de aparato pedagógico pertinente e com alguns problemas a serem enfrentados tais como o grande espaço territorial e trabalho escravo os quais, segundo a OCB, tornam-se obstáculos para um efetivo e expansivo desenvolvimento do sistema cooperativo.

Quanto aos ramos desenvolvidos no cooperativismo, de acordo com a Agenda Institucional do Cooperativismo 2015<sup>10</sup>, são contemplados treze segmentos dos quais o cooperativismo é atuante e que são eles: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, e turismo e lazer. E com toda essa ramificação de acordo com a publicação citada anteriormente, o Brasil conta com mais de 6.800 cooperativas, e atingiu a marca superior a 11 milhões e 500 mil associados e com fundamental importância nos índices de empregabilidade que atingem a marca de 338 mil ocupações formais.

Segundo Büttgenbender (2008), o surgimento de ideias como já fora verificado anteriormente se deu em pleno século XIX, visava uma libertação frente às explorações já referendadas e perpassava pelos campos ideológicos da justiça e fraternidade. Foi nesse sentido que a comunidade trabalhadora sente a necessidade de unir-se e mutuamente se ajudar para a contemplação de seus objetivos.

Há ainda um resgate acerca dos pensadores do tema cooperativismo nas nações, nas quais ocorre o surgimento da intelectualidade bem como o progresso das indústrias no período moderno. Com distintas concepções, a socialista fora a que mais influenciou o cooperativismo, sendo enfatizados os pensadores do cooperativismo. Dentre eles destacam-se John Bellers (1654 – 1725), natural da

---

<sup>10</sup> A referida Agenda Institucional do Cooperativismo traz a evolução da Agenda Legislativa do setor, tendo como base a diversidade e a complexidade das demandas das cooperativas do país e encontra-se disponível no site da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB: [http://www.ocb.org.br/site/brasil\\_cooperativo/index.asp](http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp).

Inglaterra, que se empenhou na organização de cooperativas no ramo do trabalho, visando o fim do lucro e indústrias desnecessárias.

Charles Gide (1847 – 1932), de nacionalidade francesa, professor de universidade, famoso pelo mundo em função das suas obras literárias nos campos da economia, política e cooperativismo, fundador da “Escola de Nimes”, com relevante contribuição na percepção do cooperativismo mundial.

Robert Owen (1772 – 1858), nascido na Inglaterra é conceituado como sendo o progenitor do cooperativismo, refutou o lucro e a concorrência por serem em seu entendimento os dois malefícios causadores das desigualdades sociais, fomentou ações organizativas em prol dos trabalhadores, fundou escolas para os filhos destes, focando as condições de vida que esse público apresentava.

Philippe Buchez (1792 -1865), natural da Bélgica, visou a criação de um cooperativismo no formato da autogestão, livre da ação política ou de auxílios intrínsecos, na França procurou compor o associativismo operário de produção, o que atualmente é concebido como cooperativas de produção.

Louis Blanc (1812 – 1882), francês, fora notável político, o qual tinha atenção ao direito a ocupação profissional, preservando a autonomia, alicerçada na educação integral e na constituição moral da sociedade.

Charles Fourier (1772 – 1858) francês que, concebeu as cooperativas integrais de produção, originando um corpo social no qual os integrantes dessa sociedade possuíam tudo em comum. A denominação dessas comunidades era de falanstérios, um local propício para o estabelecimento dessas coletividades, as quais contavam com cerca de 1.800 trabalhadores e esses, por sua vez, revezavam nos ofícios do artesanato e da agricultura.

Todos esses intelectuais, citados e analisados por Büttgenbender (2008), foram de fundamental importância para constituir ideais e conceitos visando a atuação das cooperativas modernas, ao resguardarem que a idealização de associação e destaque na união em atividades nas áreas sociais e econômicas.

Também são princípios resguardados a movimentação da entidade cooperadora, sendo estimulada para a emancipação da camada social de trabalhadores, objetivada pela organicidade e por interesses de trabalho. Quanto às concepções que cercam o cooperativismo, o escritor mencionado anteriormente

ênfatisa a interdependência<sup>11</sup>, pacto de forças<sup>12</sup>, cooperação solidária<sup>13</sup>, relação a meio de metas similares<sup>14</sup>, o não abuso e extorsão do indivíduo pelo indivíduo<sup>15</sup>, equidade social<sup>16</sup>, soberania popular<sup>17</sup> e administração própria<sup>18</sup>.

Portanto, o ponto intrínseco de uma sociedade cooperativa está embasado nos ideais de seus cooperados, os quais visam uma articulação comum, com o intuito da dedicação a ocupações produtoras englobando o campo social e econômico, e também a contemplação de ofícios, benéficos para todos os integrantes desse cooperativismo. O significado de cooperativismo, de acordo com o entendimento de Büttenbender (2008), é o de uma organização que ultrapassa as delimitações nacionais, objetivando instituir uma sociedade norteada mundialmente pela justiça, pela liberdade e fraternidade embasada pela democracia, por intermédios que contemplem as imprescindibilidades existentes dos cooperativados e que recompense devidamente a cada associado, inserido no grupo.

Já a interpretação de uma cooperativa, de acordo com a Cartilha do Corporativismo<sup>19</sup>, a qual ressalta a realização do Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, acontecido em 1995, no município de Manchester, Inglaterra, no qual ficou delimitado que cooperativa deve ser considerada uma associação de pessoas, unidas de forma livre. E ainda, com objetivo de contemplar seus desejos e deficiências econômicas e socioculturais equânimes, intermediada por uma sociedade empresarial, de posse comunitária e autogerida pelo intermédio da democracia.

---

<sup>11</sup> Interdependência: Caráter ou estado de interdependente. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>12</sup> Pacto de forças: Convenção entre duas ou mais pessoas por meio do esforço. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>13</sup> Cooperação Solidária: Prestação de auxílio para um fim comum e que tem interesse e responsabilidades recíprocas. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>14</sup> Relação a meio de metas similares: Ligação íntima de coisas ou pessoas balizadas e que se assemelham umas com as outras, ou outros, de um modo geral, ou tem com eles características comuns. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>15</sup> O não abuso e extorsão do indivíduo pelo indivíduo: Emprego de força ou ameaça para a obtenção de bens alheios. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>16</sup> Equidade social: justiça própria dos sócios de uma sociedade. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>17</sup> Soberania popular: Autoridade suprema advinda e pertencente ou relativo ao povo. Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>18</sup> Administração própria: Governo ao que pertence exclusivamente.

Conceitos no Dicionário Michaelis *on line* em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>19</sup> Cartilha do cooperativismo: É uma publicação que traz a luz alguns conceitos e noções relacionados ao cooperativismo.

Ainda de acordo com o documento, endossado anteriormente, e seguindo indicação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB –, no que tange cooperativa e sua composição dentro da formalidade, esta deverá compor um grupo mínimo de 20 pessoas físicas, que objetivem pontos comuns, firmada na organização econômica e gerida democraticamente, permitindo a atuação de seus associados, de forma soberana, e antiautoritária dos cooperados, que servem uns aos outros com incumbências sem fins lucrativos.

Com relação ao termo “cooperante”, a Cartilha do Corporativismo considera que todo aquele trabalhador seja ele residente no perímetro rural ou urbano, e que exerça seja qual for a sua labuta, social e econômica e que se una na missão de atuar ativamente no seio de uma cooperativa. Para tanto, lhe é impregnado os compromissos, diretrizes e obrigações pertinentes.

O traço do cooperativismo pode, embasado no documento citado anteriormente, estar intrinsecamente respaldado pelo mútuo desenvolvimento<sup>20</sup>, o dever<sup>21</sup>, soberania popular, similitude<sup>22</sup>, isonomia<sup>23</sup> e cooperação<sup>24</sup>. No legado de seus sócios fundadores, há a crença de ideais que pairam sobre a moral da probidade social e cuidado em relação ao seu próximo.

Com as revisões nos conceitos fundamentais do cooperativismo, concordados em 1884, consentiu modificações em 1845 e 1854, resultantes de transformações no campo sócio tecnológico no espaço do trabalho, as concepções norteadoras na constituição de uma cooperativa sofreram revisões e atualizações, frente às exigências advindas da sociedade moderna. Na comemoração do centenário de fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1995, houve a realização de um Congresso, onde ficaram definidos os princípios regentes para o desenvolvimento efetivo das entidades cooperativas congregadas de todos os continentes.

---

<sup>20</sup> Mútuo desenvolvimento: Que se faz reciprocamente entre duas ou mais pessoas as quais vislumbram crescimento ou expansão gradual. Conceitos no Dicionário Michaelis on line em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>21</sup> Dever: Ter obrigação. Conceitos no Dicionário Michaelis on line em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>22</sup> Similitude: Remete a semelhança. Conceitos no Dicionário Michaelis on line em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>23</sup> Isonomia: Igualdade perante a lei. Conceitos no Dicionário Michaelis on line em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

<sup>24</sup> Cooperação: Ato de cooperar; colaboração; prestação de auxílio para um fim comum; solidariedade. Conceitos no Dicionário Michaelis on line em: <http://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em 18 dez de 2015.

Portanto, as sete propostas do cooperativismo, de acordo com a ACI, são as seguintes:

- 1- Associação Voluntária;
- 2- Controle democrático dos membros;
- 3- Participação econômica dos membros;
- 4- Autonomia e independência;
- 5- Educação, treinamento e informação;
- 6- Cooperação entre cooperativas;
- 7- Preocupação com a comunidade.

A primeira proposição do cooperativismo elenca a associação voluntária, na qual toda e qualquer pessoa pode, de forma livre, se associar a uma cooperativa e aceite os compromissos pertinentes a esta sociedade sem a distinção de gênero, raça, classe social, predileção política ou crença religiosa.

Com relação ao controle democrático dos membros, esta a atuação de seus associados sejam eles homens ou mulheres, em suas distintas ações a serem praticadas no interior da cooperativa, o que em uma sociedade cooperada primária cada integrante dispõe de um voto. Já em outras nivelções, as regras para a expressão do voto podem ficar a critério da representatividade por meio do credenciamento de um seletivo grupo de delegados, para tal missão.

No que tange à participação econômica dos membros, refere-se à gestão democrática da instituição cooperadora aliada ao semelhante aporte ao capital e para formação do capital social, destinada para a constituição comum da cooperativa. Na assembleia poderá ser decidido qual será a remuneração, mesmo que limitada, ao capital aprovado, como uma exigência para novos associados. Ao ingressar na sociedade, este comporá a sua quota-parte e os seus ganhos serão de acordo com as suas negociações junto a cooperativa. Nesse tópico, fica registrada a livre iniciativa no intuito da criação de outros auxílios para a formação de fundos de reserva para o crescimento das ações efetivas ou projetos legitimados pela sociedade da entidade associativa.

Já na autonomia e independência remetem ao passo que uma sociedade cooperativa recebe incentivos de demais corporações, sejam elas governamentais ou o alcance de fundos externos, mas é certificado a liberdade, independência, autocontrole da democracia exercida dentro da cooperativa pelos próprios sócios.

Outra proposição do cooperativismo é a educação, treinamento e informação, visando o desenvolvimento dos sócios, administração executiva e dos funcionários e as benesses geradas pelo cooperativismo, devendo ter a sua abrangência ao público, principalmente aos jovens e lideranças da comunidade.

No antepenúltimo princípio do cooperativismo, a cooperação entre cooperativas atenta para o trabalho de forma unida, nos distintos níveis de localização, fortalecendo o desenvolvimento cooperativo e o atendimento dos cooperados de forma mais permanente.

E por fim, o sétimo preceito do cooperativismo, traz qual é preocupação com a comunidade, tendo por missão a objetivação estrutural, da contemplação por meio de votações por parte dos associados, de políticas com a meta de contribuição para a expansão e crescimento de forma sustentada das comunidades as quais estão próximas as cooperativas.

Segundo Benetti (1985),

As cooperativas foram as mais importantes alavancas do crescimento e da modernização das atividades agrícolas no Estado na década de 60 e, principalmente, na de 70, podendo-se afirmar que elas passaram a representar a parte principal e mais moderna das atividades primárias desenvolvidas no Estado. (BENETTI 1985, p. 23)

Pode-se perceber, segundo Benetti (1985), a real importância das entidades cooperadoras do ramo agrícola, nos períodos temporais os quais compreenderam o decênio de 1960 a 1970, e que a atuação destas foram de fundamental importância no campo das atribuições do setor primário, ou seja, a agricultura do estado do Rio Grande do Sul.

A autora afirma ainda que,

Acrescente-se que sua importância não repousa apenas em razões de ordem econômica. É preciso não esquecer que esse cooperativismo - face à ausência total de políticas públicas de bem-estar social para as populações agrárias - se constituiu no único suporte de uma ampla camada de pequenos produtores agrícolas. (BENETTI, 1985, p. 23)

A falta de políticas públicas voltadas aos agricultores é elencada por Benetti (1985), como sendo motivo para que as comunidades de pequenos produtores rurais buscassem o cooperativismo como forma de amparo não somente econômico. Situação muito semelhante verificado na constituição da COTRISAL em 1956, pois o seu quadro associativo era composto por grandes, médios e pequenos produtores,

ou seja, vai desde aquele que detém grandes áreas cultiváveis até o sócio com pequenos espaços para a produção de cereais. E todos buscam uma melhor valorização de suas operações e produções enquanto agricultores e cidadãos.

Um comparativo entre sociedade cooperativa e o sistema mercantilista, pode também ser analisado quando da leitura dos princípios e conceitos trazidos pela Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (2012), no campo informativo denominado “Cooperativismo, Conceitos e Princípios”, onde destacam-se a conceituação teórica acerca das diretrizes do cooperativismo.

De acordo com a análise feita no referido endereço eletrônico, elencam-se dez princípios distintos, para os dois modelos no sistema cooperativo, o qual tem as seguintes características: o alvo principal é o ser humano, o cooperado é o proprietário e usuário simultaneamente, corpo social simplória e legislada distintamente, nas assembleias a execução ou não dessa baseia-se no número de associados presentes, a administração é pelo método igualitário. Grupo societário, que se desenvolve pela democracia ativa, as quotas-parte dos associados são intransferíveis, desaproxima os atravessadores, objetiva um melhor padrão da vivência de cada cooperado, e por fim, as resultantes serão correspondentes ao total de transações de cada sócio com a sua cooperativa.

Já no modelo social mercantilista, esse visa a riqueza, os integrantes desse grupo, são comerciantes de bens e atividades aos clientes, quanto ao grupo societário esse baseia em ações financeiras, a participação em reuniões baseia-se na atuação frente as posses de cada integrante. O desenvolvimento e operação desta parceria se dá pelo método da hierarquia, ou seja, relação de poder entre superiores e dependentes. Os acionistas podem realizar transferências a outros, e em muitos casos os indivíduos intermediam os negócios, como citado anteriormente, o mercantilismo focará na lucratividade, e pôr fim a divisão dos rendimentos totais resultantes dessa forma de sociedade será equivalente a valorização da totalidade das ações.

Já no ponto endividamento das cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, a autora Benetti (1985) remete que a análise não pode ficar superficial e somente aos preceitos de que os gestores perderam os rumos da administração das cooperativas e que o descompasso financeiro atinja os investimentos que possam travar o desenvolvimento.

Frente ao avanço por parte de algumas instituições cooperadoras ligadas a agricultura de exportação, Benetti (1985) salienta que essas cooperativas:

Como já tivemos oportunidade de expressar em outra ocasião, algumas cooperativas vinculadas à agricultura de exportação do extremo sul do País apresentaram um crescimento e uma modernização consideráveis na década de 60, a ponto de evoluírem de estruturas produtivas similares à de pequenos armazéns, ou depósitos de grãos, para formas empresariais complexas, correspondentes às das modernas empresas de negócios contemporâneas. É muito importante referir que tal processo ocorreu em pouco mais de uma década. Durante esse período, elas apresentaram duas estruturas bem características: a de uma empresa comercial e a de um complexo agroindustrial. (BENETTI, 1985, p. 25).

Tal processo de expansão, crescimento, desenvolvimento e evolução da estrutura organizacional das cooperativas ligadas à exportação, permitiu que, no período de dez anos, conforme citação anterior, culminasse na transformação das entidades de simples armazenadoras ou estocadoras de grãos, passassem a ter a equivalência às contemporâneas empresas as quais não faziam parte do sistema de administração adotados pelas cooperativas na década de 1960.

Já na década de 1970, conforme Benetti (1985) ocorrem diversas mudanças no campo de atuação das cooperativas,

a partir da década de 70, as cooperativas passam por uma metamorfose extraordinária: abandonam a região pioneira em busca de novas áreas de produção agrícola; diversificam sua linha de produção; a prestação de serviços transcende o corpo de associados, dirigindo-se a qualquer agente econômico que os demandasse, exatamente como ocorre com uma empresa capitalista qualquer; diversificam também suas atividades no próprio setor de comercialização, partindo para a prestação de serviços não tradicionalmente afetos a cooperativas de produtores agrícolas, como corretagem de câmbio, seguros, etc. (BENETTI, 1985, p. 25).

Com base em um trabalho elaborado pelas autoras Mattos e Pessôa (2011), no qual tratam da modernização da agricultura no Brasil, as inovações frente aos novos espaços territoriais para a cultura agrícola, apresentam algumas ponderações alicerçadas em da Silva (1996). Na interpretação feita pelas autoras, a terminologia “modernização da agricultura” serve para denominar a modificação no suporte técnico da produção agropecuária, fortes transformações nas produtividades rurais e das afinidades envolvendo o capital *versus* trabalho.

O firmamento da agricultura inovadora se dá em meio a submissão do mercado externo em relação aos meios de produção. Dessa forma a partir de 1960,

de acordo com a interpretação de Mattos e Pessôa (2011), em da Silva, por meio da adesão de novas tecnologias para a produção de alimentos, tais como novidades advindas no campo agrônomo, físico-químicas e biológicas, somadas a formação de complexos agroindustriais geraram um novo cenário social e econômico no campo.

Outra fonte literária que Mattos e Pessôa (2011) trazem é Delgado (1985), o qual destaca dois marcos na história do processo de modernização agrícola. O primeiro destaca o aumento da mecanização por meio da inserção dos tratores, uso de insumos para a lavoura advindos da indústria, ampliação na tomada de bens e crédito - por meio da importação -, gerando modificações nos padrões tecnológicos da agricultura no Brasil, e as exigências de matéria-prima e maquinário eram contemplados por intermédio da importação.

O segundo marco está interligado ao processo de industrialização da produtividade agrícola, com o aparecimento ao final da década de 1950, das fábricas de bens de produção e insumos.

E ainda com a colaboração das autoras citadas, é trazida para discussão, Elias (2003) a qual salienta a existência de um terceiro ponto referente a reorganização da produção agropecuária no Brasil, no início de 1970, com a integralização dos capitais, concentração dos recursos bancários, das indústrias e agrários, concomitante ao crescimento das sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, agroindústrias e incorporações resultando na formação de conglomerados empresariais.

Quanto a motivação da crise, de acordo com Benetti (1985),

o primeiro e mais importante passo para a compreensão da crise do cooperativismo empresarial no extremo sul do País é, portanto, referi-la à forma de financiamento de seu processo de crescimento que, como vimos, ocorreu via endividamento. (BENETTI, 1985, p. 36).

Para que haja um entendimento dos reais motivos da crise financeira das cooperativas empresariais, do Estado do sul do país, Benetti (1985) endossa a necessidade de que se faça uma referência ao custeio para o desenvolvimento destas entidades, das quais se deu por meio da geração de dívidas.

Quanto a motivação do endividamento das entidades cooperadoras a autora salienta que a legislação vigente na capitalização da sociedade não permite com que o desenvolvimento seja autofinanciado, ou então, que seja destinado maior

parte financeira dos próprios fundos de investimentos. Em concordância com Benetti (1985, p. 36): “a cooperativa, como empresa tipicamente privada qualquer, tem duas formas de capitalização: via formação de capital social e via fundos legais e estatutários”.

Já sobre a formação do capital social da cooperativa, Benetti (1985) destaca que:

em primeiro lugar, porque o capital social da cooperativa só pode ser formado pelos investimentos do produtor associado. O que equivale a dizer, em outras palavras, que ele depende dos excedentes gerados e retidos em atividades econômicas do próprio setor. (BENETTI, 1985, p. 36).

Em consonância com Benetti (1985), as dívidas foram de grande expressão, frente a um crescimento descontinuado somado também ao fato de as cooperativas obterem recursos junto às instituições bancárias nacionais, as quais por sua vez, recrutavam junto aos bancos internacionais os valores em dólares. A criação por parte do governo federal, na década de 1980, da Antecipação de Contrato Cambial – ACC teve como objetivo o incremento das exportações.

Para ter acesso ao ACC a cooperativa deslocava-se a um banco, empenhava a sua palavra no sentido exportar grãos ao mercado internacional, garantindo o direito ao acesso a operação financeira. Em suma, o Banco Nacional, buscava crédito aos bancos internacionais e estes remetiam os valores para o Banco Central e, feita a conversão em cruzeiros, repassava a casa bancária e esta alcançava a cooperativa que solicitou o crédito.

No momento em que o importador recebia o cumprimento da promessa feita pela cooperativa, ou seja, recebia a produção de grãos, este remetia a entidade em que banco estavam os dólares e estes eram creditados ao órgão financiador, fazendo com isso a liquidação do débito junto a instituição bancária na qual a cooperativa tinha tomado o empréstimo, e esse processo de obtenção de crédito fora muito utilizado pelas entidades cooperadoras.

Mas esse cenário econômico no mercado internacional modifica-se na década de 1980, com a redução do escoamento das exportações, elevações nas taxas de juros, somado ao fato do governo brasileiro num primeiro momento fomentar o recrutamento de dinheiro do exterior, converte-se a posição contrária. E com a essas alterações as cooperativas não conseguem quitar os seus débitos oriundos das operações de ACC`s, havendo renovações das operações bancárias por diversas

motivações, com as cooperativas aceitando as variáveis condições cambiais vigentes.

Outro ponto importante segundo Benetti (1985) quanto ao desenvolvimento das cooperativas, está ligado a aumento nas áreas cultiváveis com soja e trigo, no período de 1960 a 1970, mais precisamente em 1965, quando houve uma grande expansão da lavoura de soja e que a cultura tritícola também apresentou bons níveis de produtividade.

Portanto, nesse primeiro capítulo, em âmbito geral, se buscou a contemplação por meio do referencial teórico, o significado do termo cooperativismo e a conceituação de políticas públicas. Outro ponto abordado é em relação à forma como surgiu a primeira cooperativa da contemporaneidade, fato esse registrado na Inglaterra em 1844. Também se procurou apresentar o nascimento das cooperativas a nível nacional e estadual, os pensadores e os sete princípios relativos ao cooperativismo. Por fim, é trazida para a discussão o aparecimento da crise social e financeira no cooperativismo.

Concluindo-se que a crise fora causada em meio ao processo de expansão e crescimento das atuações das cooperativas agrícolas, as quais por alguns momentos foram de fundamental importância para a implementação e desenvolvimento da agricultura no Estado do Rio Grande do Sul.

Em síntese, essas entidades saem do cenário de apenas armazenadoras de grãos e passam a buscar novas atribuições, ampliando o seu campo de atuação. Em virtude desse desenvolvimento, o qual se deu de forma abrupta e sem continuidade em termos de recursos financeiros que garantissem a permanência dessas cooperativas, que se tornaram grandes complexos industriais, com as mutações no campo da economia, tornaram empresas endividadas e expostas ao risco eminente da falência.

### **3 Surgimento e Declínio do Cooperativismo no Município De São Borja: Dificuldades Econômicas e Sociais**

O cooperativismo agropecuário chega a São Borja de forma não muito distinta ao restante do Estado do Rio Grande do Sul, resultante da necessidade de os produtores terem um espaço para o armazenamento das suas produções evitando com isso a ação de atravessadores. No período de 1945 a 1962, surge a

cooperativa COOCEREAIS, a qual recebeu primeiramente a denominação de Cooperativa Rizícola Samborjense Ltda, operando com a cultura do arroz, posteriormente chamada Cooperativa Samborjense de Cereais Ltda, abrangendo as principais culturas de cereais produzidas no município.

A COOLÃS, fundada em 1954, trabalhava com a produção de lã resultante da criação de ovinos e posteriormente com a entrada de tecidos sintéticos no mercado, causou o enfraquecimento e extinção desta cooperativa.

Também pode ser citada a Cooperativa Agrícola Imembuy Ltda, fundada em 1962, por um grupo de 12 agricultores. Em meio ao cenário favorável das cooperativas, nasce a Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda – COTRISAL –, em 1956, sendo que no momento de sua criação recebeu o nome de Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda.

Conforme escritas de Falcão em um resgate acerca do histórico da COTRISAL, a qual remete ao seu surgimento sendo de forma similar as demais entidades cooperativas do Brasil iniciando suas atividades em 14 de abril de 1956, resultante de uma reunião que contava com nove produtores.

No início de suas atividades, a COTRISAL operava com a principal cultura da época, ou seja, o linho, sendo contabilizados 32 produtores rurais em seu quadro associativo. No início de suas atividades teve sua sede administrativa na rua Borges do Canto, local onde funcionou a Unidade de Recebimento de Sementes.

Com a entrada da cultura do trigo, esta passou a ocupar a maior parte cultivável do município no período de 1968 a 1972, momento em que essa cultura atingiu o ápice de 130.000 hectares. No ano de 1969, com os lucros resultantes de recebimento de mais de um milhão e trezentas mil sacas de trigo, foi construída e inaugurada a sede administrativa e complexo de silos armazéns, a qual localiza-se até os dias de hoje nas confluências da rua Engenheiro Manoel Luiz Fagundes e Avenida Bernardo de Mello, no Bairro Pirahy. Contava com um quadro de trabalhadores tanto para operar com o armazenamento das produções agrícolas quanto para o atendimento das demandas do corpo associativo, que contava com 3.500 produtores.

Em meio ao crescimento da cooperativa, foram inaugurados espaços para recebimento de produções nos rincões mais afastados da sede de São Boja, como o caso das unidades de Cândida Vargas e Garruchos, quando esta localidade ainda pertencia ao município de São Borja. Na unidade da rua Borges do Canto, com o

intuito de diversificar as atividades da cooperativa, foram implantadas: uma fábrica de óleo de linhaça visando o potencial de produtividade local, uma fábrica de óleo de soja e por último uma fábrica de rações que levou o nome da COTRISAL.

Com a volatilidade na política agrícola vigente no Brasil, problemas de ordem climática e alterações da regulamentação do crédito destinado a agricultura ocasionaram dificuldades em distintos períodos para a cooperativa. Da data de sua criação até meados de 1972, a COTRISAL vivenciou um período de avanços constantes, primeiramente dado à cultura do linho, posteriormente à de trigo e mais adiante, de soja e arroz.

No final dos anos de 1980, a instituição vivenciou a sua primeira crise financeira, em meio as constantes renúncias de dirigentes, indícios de irregularidades e má gestão, culminando em clima de perda da confiança do associado para com a sua cooperativa e por fim entrando em fase de sua primeira autoliquidação. Os débitos dessa cooperativa eram superiores aos valores de seu patrimônio e muitos foram os associados que se afastaram da sua sociedade, outros deixando de trabalhar com a agricultura frente as dificuldades propiciadas pelo sistema agrícola vigente naquele período, ou seja, em 1988.

De acordo com Schneider (1994)<sup>25</sup>, a agricultura dos países capitalistas mais avançados, percebeu dois procedimentos econômicos e sociais diferentes, os quais encarregaram-se de uma estruturação agrícola discernente. Schneider (1984) baseia-se em autores dualistas e destaca os dois processos: o primeiro teve o seu início no pós-Segunda Guerra Mundial, perdurando até próximo dos anos de 1970, tendo sua principal marca as marcantes transformações nos procedimentos de produção e no campo da comercialização da produtividade da agricultura, resultante da intervenção do Estado, por meio de políticas públicas voltadas para o campo econômico dos países desenvolvidos.

O segundo processo, na interpretação de Schneider (1984), teve o seu início registrado por volta de 1975, ocorrendo sua intensificação ao transcorrer os anos da década de 1980, referindo-se às modificações as quais resultaram do modelo de modernização da agricultura: crise derivada das super safras, dificuldades na

---

<sup>25</sup> Sociólogo, mestrando da UNICAMP. Trabalho apresentado na Reunião Anual do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura - PIPSA - IV Encontro da Região Sul. Porto Alegre, novembro de 1993.

comercialização das produções excedentes e os problemas causados ao meio ambiente, são elencados pelo autor citado anteriormente.

Com a permanência dos sócios, os quais ainda acreditavam na recuperação de sua cooperativa, houve a eleição de um grupo de sócios e através da atuação do Departamento de Educação Cooperativista foi possível atingir a estabilidade econômica da entidade.

Nesse período, as unidades de Garruchos e Cândida Vargas são entregues a credores como forma de pagamento. Quanto ao quadro de funcionários, este reduziu seu numerário significativamente com relação aos melhores momentos vividos pela cooperativa, quando contava com cerca de 800 funcionários, para um número inferior a 100 colaboradores.

Passados mais de duas décadas, já em outras circunstâncias, a cooperativa vive atualmente a sua segunda pior fase em meio a uma crise financeira e social pois, se no passado dispunha de bens para alcançar os credores, hoje encontra-se sob a forte pressão de seu fechamento, por falta de respaldo de seu quadro associativo. Problemas de toda ordem pressionam a cooperativa para a sua redução de atuação, frente as dívidas deixadas e geradas em administrações seguintes ao período de estabilização, as quais ocasionaram um endividamento de elevados valores.

Crédito facilitado, gestões errôneas e equivocadas, pouca fiscalização por parte dos órgãos competentes, constantes mudanças na política agrícola, desvalorização das *commodities* no mercado interno, somado às frustrações de safras, desvalorização cambial resultante dos constantes planos monetários e problemas com os recebimentos de pagamentos dos associados foram determinantes para a atual crise que será abordada e estudada com mais profundidade na sequência.

### **3.1 O nascimento da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada**

Na sequência, no ponto 3.1.1, será feita a descrição contextual com base na Ata de Fundação da Cooperativa, que ao seu ponto inicial de suas atividades, foi chamada de Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada.

### **3.1.1 Ata de Constituição da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada**

Ao ser feito o registro descritivo da Ata de Constituição da Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda (Anexo A), constata-se que às vinte e uma horas do décimo quarto dia do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, no município de São Borja, um grupo de produtores e agricultores reuniram-se em assembleia com objetivo de constituir uma cooperativa para seus produtos. Naquela ocasião, devido ainda não disporem de uma sede própria utilizavam a sede da então Associação Rural de São Borja, para as primeiras reuniões dos associados da nova cooperativa, local onde atualmente encontram-se os escritórios do Sindicato Rural de São Borja.

Tal encontro, promovido por produtores e agricultores os quais almejavam de, em conjunto, iniciarem a constituição, e com a contribuição de quotas-partes para a criação de uma cooperativa, com meta naquele momento de criar uma relação em que pudessem conquistar benefícios em comum, resultantes da criação dessa sociedade cooperativa. No decorrer da reunião fora exposto, segundo o registro de fundação, que o corpo social seria regido pela responsabilidade social limitada.

Os principais objetivos que nortearam a decisão da criação da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada, segundo análise desse documento, foi que os associados tinham por metas a união dos agricultores que inicialmente exerciam suas operações de cultivo no espaço territorial do município de origem da cooperativa. Também fez parte dos motivos a aquisição em comum de produtos essenciais para as suas culturas, realização conjunta dos processos de beneficiamento, classificação, padronização e a comercialização de suas produções e pôr fim a promoção da salvaguarda baseada nos interesses econômicos.

Após ser feita a leitura das regras estatutárias da cooperativa para o bom convívio de seus associados, este foi posto em votação e aprovado unanimemente como “Estatuto da Sociedade Cooperativa”. Posteriormente fora então declarada a instalação da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada.

Sendo posta aos presentes a necessidade de votação e eleição dos conselhos para os cargos de conselheiros de administração e fiscal e seus respectivos suplentes, todos os respectivos cargos tiveram suas eleições de forma unânime e foram imediatamente empossados, com a deliberação da assembleia, de que o primeiro exercício não haveria nenhuma remuneração aos cargos de

administração e de fiscalização, sendo estes serviços prestados aos associados de forma gratuita.

Os trabalhos dessa assembleia foram secretariados pelo senhor Clóvis Moreira Guimarães, então Agrônomo Regional da 13ª Região Agrícola<sup>26</sup>. A presidência dessa assembleia fora feita por Omar Mesquita Vargas, compondo também a mesa estavam Agnelo Corrêa Filho, que detinha o cargo de diretor da Estação Experimental de São Borja e Marco Antônio Uchôa Netto, chefe da 4ª Inspeção de Cooperativas.

Para a primeira administração da Cooperativa Agrícola Samborjense Ltda, foram eleitos para o cargo de presidente Omar Mesquita Vargas, diretor comercial Modesto Rey Dornelles, diretor secretário Optaciano Pires Filho. E para os cargos de conselheiros de administração, como primeiro conselheiro, Alvimar Garcez Cabeleira e segundo conselheiro, Diogenes Ramos da Silva.

Para as ocupações de conselheiro fiscal foram eleitos: primeiro conselheiro Marinho Garcez Cabeleira, segundo conselheiro Alzy Lima da Silva e terceiro conselheiro João Aquino Pinto, esse sendo o primeiro conselho fiscal efetivo. Contando também com os conselheiros suplentes Waldemar Teixeira de Souza, Flodoarte José Marques e Anísio Fraga Lago.

### **3.1.2 Lista de sócios fundadores da nova Cooperativa**

Os primeiros associados que integraram o quadro social da cooperativa, ficaram com a denominação de “sócios fundadores” de acordo com a Lista Nominativa dos Associados do Município de São Borja, de 14 abril de 1956 (ver Anexo B). Pode-se, de acordo com esse documento considerar que o grupo de associados foram os responsáveis pela fundação da COTRISAL composto por um total de trinta pessoas, com a peculiaridade de ter em seu quadro associativo apenas homens.

---

<sup>26</sup> 13ª Região Agrícola em 1956, fora uma divisão territorial realizada pelo Ministério da Agricultura, a qual compreendia alguns municípios da região da fronteira oeste, dentre eles São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Santiago, São Luiz Gonzaga, entre outros. Nesse período, de 1956 existiam as chamadas Delegacias Regionais de Agricultura, e uma destas ficava localizada na sede atual da FEPAGRO – Fundação de Pesquisa Agropecuária, na qual era chefiada em 1956 pelo Delegado Regional da Agricultura e Engenheiro Agrônomo Clóvis Moreira Guimarães, o qual era responsável pelas análises nas produções de arroz, auxílio e fomento a concessão de crédito bancário aos produtores locais, secretariou os trabalhos na assembleia de fundação da COTRISAL. Informações fornecidas pela senhora Eunice Andrade Guimarães, no dia 21 Dez, de 2015 via telefone, filha do senhor Clóvis Moreira Guimarães *in memoriam*.

Com relação a idade desses sócios, verifica-se que alterna do associado mais jovem do grupo, identificado sob o número 24 (Pedro Araújo Batista da Silva), com 25 anos até o sócio mais ancião do quadro, enumerado na posição da lista 15 (Patricio Machado da Silva) com 69 anos, todos os integrantes com a nacionalidade brasileira, de igual peculiaridade na profissão sendo classificados como agricultores. Outra característica a ser considerada é que todos os associados e, em consonância com o que fora definido na primeira assembleia, deveriam ser residentes no município de exercício das operações agrícolas, ou seja, em São Borja, para que pudesse haver a união de esforços frente ao desempenho de cada integrante dessa sociedade e com isso conquistarem mutuamente os resultados das operações sociais e econômicas.

Conforme a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a qual regulamenta o regime de funcionamento das sociedades cooperativas, em seu capítulo terceiro, artigo sexto, referente a criação de uma cooperativa, o item um diz que:

I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; (LEI Nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971).

Mostrando que essa exigência fora contemplada, pois somaram-se a lista de sócios fundadores trinta associados. Outro aspecto para o funcionamento da cooperativa se faz necessário: a contribuição de dividendos para a composição financeira de tal instituição, e essa contrapartida advinda por parte dos associados é denominada de quotas-partes que, segundo o Capítulo II – Das Sociedades Cooperativas, art. 4º, da Lei nº 5.764/1971, estabelece:

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços; II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes; III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais; IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; (LEI Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971).

Com base no Anexo B, o valor mínimo de 20 quotas-partes foi ofertado pelo sócio apresentado na posição 16 - José Ramos da Silva, de 33 anos. Já o valor máximo cedido à nova sociedade deu-se pelo associado relacionado na posição 7 - Beraldo Dornelles, de 51 anos à época, com 500 quotas-partes na constituição da cooperativa. Atentando-se para o valor de cada quota-parte conforme a referida listagem, que equivalia a Cr100,00 (Cem) cruzeiros o que, de acordo com o referido documento, remetia em referência ao valor do hectare.

Somando-se todas as trinta quotas se têm um total, segundo análise documental, de um montante de 5.085 (cinco mil e oitenta e cinco) quotas-partes, o que gerou um saldo financeiro de Cr\$508.500,00 (quinhentos e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros). Podendo hipoteticamente considerar com base na classificação em hectares, que naquele quadro social ora apresentado fora declarado em meio aos trinta associados, um espaço territorial que totalizava 5.085 (cinco mil e oitenta e cinco) hectares.

### **3.1.3 Documentos e registros**

Outro importante documento que comprova o registro e o aceite dessa nova constituição de organização civil consta no Jornal de São Borja, datado de 03 de junho de 1956 (ver Anexo C), o qual se trata de um Certificado de Arquivamento, publicado para o cumprimento da determinação legal vigente naquele período. Também é apresentada, neste mesmo periódico, a Autorização de Funcionamento que, conforme o artigo 13, parágrafo 2º, do Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, afirmava:

As sociedades cooperativas, devidamente constituídas, para adquirir personalidade jurídica e funcionar validamente, devem preencher as seguintes formalidades, sem as quais serão nulos todos os atos que praticarem: 1ª Arquivar, no cartório do registro das pessoas jurídicas do termo ou comarca da circunscrição onde a sociedade tiver a sua sede: a) cópia, em duplicata, do ato constitutivo; b) exemplares, também em duplicata, dos estatutos sociais, si não se acharem inclusos no ato constitutivo; c) lista nominativa dos associados com indicação de suas profissões e residências, e, quando a sociedade tiver capital, a menção das respectivas quotas-partes. 2ª Publicar, na folha local que der o expediente oficial do Juízo, o certificado do oficial do registro que arquivar os documentos. § 1º Os documentos a que se referem as alíneas a, b e c, serão assinados tão somente pela administração eleita ou escolhida, ou pelos sete fundadores, os quais ficam responsáveis pela veracidade das afirmações do seu conteúdo e sujeitos às penas, no caso de fraude, de

100\$000 a 1:000\$, impostas pelo juiz da jurisdição a que pertence a cooperativa. § 2º O oficial do registro deverá dar um certificado dos documentos arquivados e remeter, por intermédio do Juízo, as duplicatas á Junta Comercial da capital do Estado. (Decreto-Lei nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932).

Neste registro jornalístico, o então Oficial de Registro Especial da Comarca de São Borja, Cléto Doria de Azambuja, faz o devido cumprimento legal, certificando do arquivamento na data de 02 de junho de 1956 e da publicação em meio de comunicação circular, no dia seguinte. Tais documentos foram arquivados no Cartório de Registros Especial, juntamente com outros documentos exigidos, tais como: ata de constituição da cooperativa, lista de sócios fundadores e estatutos sociais pertencentes a essa sociedade civil.

### **3.1.4 A nova denominação**

Em assembleia extraordinária, também realizada em local ainda provisório, ou seja, na sede da Associação Rural de São Borja, às vinte horas, do dia 17 de setembro de 1957, os associados da Cooperativa foram convocados por edital para tratar, entre outros assuntos, da substituição do nome da cooperativa.

E para tanto, fora posto em votação e aceito pelos presentes que a então sociedade passasse a denominar-se de “Cooperativa Triticola Samborjense Limitada”, com o intuito de fazer parte da Federação das Cooperativas Triticolas, a qual estava para ser criada naquele ano, Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda nessa reunião foram escolhidos dois delegados para participarem da nova federação a ser criada, a qual teve por objetivo representar as cooperativas tritícolas, que operassem com a cultura do trigo, sendo eleitos Pedro Araújo Batista da Silva e Waldemar Teixeira de Souza.

Sem outros assuntos de maiores destaques, a assembleia fora encerrada, sob a presidência interina pelo diretor-gerente Modesto Rey Dornelles, tendo sido convidados para a composição da mesa de trabalhos os senhores: Marco Antônio Ochôa Netto, Técnico da Secretaria da Agricultura Estadual, Sebaldo Edgar Saenger, gerente do Banco do Brasil, Ouidio Araújo Baptista da Silva, vice-prefeito de São Borja, secretariados pelo associado da COTRISAL, Joaquim Aquino Pinto.

Pode-se constatar que o novo nome da cooperativa se confirmou com base em publicação no jornal de circulação local, de acordo com o Anexo D, a qual trouxe o registro em cartório da alteração de denominação a ser implementada pela antes chamada de Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada (desde 14/04/1956) para a então Cooperativa Triticola Samborjense Limitada – COTRISAL, fato registrado em 17 de setembro de 1957. Com base nessa ilustração e nas anteriores, percebe-se claramente a atuação dos associados na implementação e readequação da cooperativa, bem como participação e decisão destes para com o bom andamento da entidade.

Essa nova designação visava a contemplação e, acordo com a ata da assembleia, objetivava primeiramente a reestruturação da cooperativa em conformidade com Plano Nacional de Economia Triticola, em vigor à época.

Essa modificação veio ao encontro com o Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek (1958), o qual tratava-se de um plano de desenvolvimento econômico a ser instaurado a partir de 30 junho de 1958, extensivo à duração de seu mandato. Como uma das metas visava o incremento da produtividade de trigo, com um aumento de produção, de acordo com tal programa, dos registrados 600.000 (seiscentas mil) toneladas do cereal o objetivo era de se atingir 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) toneladas de trigo.

O então plano mostrou que foram postos esforços nos dois anos anteriores, sendo um deles através de linha de crédito por meio da instituição bancária. Em 1957, o Banco do Brasil, mediante a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, disponibilizou valores superiores ao biênio anterior a serem emprestados aos agricultores cerca de Cr\$3.900.000.000,00 (três bilhões e novecentos milhões de cruzeiros) para o custeio da safra do ano anterior.

O objetivo desse empreendimento e aporte financeiro do Governo e da instituição financeira aspirava um forte incremento nos índices de produtividade da cultura triticola a nível nacional.

O governo detinha estimativa de que, no ano de 1957, o Brasil poderia registrar safra de trigo atingindo a casa de 1.200.000ton (um milhão e duzentas mil toneladas), em meio a expectativas de que condições adversas no clima poderiam reduzir esse valor, ainda sim, estimava-se pelo menos um acréscimo de 500.000ton (quinhentas mil toneladas) na safra, já descontadas todas as depreciações no produto, a serem inseridas nos índices de consumo local. Esse planejamento

governamental, também tinha por meta a expansão e crescimento da capacidade de silos e armazéns em diversos Estados da nação brasileira, visto que em 1955, o país dispunha de capacidade de armazenagem para, em torno de 5.026.000ton (cinco milhões e vinte e seis mil toneladas). Para o ano de 1958, se aspirava ao objetivo governamental a criação de novos espaços, onde os mesmos deveriam atingir a capacidade de 742.000ton (setecentas e quarenta e duas mil toneladas).

Dentre os Estados que deveriam registrar aumento da capacidade e a construção de silos e armazéns estava o Rio Grande do Sul, que até o ano de 1958, já tinha por intermédio de planejamento resultante da Comissão Estadual de Silos e Armazéns da referida unidade federativa, onze silos os quais somavam uma capacidade de armazenamento de 85.000ton (oitenta e cinco mil toneladas) de grãos, e desse conjunto, dez entraram em operação em 1959 (Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek, 1958).

Esse cenário demonstra que a COTRISAL passou a contemplar as ações e planos governamentais voltados para a agricultura, por meio de seus associados e de forma planejada houve o incremento nos índices de produtividade de trigo. Com isso, gerou superávits baseados nos indicadores registrados pela cooperativa, em relação à produção da lavoura tritícola em solo samborjense, permitindo com que a entidade, sócios e o município obtivessem resultados positivos gerados por esse crescimento incentivado pelos governantes, indústria e instituições bancárias.

#### **4 Movimentação de Grãos nos Depósitos da Cotrisal: de 1971 a 2009**

A COTRISAL, por meio de seus arquivos informatizados, compôs alguns registros numéricos das safras que adentraram em seus depósitos, principalmente de produções classificadas para a indústria. Os apontamentos dão conta das produções de trigo, sorgo, soja, milho, arroz e linho<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> “Merece especial menção o incremento que está tomando, nestes últimos tempos, o plantio de linho nessa zona, existindo já grandes áreas cultivadas com essa planta principalmente no 1º districto, onde tema primazia nessa cultura o fazendeiro Pedro Baptista da Silva, que possui dez colônias de linho, numa área total de 700 hectares. Outro abastado e culto fazendeiro, o sr. Menelio Tróis Machado, adquiriu, há pouco, toda a maquinaria moderna e necessária para um plantio, em grande escala, do linho, pretendendo cultivar, no primeiro ano, de seis a dez quadras de sesmaria (1 quadra de sesmaria = 87,12 hectare, ou seja, 6 quadras de Sesmaria = 522.72 a 10 quadras de sesmarias = 871.2 hectares) da mencionada planta”. - PORTO ALEGRE EM REVISTA: As sentinelas

Na sequência, serão expostos alguns gráficos que ilustram e apresentam os índices de produtividade em São Borja, compreendido o espaço temporal de 1971 a 2009, ou seja, ao longo de trinta e oito anos. Conforme esses dados, podemos antes mesmo de realizar a análise, destacar a importância de uma cooperativa, no que tange ao cumprimento da disponibilidade de locais para os associados armazenarem suas safras e na busca de melhores preços para a comercialização destas produções agrícolas.

#### **4.1 Produção tritícola**

Com base no Gráfico 01, pode-se verificar que as produções de trigo em São Borja, em 1971, quando iniciaram os registros, somam mais de dois milhões de sacas colhidas e armazenadas na COTRISAL. Totalizando, segundo os apontamentos da Cooperativa, uma entrada que atingiu os 2.016.429sc (dois milhões, dezesseis mil e quatrocentas e vinte e nove sacas), cada uma com uma capacidade de 60 quilos.

Mas no ano seguinte a esse recorde de produção, em 1972, houve uma brusca queda, dos mais de dois milhões de sacas, registrou-se pouco mais de trezentos mil sacas, não se sabendo ao certo se, em função do grande volume ainda em estoque referentes a safra anterior, que culminaram em alguma depreciação no preço de comercialização de trigo ou por quaisquer outros motivos relacionados à produção do grão.

Contudo, os anos 1973, 1974, 1976 e 1978 foram marcantes na produtividade de trigo<sup>28</sup>, conforme o mesmo Gráfico, uma vez que demonstra marcas de

---

da Fronteira – O Município de São Borja – A cidade de São Francisco de Borja – Seu Progresso e desenvolvimento, Disponível na Biblioteca Municipal Getúlio Vargas de São Borja em 19 Dez. de 2015. Todas essas produções tiveram fundamental importância para que a Agricultura e o Agronegócio se expandisse e consolidasse o município de São Borja, destacando-o num dado momento de sua história, com o seguinte slogan a ser inserido por meio de uma legenda na criação da bandeira do município, conforme a Lei Municipal nº 6.901 sancionada em 20 de maio de 1972, “São Borja Capital da Produção” Documento disponibilizado pela Câmara Municipal de Vereadores de São Borja em 2014.

<sup>28</sup> “ Damos como fatores principais da expansão do trigo neste município os seguintes motivos: a- A certeza ou convicção generalizada que nossas terras ubérrimas se prestam para o cultivo; b- O amparo oficial através dos critérios bancários; c- A mecanização da lavoura; d- A criação da Cooperativa Tritícola em 1956, que controla a comercialização do produto e os transportes para os centros consumidores; e- Aumento de produtividade com a adaptação de semente para o nosso solo e o cultivo através de trabalhos técnicos, amparados pela própria Cooperativa e órgãos oficiais, tanto da Secretaria da Agricultura como do Ministério; f- A facilidade de adaptação do homem vindo do

recebimento por parte da cooperativa dessa cultura, com índices que superam a casa de um milhão de sacas de trigo em cada um desses períodos. Por outro lado, a partir de 1981, os depósitos de trigo na COTRISAL, mostram-se inferiores aos registros anteriores. Fator este que permite, com clareza, concluir que há fortes indícios de que interferências externas, tais como clima, política agrícola, novas empresas no mercado de depósitos, emancipações de municípios<sup>29</sup> que antes eram vilas ao entorno de São Borja, dentre outros, que podem ter influenciado nessa queda abrupta de recebimento de trigo para a indústria.

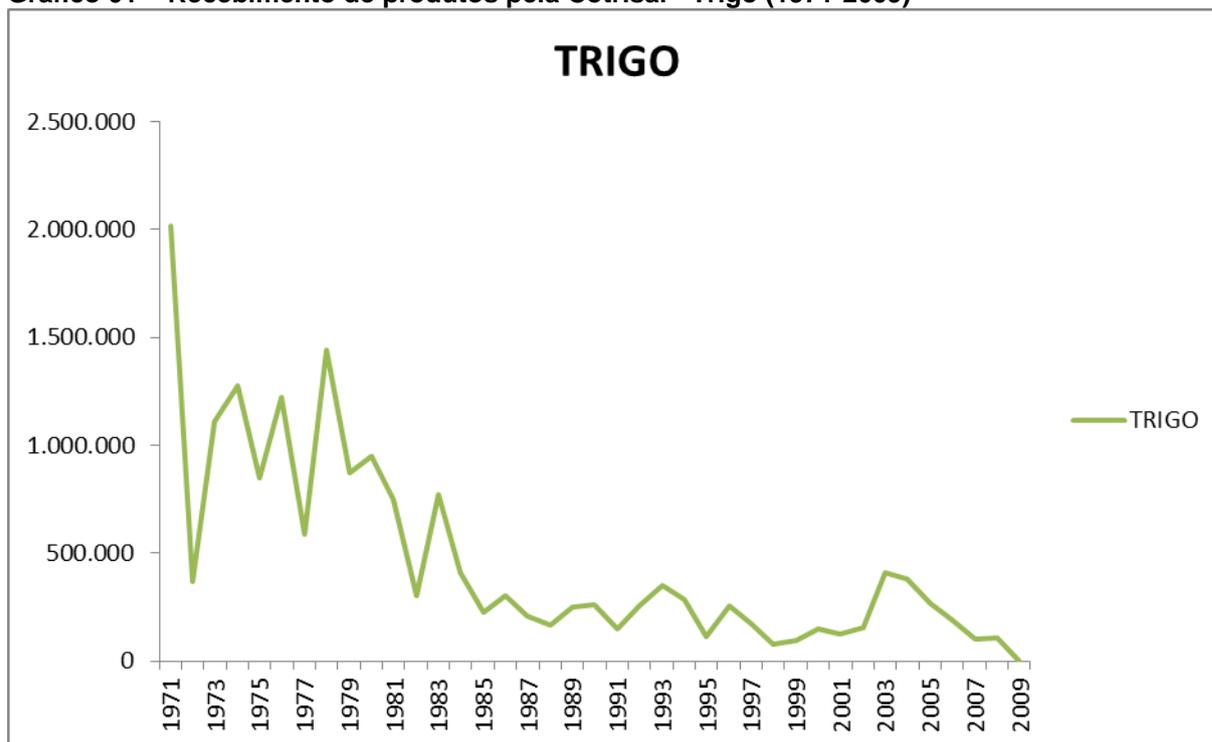
Portanto, ao longo desse período, o total de recebimento de trigo tipo indústria, superou a casa dos 18 milhões de sacas cada uma com sessenta quilos, mais precisamente um total de 18.007.492 sacas. Com relação a média desses anos em que a análise compreendeu os trinta e oito anos, fora de 473.881sc (quatrocentas e setenta e três mil, oitocentas e oitenta e uma sacas) o que nos revela que mesmo em momentos de baixas nos depósitos, as médias de armazenagem foram satisfatórias devido aos valores que superaram a casa de um milhão de sacas, propiciados no final da análise dessa mediana.

---

arado de tração animal para as máquinas motorizadas; e g- A facilidade de transportes internos, através de abertura de novas estradas e a contínua conservação mantida pela Prefeitura Municipal nesse Setor, possibilitando o escoamento da produção de todos os rincões do município com maior rapidez.” – Claudio Oraindi Rodrigues – SÃO BORJA E SUA HISTÓRIA. Coleção Tricentenário – nº 1 1982; pg.150; consultado na Biblioteca Municipal Getúlio Vargas de São Borja em 19 Dez. de 2015.

<sup>29</sup> Conforme o IBGE, no ano de 1992, o município de Garruchos emancipou-se de São Borja. Em 1995 foram os municípios de Unistalda, que emancipou-se de Santiago, e Maçambará, que emancipou-se de Itaqui. Finalmente, em 1998, o então distrito Itacurubi teve sua emancipação do município de São Borja.

Gráfico 01 – Recebimento de produtos pela Cotrisal - Trigo (1971-2009)



Fonte: COTRISAL.

#### 4.2 Sorgo

No Gráfico 02, apresentado na sequência, traz a amostra em relação as produções da cultura de sorgo em São Borja, em igual período, ou seja, entre os anos de 1971 a 2009. Com base nesse gráfico, observa-se que no ano de 1973 os depósitos na COTRISAL atingiram o seu maior valor de armazenagem, totalizando 407.830sc (quatrocentas e sete mil, oitocentas e trinta sacas) de 60 quilos cada.

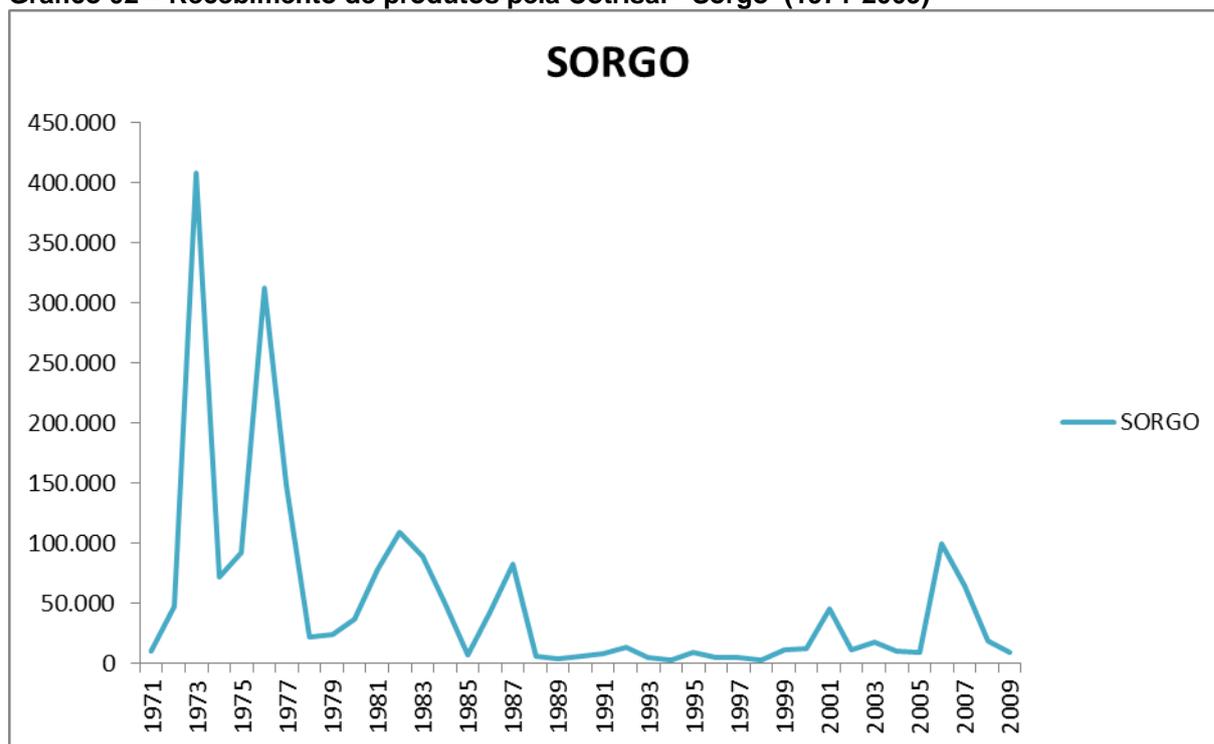
Outros valores próximos destes registrados anteriormente se verificaram em 1976, quando superada a casa das trezentas mil sacas, mais precisamente 312.168sc (trezentas e doze mil, cento e sessenta e oito sacas). Mas logo no ano seguinte, em 1977, essa produção em relação aos depósitos, caiu para tão somente para 148.725sc (cento e quarenta e oito mil, setecentas e vinte e cinco sacas) de 60 quilos.

E os registros posteriores mostram ainda que, no espaço de tempo de 1989 a 1998, houve uma estabilidade no recebimento de sorgo, o que pode remeter, com base nesse gráfico, a troca dessa cultura por outra mais rentável ao produtor ou então que a cooperativa almejava outros produtos que não este, devido a sua

finalidade para o uso somado a outros ingredientes na produção de rações para complemento na alimentação de animais.

Portanto, o total de recebimento de sorgo ao longo desses trinta e nove anos de registros somou 2.012.807sc (dois milhões e doze mil, oitocentas e sete sacas) de 60 quilos, com relação à média de recebimento de sorgo, o registro somado chega a 51.610sc (cinquenta e um, mil seiscentas e dez sacas).

**Gráfico 02 – Recebimento de produtos pela Cotrisal - Sorgo (1971-2009)**



Fonte: COTRISAL.

### 4.3 Produção sojícola

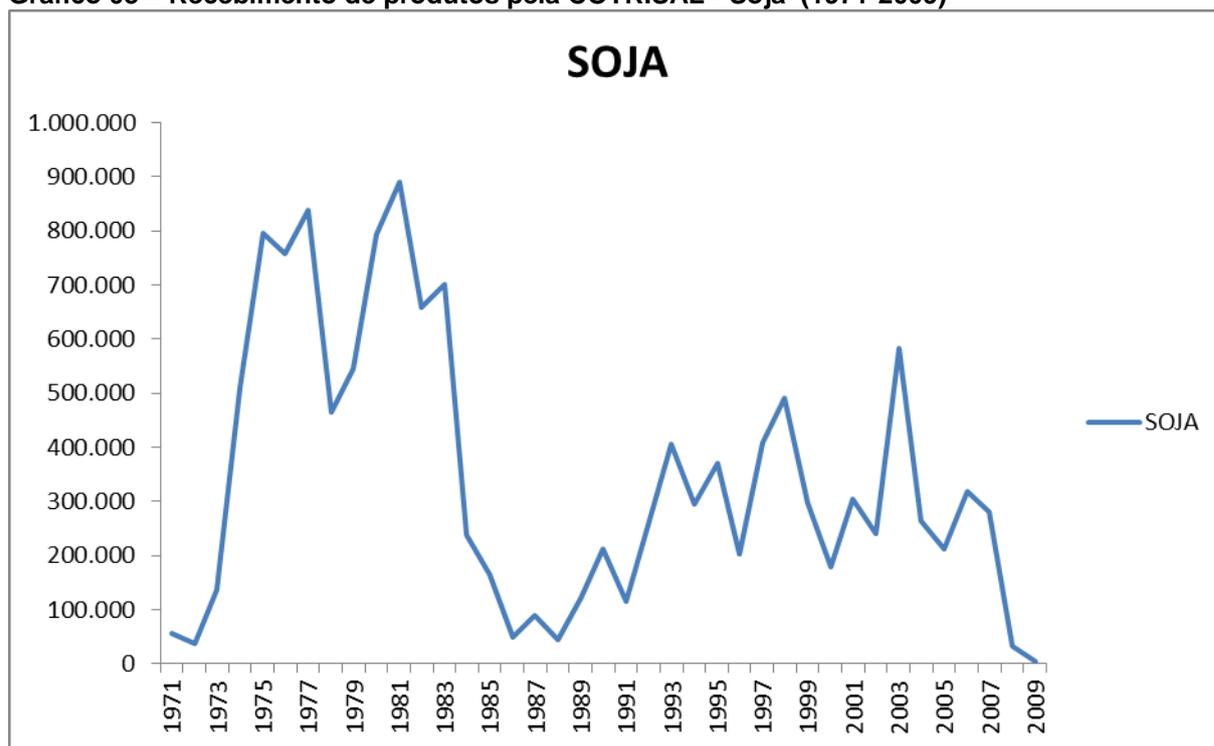
Ao ser feita a análise do Gráfico 03, o qual abordará a soja e valores de depósitos na COTRISAL no período de 1971 a 2009 em São Borja, percebe-se que houve vários momentos em que consideráveis valores convertidos em sacas de 60 quilos entraram na cooperativa.

Um primeiro ponto a ser elencado se dá pelo fato de, no espaço temporal que compreende 1973 a 1985, os depósitos feitos na cooperativa, superaram as 136.883sc (cento e trinta e seis mil, oitocentas e oitenta e três sacas) de 60 quilos.

O primeiro destes depósitos, de acordo com o Gráfico, do ano de 1981, aponta que a COTRISAL recebeu quase novecentas mil sacas de soja, o que totalizou 891.314sc (oitocentas e noventa e uma mil, trezentas e quatorze mil sacas).

Outra fase de considerável atuação da cooperativa frente aos seus associados se mostra no período entre 1989 e 2007 o qual, nessa nova fase de expressividade, em termos de entradas do grão, sai das 121.946sc (cento e vinte e uma mil, novecentas e quarenta e seis sacas), em 1989, e vem fechar em 2007 nas 279.711sc (duzentas e setenta e nove mil, setecentas e onze sacas). Ao analisar as duas fases, a primeira compreendida de 1973 a 1985 e a segunda de 1989 a 2007, de acordo com o Gráfico 03, verificam-se muitas oscilações quanto aos valores, sendo que de um ano para o outro a cultura da soja conseguia, em alguns momentos, superar a produção percebida anteriormente.

**Gráfico 03 – Recebimento de produtos pela COTRISAL - Soja (1971-2009)**



Fonte: COTRISAL

Contudo, analisando os anos de 1971-72, 1986-1988 e 2008-2009 (este último em especial) foram períodos em que menos a Cooperativa registrou a entrada dessa cultura em seus depósitos, somando-se um total de 314.779 (trezentas e quatorze mil, trezentas e setenta e nove) unidades ensacadas em 60 quilos.

Já com relação ao menor índice de recebimento de soja por parte da COTRISAL, esse pode ser observado no ano de 2009, o qual contabilizou, como mencionado anteriormente, pouco mais de quatro mil sacas, ou seja, com base nas anotações feitas pela Cooperativa, foram 4.554sc (quatro mil quinhentas e cinquenta e quatro sacas). Sugerindo que naquele período o município de São Borja passava por algumas dificuldades frente ao clima que culminaram na pouca produtividade de soja e somado ao fato da crise já instalada na COTRISAL, e isso também é percebido nos índices de recebimentos de outros produtos.

Portanto, ao todo foram contabilizados 39 registros de entrada da produção sojícola na Cooperativa, desde 1971 até o ano de 2009, o que somou um total de 13.367.982sc (treze milhões, trezentas e sessenta e sete mil, novecentas e oitenta e duas sacas) de soja, podendo-se perceber um grande volume recebido pela Cooperativa, ao realizar a conversão destas sacas em quilos, atingindo o valor de 802.078.920kg (oitocentos e dois milhões, e setenta e oito mil e novecentos e vinte quilos) da oleaginosa.

#### **4.4 Milho**

Na sequência das análises dos gráficos relativos às entradas das safras em São Borja, registradas de 1971 a 2009 pela COTRISAL, faz-se a análise do Gráfico 04, o qual abordará o recebimento de milho. Enfatizando que, para essa cultura, o início dos depósitos na COTRISAL se deu a partir de 1979.

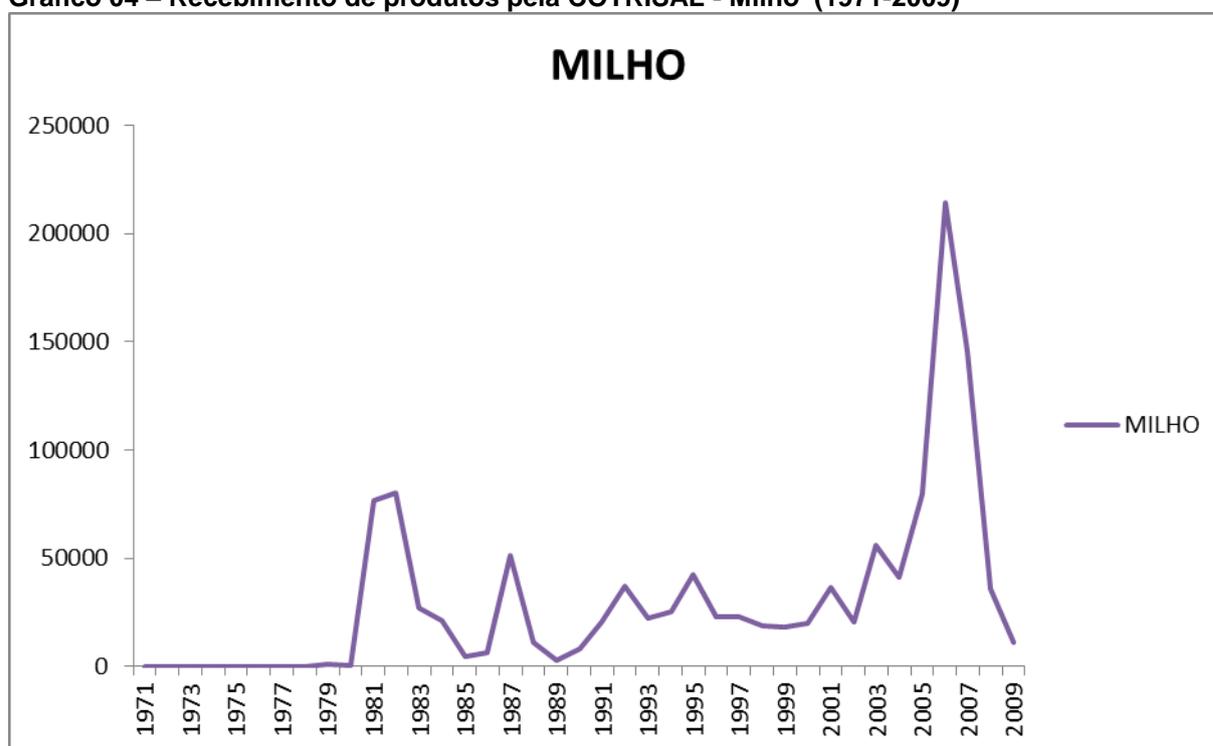
Conforme demonstra o Gráfico, a entrada de milho nos armazéns da cooperativa tem seu início de forma bem tímida, pois são registrados os valores mínimos. Nos anos de 1979 e 1980 notou-se que foram contabilizados tão somente, 829sc (oitocentas e vinte e nove sacas) e 541sc (quinhentas e quarenta e uma sacas de 60 quilos de milho, respectivamente

Outro dado que chama a atenção frente ao esboço, se dá pelo fato de ocorrer de uma maneira geral, certa estabilidade nos recebimentos de milho por parte da COTRISAL, no período de 1991 a 2005. Os valores depositados não diminuíram em 1999, das 18.004sc (dezoito mil e quatro sacas) até chegar ao ponto máximo desse período, o qual se dá em 2005, quando se atingiu as 79.490sc (setenta e nove mil, quatrocentas e noventa sacas) de milho.

Com relação ao maior índice apontado, de acordo com o gráfico em análise, este ocorreu em 2006, quando somam-se 214.523sc (duzentas e quatorze mil, quinhentas e vinte e três sacas) de milho. Porém, já no ano seguinte, nota-se um cenário de quedas acentuadas nas quantidades do grão que foram depositadas na entidade, tendo sido recebidas 145.754sc (cento e quarenta e cinco mil, setecentas e cinquenta e quatro sacas). Em 2008, a soma atinge as 36.030sc (trinta e seis mil e trinta sacas). E por fim, chega-se ao ponto final dessa trajetória analítica, no ano de 2009 com tão somente 11.153sc (onze mil, cento e cinquenta e três sacas) de milho de 60 quilos sendo depositadas nos silos da Cooperativa.

Portanto, quanto à média de recebimento de milho pela COTRISAL, ao longo dessas 31 contagens, tem-se um total em torno de 38.104sc (trinta e oito mil, cento e quatro sacas) de milho. Quanto ao total de unidades de 60kg de milho fechadas ao longo dessa análise, totalizam-se 11.812.51sc (onze milhões, oitocentas e doze mil, cinquenta e uma sacas).

**Gráfico 04 – Recebimento de produtos pela COTRISAL - Milho (1971-2009)**



Fonte: COTRISAL

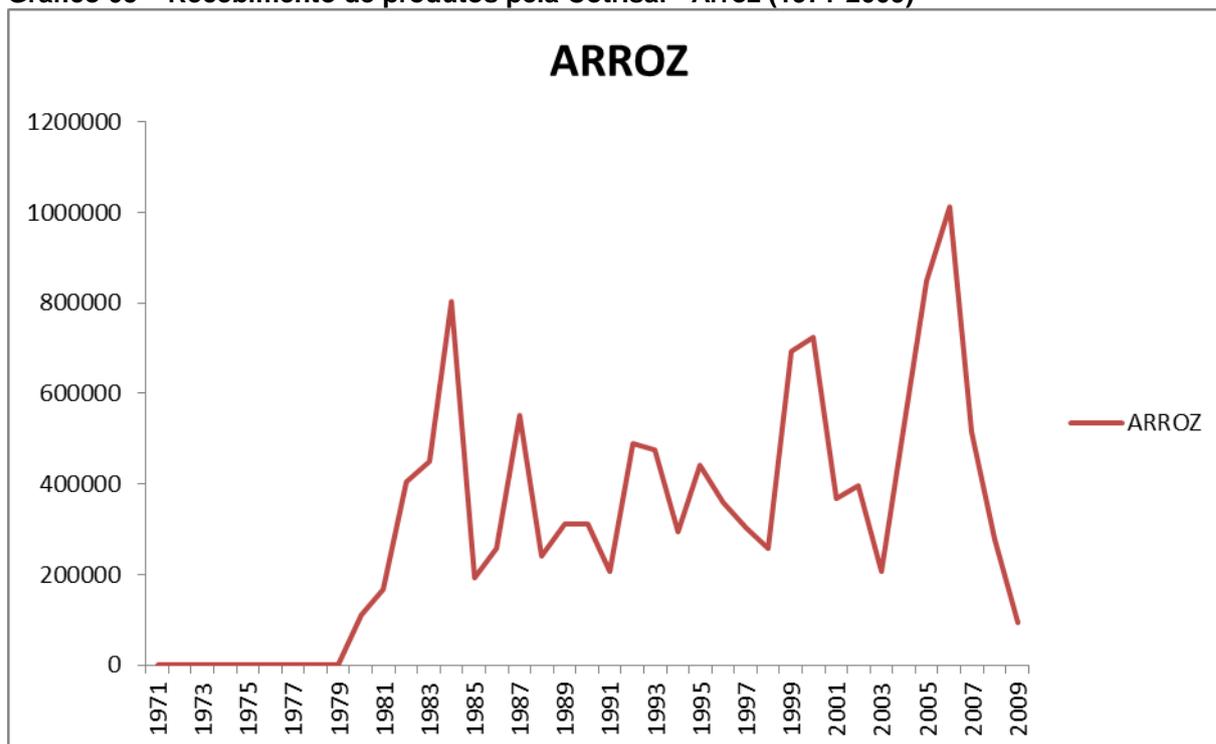
#### 4.5 Produção orizícola

A produção de arroz teve os primeiros apontamentos em termos de entrada na Cooperativa a partir do ano seguinte ao primeiro registro do milho, ou seja, em 1980. Ao realizar a exploração e de acordo com o Gráfico 05, constata-se que, de 1980 até 1984, há uma trajetória ascendente quanto aos recebimentos de arroz. Na sequência, o mesmo Gráfico mostra uma forte retração, seguidas de constantes oscilações nos registros de entrada de arroz na COTRISAL.

Quanto ao menor valor feito em apontamento constata-se que, conforme o Gráfico 05, em 2009 o saldo contabilizado atingiu as 93.606sc (noventa e três mil, seiscentas e seis sacas). Porém, para a produção orizícola referência de peso usada é de 50 quilos por saca. Contudo, três anos antes se percebeu melhor índice, ou seja, em 2006 fora atingido o ápice com relação à produção de arroz depositada nos armazéns da COTRISAL, totalizando um número que chegou à 1.011.224 (um milhão, onze mil, duzentas e vinte e quatro sacas) de 50 quilos.

Na sequência, e ainda com base o Gráfico 05, mostra-se com clareza uma queda dos depósitos dos valores de recebimentos, caindo vertiginosamente em 2007, com 514.942sc, para 277.300sc em 2008, até chegar ao último ano analisado, com o valor já referendado anteriormente – pouco mais de 90 mil sacas.

Portanto, com relação a contagem amostral compreendeu um total de trinta análises, compreendendo os anos de 1980 a 2009, que somados atingem um saldo total de 12.303.534sc (doze milhões, trezentas e três mil, quinhentas e trinta e quatro sacas) de 50 quilos cada. Com relação à média verificada nesse período, caracteriza-se um total de 410.118sc (quatrocentas e dez mil, cento e dezoito sacas) ao longo de todo o espaço temporal analisado.

**Gráfico 05 – Recebimento de produtos pela Cotrisal - Arroz (1971-2009)**

Fonte: COTRISAL

#### 4.6 Linho

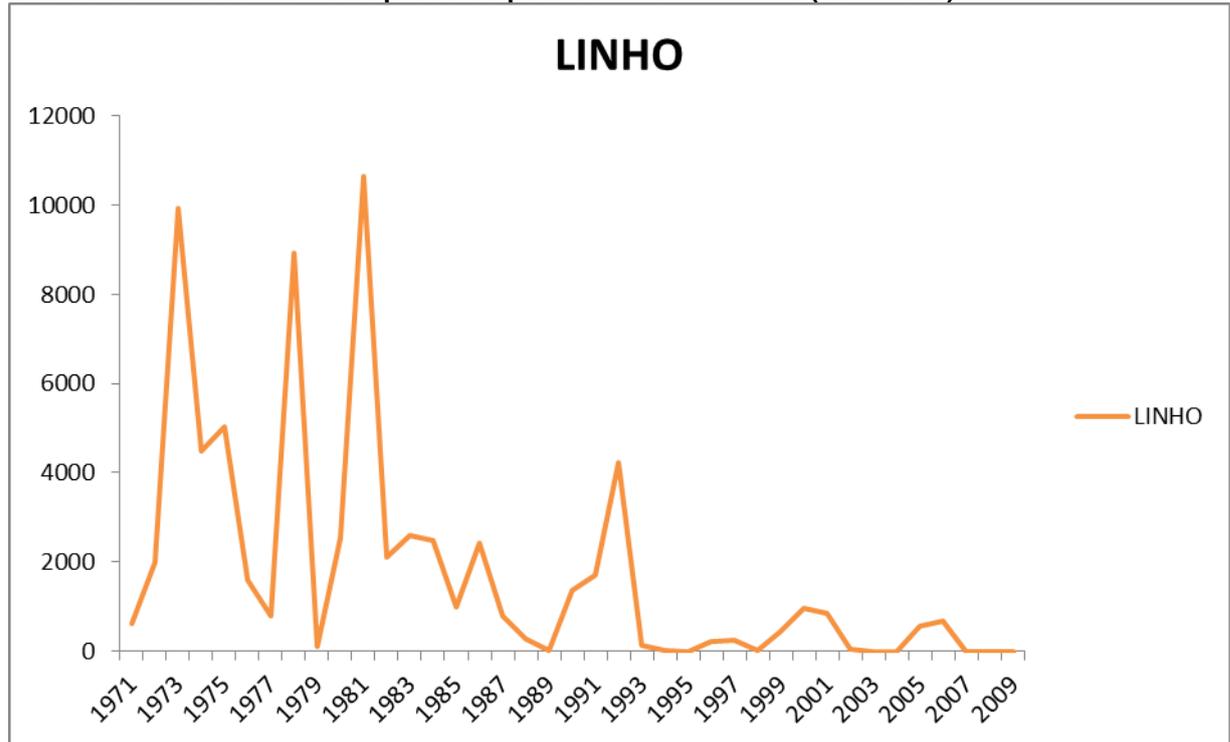
Com base nos registros de entradas de produtos, registrados pela Cooperativa Tritícola Samborjense Limitada – COTRISAL, no espaço de tempo que compreendido entre 1971 e 2009, por meio das verificações dos apontamentos feitos, à medida que o linho dava entrada em seus armazéns (Gráfico 06) mostra que houveram alguns períodos que não foram feitos apontamentos: 1995, 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009, não sendo esclarecidos os motivos pela ausência desses registros. Contudo, os outros indicadores que compõem o período analítico citado estão registrados.

O que pode ser referenciado, seguindo os parâmetros apresentados pelo Gráfico diz que, em 2002, a entrada de linho nos depósitos da Cooperativa, somou tão somente 34sc (trinta e quatro sacas), ficando assim com a menor marca nas anotações. Já o valor de maior expressão se deu em 1981, com a marca de 10.634vol (dez mil, seiscentos e trinta e quatro volumes) de 60 quilos.

Outro aspecto que chama a atenção se dá pelo fato que, a partir das anotações feitas de 1993 seguindo até 2006, destaca-se que ficaram de fora por

falta de informação os anos 1995, 2003 e 2004; havendo uma clara tendência ao abandono dessa cultura por parte dos produtores frente aos valores entregues a Cooperativa e sugerindo, ainda ao investigar o Gráfico 06, que os investimentos em outras culturas foram determinantes para o abandono da lavoura de linho em São Borja.

**Gráfico 06 – Recebimento de produtos pela COTRISAL - Linho (1971-2009)**



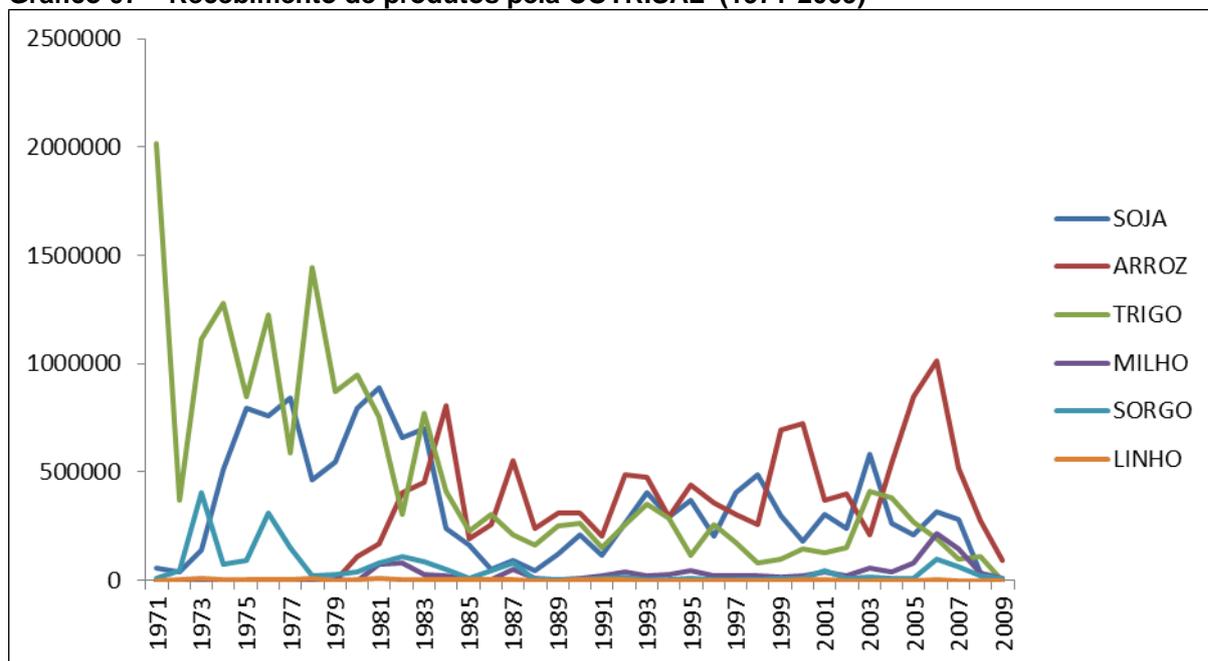
Fonte: COTRISAL

Portanto, com relação à contagem dos apontamentos de entrada do grão nos armazéns da Cooperativa, essa alcançou o total de 33 relatórios, ou seja, mais de três décadas de cultivo, sendo que no espaço analisado de 1971 a 2009 ficaram seis anos sem serem registrados os valores de recebimento de linho por parte da cooperativa. Conclui-se que o total de recebimento dessa produção atingiu os 69.797sc (sessenta e nove mil, setecentas e noventa e sete sacas).

Outros apontamentos dão conta de que, em média, ao longo dessas trinta e três variáveis, ficou em torno de 2.115 (duas mil, cento e quinze sacas), o que mostra que o linho ao longo de todo esse tempo não se mostrou tão notável e de expressão em termos de armazenagem.

#### 4.7 Análises Gerais dos Produtos Recebidos pela COTRISAL de 1971 a 2009

Gráfico 07 – Recebimento de produtos pela COTRISAL (1971-2009)



Fonte: COTRISAL

No contexto geral, e embasado no Gráfico 07, constata-se que a Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda, no intervalo de tempo o qual compreendeu as análises de 1971 a 2009, relativas aos valores de entradas nos armazéns da cooperativa, sendo que esse período analisado abrangeu um total de 6 variáveis. Essas avaliações compreenderam as produções de linho, sorgo, milho, trigo, arroz e soja.

Ao todo foram realizadas 214 contagens, conforme o registro de recebimento de produtos da COTRISAL, estando dentro do período referenciado anteriormente. Ao passar desses 38 anos de anotações, constatou-se que a COTRISAL recebeu um montante de grãos que totalizou 46.971.838 (quarenta e seis milhões novecentos e setenta e um mil oitocentos e trinta e oito) sacas que variaram de 50 quilos no caso do arroz, e para os demais produtos 60 quilos.

Portanto, a média dessas amostragens mostra que durante todo esse transcurso de ingresso desses produtos ficou nos 219.495 (duzentos e dezenove mil quatrocentos e noventa e cinco) sacas, nas quais, como citado anteriormente, variaram de 50 quilos no caso do arroz, e para os demais produtos 60 quilos.

Contudo, essa análise mostra que a COTRISAL deteve fundamental importância para a expansão e aumento das produções agrícolas no município de

São Borja de 1971 a 2009, e também aponta para algumas culturas tendo seus espaços sendo ocupadas por outras cultivares.

As principais lavouras de verão, e que, portanto, são sensíveis à estiagem no sul do Brasil, são as de soja, fumo, milho e feijão, que representam em torno de 60% do total do valor da produção das lavouras temporárias do Rio Grande do Sul<sup>30</sup>. Segundo informações da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) na EBC<sup>31</sup> (Empresa Brasil de Comunicação) as quedas nas safras do período 2006/2007 ocorreram devido à estiagem durante o plantio, às temperaturas reduzidas e segundo o então ministro da agricultura, Luiz Carlos Guedes Pinto outro fator que atribuiu essa queda foi a valorização do real frente ao dólar na última safra que ocasionou perdas para o produtor e desestimulou o plantio para a próxima safra.

#### **4.8 Crise financeira da Cooperativa Triticola Samborjense Limitada**

Com base nos documentos dos períodos contábeis anuais, 2011 e 2012, é possível remeter-se ao panorama da situação financeira da COTRISAL, uma vez que este possibilita alguns números relacionados aos débitos desse período para assim poder perceber o quão grave quadro é o endividamento pelo que passa a referida cooperativa.

Para o cumprimento dessa tarefa, foram utilizados documentos com valores dos saldos que nesse período já se apresentavam negativos. A referida base documental para a produção textual desse capítulo será composta de demonstrações contábeis por meio de balanço patrimonial de ativos e passivos ao longo desse período, ou seja, de 2011 e 2012.

Serão produzidas algumas tabelas para que possam contribuir na explanação acerca das informações de ordem financeira. Com estas exposições objetiva-se contribuir para o desenvolvimento da análise documental embasando a crise da COTRISAL.

Outros documentos utilizados são a ata número 149, a qual trata da aprovação em assembleia da proposta de auto liquidação ou liquidação voluntária

---

<sup>30</sup> FOCHEZATTO, A. & GRANDO, M. Z. Efeitos da estiagem na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem Multissetorial. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 137-160, jun. 2011. Link: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2339>. Acesso em: 21 Dez. 2015.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-10-05/producao-do-trigo-deve-cair-quase-50-na-safra-2006-2007>. Acesso em: 15 Nov 2015.

da sociedade cooperativa COTRISAL. Além de conceituações embasadas na lei que regulamenta o funcionamento dessas sociedades, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, no que tange auto liquidação, funções dos liquidantes, buscando a conceituação na literatura acerca do significado da palavra crise.

Finalmente, foram buscados dados de saldos de dívidas trabalhistas junto ao sitio eletrônico do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT. Todos esses dados citados foram apresentados com o objetivo de comprovar por meio dos números que a atual cooperativa se encontra em processo de deterioração social e financeira, e que até então apresenta-se como irreversível frente ao atual cenário.

Porém antes de iniciar esta análise, recordamos que nos últimos anos muitas são as cooperativas que passaram por momentos de crise, enfrentando os mais diversos problemas, mas que buscam sanar suas dívidas para desta forma evitar seu desaparecimento do mercado produtor do agronegócio. Como mencionou o Jornal Zero Hora (2014) em sua reportagem do dia 06 de outubro de 2014, algumas dessas cooperativas gaúchas que se encontram em processo de liquidação voluntária semelhante a observada na COTRISAL, sendo estas a Cooperativa Tritícola Serrana Ltda. - COTRIJUI (Ijuí), Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo. - COTRISA (Santo Ângelo), Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai Ltda. - COTRIMAIO (Três de Maio), Cooperativa Mista Tucunduva Ltda. - COMTUL (Tucunduva) e Cooperativa Agrícola Jaguari LTDA. - COAGRIJAL (Jaguari).

#### **4.8.1 Balanço Patrimonial – Passivo**

A partir desse ponto será realizada a análise da tabela 01, onde são apresentados os números com relação aos saldos em que a sociedade Cooperativa Tritícola Samborjense Limitada – COTRISAL apresentou em seu balanço financeiro que contemplou os períodos contábeis de 2011 e 2012. Nesse demonstrativo é possível fazer uma mensuração da situação social e financeira em que a entidade ora estudada vivencia, pois com essas análises é possível constatar um quadro de grave situação para a continuidade das operações realizadas pela cooperativa.

Com relação ao passivo circulante que a COTRISAL realizou ao longo do biênio 2011 e 2012, foram contempladas todas as contas, dívidas com fornecedores, créditos de clientes, bancos, movimentação de sócios e não sócios, produto a liquidar, Empréstimos do Governo Federal – EGF a saldar, outros detentores de

créditos, assim como as obrigações sociais trabalhistas, fiscais tributárias e diversas e por fim as provisões.

No contexto geral, e embasado no Gráfico 07, constata-se que a Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda, no intervalo de tempo o qual compreendeu as análises de 1971 a 2009, traz um total de 6 variáveis. Essas avaliações compreenderam as produções de linho, sorgo, milho, trigo, arroz e soja.

Ao todo foram realizadas 214 contagens, conforme o registro de recebimento de produtos da COTRISAL, estando dentro do período referenciado anteriormente. Ao passar desses 38 anos de anotações, constatou-se que a COTRISAL recebeu um montante de grãos que totalizou 46.971.838sc (quarenta e seis milhões, novecentas e setenta e uma mil, oitocentas e trinta e oito sacas) que variaram de 50 quilos, no caso do arroz, e para os demais produtos, 60 quilos. Portanto, a média dessas amostragens calcula que durante todo esse transcurso de ingresso, foram atingidas as 219.495 (duzentas e dezenove mil, quatrocentas e noventa e cinco sacas).

Contudo, essa análise mostra que a COTRISAL deteve fundamental importância para a expansão e aumento das produções agrícolas no município de São Borja de 1971 a 2009 e também aponta que algumas culturas tiveram seus espaços sendo ocupadas por outras cultivares.

As principais lavouras de verão, e que, portanto, são sensíveis à estiagem no sul do Brasil, são as de soja, fumo, milho e feijão, que representam em torno de 60% do total do valor da produção das lavouras temporárias do Rio Grande do Sul<sup>32</sup>. Segundo informações da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) na EBC<sup>33</sup> (Empresa Brasil de Comunicação) as quedas nas safras do período 2006/2007 ocorreram devido à estiagem durante o plantio, às temperaturas reduzidas e segundo o então Ministro da Agricultura, Luiz Carlos Guedes Pinto, outro fator que atribuiu essa queda foi a valorização do Real frente ao dólar na última safra, o que ocasionou perdas para o produtor e desestimulou o plantio para a próxima safra.

---

<sup>32</sup> FOCHEZATTO, A. & GRANDO, M. Z. Efeitos da estiagem na economia do Rio Grande do Sul: uma abordagem Multissetorial. Textos para Discussão FEE N° 62, 21 p. 2009.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2006-10-05/producao-do-trigo-deve-cair-quase-50-na-safra-2006-2007>. Acesso em: 15 nov 2015.

#### 4.8 A Chegada da Crise Financeira

Com base nos documentos dos períodos contábeis anuais de 2011 e 2012, é possível remeter-se ao panorama da situação financeira da COTRISAL, uma vez que este possibilita alguns números relacionados aos débitos desse período, para assim poder perceber a situação de endividamento pela qual passa a referida Cooperativa.

Para o cumprimento dessa tarefa, foram utilizados documentos com valores dos saldos que nesse período já se apresentavam negativos. A referida base documental para a produção textual desse capítulo será composta de demonstrações contábeis por meio de balanço patrimonial de ativos e passivos ao longo desse biênio de 2011 e 2012.

Serão produzidas algumas tabelas para que possam contribuir na explanação acerca das informações de ordem financeira. Com estas exposições objetiva-se contribuir para o desenvolvimento da análise documental embasando a crise da COTRISAL.

Outros documentos utilizados são a Ata Número 149, a qual trata da aprovação em assembleia da proposta de autoliquidação ou liquidação voluntária da Sociedade Cooperativa COTRISAL. Além de conceituações embasadas na lei que regulamenta o funcionamento dessas sociedades, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, no que tange autoliquidação, funções dos liquidantes, buscando a conceituação na literatura acerca do significado da palavra crise.

Finalmente, foram buscados dados de saldos de dívidas trabalhistas junto ao sitio eletrônico do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT. Todos esses dados citados foram apresentados com o objetivo de comprovar, por meio dos números, que a atual Cooperativa se encontra em processo de deterioração social e financeira e que até então apresenta-se como irreversível frente ao atual cenário.

Porém, antes de iniciar esta análise, recordamos que nos últimos anos muitas são as Cooperativas que passaram por momentos de crise, enfrentando os mais diversos problemas, mas que buscam sanar suas dívidas para, desta forma evitar seu desaparecimento do mercado produtor do agronegócio.

Como mencionou o Jornal Zero Hora, em sua reportagem do dia 06 de outubro de 2014, algumas dessas cooperativas gaúchas que se encontram em processo de liquidação voluntária semelhante a situação observada na COTRISAL,

sendo estas a COTRIJUI - Cooperativa Regional Triticola Serrana Ltda (de Ijuí), a COTRISA - Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo (de Santo Ângelo), a COTRIMAIO - Cooperativa Agropecuária Alto Uruguai Limitada (de Três de Maio), a COMTUL - Cooperativa Mista Tucunduva Limitada (de Tucunduva) e a COAGRIJAL - Cooperativa Agrícola Jaguari Limitada (de Jaguari).

#### **4.8.1 Balanço Patrimonial – Passivo**

A partir desse ponto será realizada a análise da Tabela 01, onde são apresentados os números com relação aos saldos em que a sociedade Cooperativa Triticola Samborjense Ltda – COTRISAL –, apresentou em seu balanço financeiro que contemplou os períodos contábeis de 2011 e 2012. Nesse demonstrativo é possível fazer uma mensuração da situação social e financeira em que a entidade estudada vivencia, pois com essas análises é possível constatar um quadro negativo para a continuidade das operações realizadas pela cooperativa.

Com relação ao passivo circulante que a COTRISAL realizou ao longo do biênio 2011 e 2012, foram contempladas todas as contas, dívidas com fornecedores, créditos de clientes, bancos, movimentação de sócios e não sócios, produto a liquidar, Empréstimos do Governo Federal – EGF's – a saldar, outros detentores de créditos, assim como as obrigações sociais trabalhistas, fiscais tributárias e diversas e por fim, as provisões.

Dentre esses valores apresentados pela Tabela 01 e que contemplam o passivo circulante no período de 2011 e 2012, destacam-se os saldos relacionados a fornecedores que, em 2011, superavam a casa dos nove milhões de reais, ou seja, R\$9.280.402,35 (nove milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e dois reais e trinta e cinco centavos) e no ano seguinte se reduz em torno de 30 mil reais, atingindo os R\$9.250.639,17 (nove milhões, duzentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e nove reais e dezessete centavos).

Outro ponto que também se destaca é o que aborda produtos a liquidar, os quais são compostos dos cereais depositados na COTRISAL, que por sua vez somavam em 2011, mais de oito milhões de reais, atingindo um montante de R\$8.238.119,34 (oito milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e dezenove reais e trinta e quatro centavos). Em 2012, mostrando que a diretoria daquele período conseguiu, por meio dos associados, entradas consideráveis dos depósitos de

grãos, atingiu-se um saldo total de R\$10.436.623,05 (dez milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e cinco centavos). Outra demanda que também mostra a grave situação da entidade, diz respeito às obrigações de ordem sociais trabalhistas, ou seja, as movimentações de ex-funcionários requerendo os seus direitos via judicial, diz que no ano de 2011, havia um saldo de R\$6.606.485,80 (seis milhões, seiscentos e seis mil reais, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta centavos) e que ao final do exercício contábil de 2012, ascendeu aos R\$6.974.615,89 (seis milhões, novecentos e setenta e quatro mil reais, seiscentos e quinze reais e oitenta e nove centavos), demonstrando que a COTRISAL não conseguiu reverter o quadro negativo em relação as suas obrigações sociais trabalhistas.

Instituições financeiras são outro saldo que demonstrou uma aceleração em seu crescimento negativo, pois foram tomados empréstimos ao longo de administrações passadas, em diversos bancos e entidades detentoras de crédito, e que até 2011 importavam em R\$6.245.685,50 (seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), soma esta que não havia sido contemplada em termos de pagamento e que gerou por meio dos juros e correções adicionados ao final de 2012, um total de R\$6.254.571,87 (seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos).

Quanto à participação dos associados por meio de negociações contempladas por sua cooperativa, constata-se claramente a baixa atuação e participação no ano de 2011, atingindo um total de R\$163.287,62 (cento e sessenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos). Mesmo havendo em 2012 um crescimento em termos de valores, ainda assim, se presume que diante de um quadro associativo grande, estes poderiam ser muito mais expressivos do que os R\$226.385,24 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos) registrados.

Operações realizadas pelos produtores que não são associados parecem ter contribuído para uma melhor atuação: ao analisar o ano de 2011, chegamos ao valor de R\$110.742,26 (cento e dez mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e seis centavos), valor que é crescente no ano seguinte para R\$115.252,77 (cento e quinze mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos). Se esses saldos fossem somados entre sócios e não associados se teria um total de

R\$274.029,88 (duzentos e setenta e quatro mil, vinte e nove reais e oitenta e oito centavos) somente no ano de 2011, soma que já em 2012 essa chega a R\$341.638,01 (trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e um centavo).

Quanto a obrigações fiscais tributárias, que contemplam os tributos incidentes na sociedade cooperativa, saíram de R\$462.376,42 (quatrocentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos) no ano 2011, para um total de R\$487.097,01 (quatrocentos e oitenta e sete mil, noventa e sete reais e um centavo) no período de 2012. Em referência as disposições diversas executadas pela cooperativa, em 2011 registraram R\$52.682,87 (cinquenta e dois mil, seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), valor que fora diminuído frente as dificuldades enfrentadas pela COTRISAL, para tão somente R\$42.123,70 (quarenta e dois mil, cento e vinte e três reais e setenta centavos) em 2012, uma redução que somou algo em torno de dez mil reais.

No que respeita ao saldo das provisões é possível observar na Tabela 01, que houve um avanço considerável de um ano para o outro, uma vez que em 2011 havia disponível um saldo de R\$6.006,23 (seis mil e seis reais e vinte e três centavos) e no ano subsequente foram provisionados R\$84.992,12 (oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois mil e doze centavos), demonstrando um esforço em meio à crise financeira de se obter saldo para o provimento de outras demandas mais urgentes.

Outros valores, tais como outros credores que foram apontados na Tabela 01, demonstrando que no ano contábil de 2011 se registrou um total com eventuais despesas diversas de R\$254.194,97 (duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos) e em 2012 essa categoria sofreu um avanço em termos de valoração para um montante de R\$258.475,73 (duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e três centavos). Demais saldos a receber tais como cheques a compensar, adiantamentos recebidos de clientes e EGF's a remir ao longo do biênio analisado se mantiveram inalterados ou com movimentação reduzida. No caso dos cheques a compensar é que praticamente se manteve o valor quando em 2011 havia um total de R\$178.858,86 (cento e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos) e no saldo de 2012 atingiu, conforme o demonstrativo, R\$178.858,64

(cento e setenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

**TABELA 01 – Balanço Patrimonial Passivo**

	<b>EM 31/12/2011</b>	<b>EM 31/12/2012</b>
<b>I - PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 33.330.573,10</b>	<b>R\$ 35.950.523,33</b>
Cheques a Compensar	R\$ 178.858,86	R\$ 178.858,64
Fornecedores	R\$ 9.280.402,35	R\$ 9.250.639,17
Adiantamento Recebido de Clientes	R\$ 932.604,85	R\$ 932.604,85
Instituições Financeiras	R\$ 6.245.685,50	R\$ 6.254.571,87
Associados com Movimento	R\$ 163.287,62	R\$ 226.385,24
Não Associados com Movimento	R\$ 110.742,26	R\$ 115.252,77
Produto a Liquidar	R\$ 8.238.119,34	R\$ 10.436.623,05
EGF a Remir	R\$ 178.955,11	R\$ 178.955,11
Outros Credores	R\$ 254.194,97	R\$ 258.475,73
Obrigações Sociais Trabalhistas	R\$ 6.606.485,80	R\$ 6.974.615,89
Obrigações Fiscais Tributárias	R\$ 462.376,42	R\$ 487.097,01
Obrigações Diversas	R\$ 52.682,87	R\$ 42.123,70
Provisões	R\$ 6.006,23	R\$ 84.992,12
<b>II – RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS. – Receitas Financeiras.</b>	<b>R\$ 620.170,92</b>	<b>R\$ 529.328,18</b>
<b>III – PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO.</b>	<b>R\$ 3.369.722,84</b>	<b>R\$ 2.116.058,59</b>
Obrigações Sociais	R\$ 940.024,25	R\$ 940.024,25
Capital a Restituir	R\$ 68.909,20	R\$ 228.127,26
Instituições Financeiras	R\$ 700.224,28	R\$ 700.224,28
Granoleo S/A	R\$ 1.442.189,11	R\$ 29.306,80
Outros Credores	R\$ 218.376,00	R\$ 218.376,00
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>R\$ 36.700.295,94</b>	<b>R\$ 38.066.581,92</b>
<b>IV – PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 6.820.571,97</b>	<b>R\$ 11.650.415,87</b>
<b>1) CAPITAL SOCIAL</b>	<b>R\$ 1.330.598,87</b>	<b>R\$ 1.119.604,23</b>
Capital Subscrito	R\$ 1.433.474,92	R\$ 1.218.543,87
( - ) A Integralizar	R\$ 102.876,05	R\$ 98.939,64
<b>2) RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>R\$ 8.151.170,84</b>	<b>R\$ 12.770.020,10</b>
Resultado do Exercício	R\$ 1.273.368,24	R\$ 4.618.849,26
Perdas de Exercícios Anteriores	R\$ 6.887.802,60	R\$ 8.151.170,84
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>R\$ 29.879.723,97</b>	<b>R\$ 26.416.166,05</b>

**FONTE:** Demonstrações Contábeis procedidas em 31 de dezembro de 2012 – COTRISAL

Ainda assim pode-se perceber uma clara redução nos valores de referência para os exercícios futuros, influenciados pelo quadro de dificuldades enfrentados pela COTRISAL. A queda é percebida quando, em 2011 foram registrados R\$620.170,92 (seiscentos e vinte mil, cento e setenta reais e noventa e dois

centavos) para reduzidos para R\$529.328,18 (quinhentos e vinte e nove mil, trezentos e vinte e oito reais e dezoito centavos), o que leva a dedução de que houveram reduções significativas em investimentos por parte da Cooperativa em seus diversos setores.

Quanto ao planejamento para o futuro, ou seja, na demanda do passivo exigível em longo prazo, a referida exposição mostra que se mantêm inalterados os valores que compreendem obrigações sociais que, tanto em 2011 como em 2012, possui uma previsão fixada em R\$940.024,25 (novecentos e quarenta mil e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos). Outra demanda sem alteração refere-se às instituições financeiras, constituindo um posicionamento em R\$700.224,28 (setecentos mil, duzentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos) no período de dois anos. De igual forma, aparece o campo “outros credores”, que se manteve inalterado para o futuro durante o espaço temporal analisado, permanecendo em R218.376,00 (duzentos e dezoito mil, trezentos e setenta e seis reais).

O principal e maior valor percebido se refere a uma aquisição por parte da Cooperativa é em referência a um armazém de propriedade da empresa Granoleo S/A, para a implementação do descascador e beneficiamento de arroz. Como essa negociação não se concretizou, a COTRISAL gerou um saldo negativo. O valor fica evidenciado em 2011, quando somaram-se R\$1.442.189,11 (um milhão, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e oitenta e nove reais e onze centavos) e esse saldo, em 2012, sugere que houve alguma negociação no sentido de quitação, percebendo-se uma queda significativa, para tão somente R\$29.306,80 (vinte e nove mil, trezentos e seis reais e oitenta centavos).

O segundo saldo que chama a atenção está no capital a ser restituído que em 2011 era de R\$68.909,20 (sessenta e oito mil, novecentos e nove reais e vinte centavos) e demonstrando claramente uma desvalorização e acúmulo de prejuízos por parte da COTRISAL frente ao seu patrimônio, pois em 2012 se registra uma elevação desse déficit para R\$228.127,26 (duzentos e vinte e oito mil, cento e vinte e sete reais e vinte e seis centavos). Todos esses valores juntos geravam uma necessidade de recursos para a contemplação do passivo exigível em longo prazo, que em 2011 era de R\$3.369.722,84 (três milhões, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos) e que mostra a retenção de recursos em 2012 para R\$2.116.058,59 (dois milhões, cento e dezesseis mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

O próximo ponto contemplará o total do passivo exigível em longo prazo se mostrando em crescimento, saindo de 2011, que acumulava em R\$36.700.295,94 (trinta e seis milhões, setecentos mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e quatro centavos), sofrendo forte elevação para R\$38.066.581,92 (trinta e oito milhões, sessenta e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos). Esses dados remetem a gravidade em que se encontra a entidade Cooperativa, pois em dois anos pode-se perceber uma suposição de avanço estimada para os anos posteriores.

Dentre demais valores, pode se destacar o capital social, que sofre pequena alteração negativa entre 2011 e 2012 – de R\$1.330.598,87 (um milhão, trezentos e trinta mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos) para R\$1.119.604,23 (um milhão, cento e dezenove mil, seiscentos e quatro reais e vinte e três centavos). Já o capital subscrito totalizou em 2011, R\$ R\$1.433.474,92 (um milhão, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e dois reais) e no exercício de 2012, R\$1.218.543,87 (um milhão, duzentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e sete centavos), o que permite considerar que os valores a serem integralizados se mostraram próximos em ambos os períodos, pois em 2011, somava-se um saldo de R\$102.876,05 (cento e dois mil, oitocentos e setenta e seis reais e cinco centavos) e no período contabilizado em 2012, registrou um valor de R\$98.939,64 (noventa e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), com isso sendo perceptível redução na lucratividade da Cooperativa para os associados.

Quanto às perdas provocadas ao longo dos exercícios analisados, ou seja, de 2011 acumulou um total de R\$6.887.802,60 (seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dois reais e sessenta centavos) e que em 2012, o déficit orçamentário somou R\$8.151.170,84 (oito milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e setenta reais e oitenta e quatro centavos) o que remete a constatação que a Cooperativa vem acumulando prejuízos ao longo do tempo.

Porém, o dado em que mais é perceptível a gravidade da situação financeira da COTRISAL está no último tópico dessa análise, que fora exposta por meio de tabela, e que apresenta um passivo que, embora tenha encolhido de 2011 –que era de R\$29.879.723,97 (vinte e nove milhões, oitocentos e setenta e nove mil, setecentos e vinte e três reais e noventa e sete centavos) – caindo para R\$26.416.166,05 (vinte e seis milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e

sessenta e seis reais e cinco centavos) em 2012, o que mostra que a Cooperativa não apresenta sinais de recuperação.

Segundo o estudo de caso de Benetti (1985), sobre as instituições FECOTRIGO e CENTRALSUL, pode-se considerar que o formato adotado para o desempenho funcional e expansão dessas entidades ocorreu por processo de aquisição de dívidas. Isso não fica muito distante quando se faz a investigação junto a COTRISAL, pois também em meio ao progresso e desenvolvimento da mesma foram sendo gerados saldos que atualmente inviabilizam seu funcionamento dentro da normalidade.

No dicionário de política, Pasquino (1998), remete a palavra crise ao instante em que ocorre um rompimento de um formato de organização, ocorrendo uma transformação qualitativa que pode variar na acepção como algo otimista ou ter a sua significação como uma ação negativa. Ocorre por meio de uma reviravolta inesperada, que em alguns momentos pode ocorrer por meio da violência e não contemplada pela forma inesperada e fora da normalidade de acordo com o desenvolvimento das influências no interior da organização em análise. Essas são distinguidas por uma tríade elementar: a primeira caracterização se refere ao fato de apresentar-se de forma repentinamente e às vezes ocorrem sem qualquer previsão. A segunda guarda relação ao tempo de durabilidade que dentro da normalidade é delimitada. E por fim, a terceira característica que diferencia as crises é verificada quanto ao seu recaimento no andamento da organização afetada.

Bobbio (1998) em seu dicionário de política, refere que a crise está ligada ao ato de analisar três pontos relativos às condições em que a instituição afetada apresenta-se: a primeira fase que precede ao ponto inicial a crise, a segunda fase é destacada pela instauração da crise e a terceira e última fase, que visará identificar o que foi alterado de quando a crise ainda não tinha sido instaurada até o passado da adversidade.

Benetti (1985) realiza uma discussão acerca de dois posicionamentos: o primeiro está relacionado a fatores determinantes, os quais estão pautados pelos fundamentos do cooperativismo dos quais são regentes, referente a capitalização da organização cooperativa. O segundo está vinculado à situação conjuntural em que as instituições financeiras externas e internas e as políticas públicas ligadas a busca de crédito pelas sociedades privada, fatores apontados pela autora como sendo os responsáveis pela indução ao capitalismo por meio da ação e empréstimos.

Outro aspecto do estudo de Benetti (1985) ocorre por meio de um comparativo com base na geração de capital na sociedade cooperativa e nas empresas privadas. Na primeira, o capital só pode ser produzido com base nos recursos dispostos pelos próprios produtores associados, ficando a cooperativa na dependência de acúmulo de valores resultantes das ações no campo econômico da sociedade. No segundo caso, da empresa privada ou sociedade anônima, não há limitação, pois, o capital da referida instituição é transponível a terceiros, sendo permitido a entrada em ação de investidores que almejem lucratividade resultante do negócio.

Em síntese, Benetti (1985) destaca que a cooperativa não tem o poder de cooptar o capital de outros e transpor para si própria, via a abertura de capital, ato que as demais empresas (privadas), as quais não fazem parte do cooperativismo, o fazem. E com um grande número de entidades cooperativas no Estado do Rio Grande do Sul, as áreas disponíveis para os cultivos estão esgotadas, conforme Benetti (1985) e isso se torna um empecilho para que o capital social das cooperativas pudesse ser elevado.

Conforme a autora, o crescimento ocorre descontinuamente, pois se deu de forma semelhante a um surto, algo nada constante e sim infrequente. Esse fato desprende grandes valores de recursos num espaço de tempo pequeno. Para tal ação, sugere que as cooperativas deveriam dispor de fundos financeiros suficientes para um impulso rumo ao crescimento destas cooperativas. Com isso percebe-se que as entidades cooperadoras, não dispunham de dinheiro para tal processo desenvolvimentista e que de igual forma, os seus associados não dispunham de capital para suprir a demanda de suas cooperativas, pois a economia estava de forma paralisada.

Conforme Benetti (1985), dois posicionamentos frente ao aumento de recursos, visa transpor de maneira forçada a renda do produtor para a sua cooperativa por intermédio dos custos arcados pelo produto final. Arrecadação de encargos, estabelecimento de despesas em níveis mais altos em relação aos de mercado, dentre outros pontos, não sendo possível sua exequibilidade.

O segundo ponto para Benetti (1985) é que essas medidas, se adotadas não encontrariam respaldo, devido as condições em que os associados eram caracterizados, pois os mesmos eram produtores familiares e o porte territorial de suas propriedades não ultrapassava em média os 50 hectares. Em suma, o alto

valor das dívidas das cooperativas, no entendimento da autora, se deve ao fato do procedimento de expansão que se deu de forma descontínua e em relação aos produtores que não tinham disponibilidade financeira para o acúmulo junto a cooperativa nos índices necessários.

#### **4.8.2 Balanço Patrimonial – Ativo Circulante**

De acordo com a Tabela 02, pode-se enfatizar que a COTRISAL dispunha de valores de ativo circulante, que são propriedades e que podem ser convertidos em recursos em um curto espaço de tempo, caso a cooperativa necessite. Esse valor sofre depreciação conforme o passar dos períodos contábeis, saindo dos mais de quatorze milhões em 2011 (R\$14.074.445,55), para pouco mais de 13 milhões em 2012, (total de R\$13.319.556,94).

Com relação aos saldos de caixa interno pode-se perceber claramente pouquíssimos valores para a manutenção da cooperativa, que em 2011 somavam tão somente R\$22.145,45 (vinte e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), sendo que esse valor depreciou ao passar um ano para quase metade do saldo inicial, ficando em R\$11.298,01 (onze mil, duzentos e noventa e oito reais e um centavo). Com relação à conta movimento, que é composta por valores que estejam depositados em conta bancária e que podem ter o acesso na integralidade ou parcial destes somaram, em 2011, R\$35.262,62 (trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos). Esse saldo foi o que menos apresentou oscilações ao longo do biênio analisado, fechando em 2012, um total de R\$34.446,59 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e nove centavos).

Ao analisar a Tabela 02, também pode-se salientar que o maior índice com alterações, é verificado nos valores de bloqueios judiciais, nos quais, ao longo do período de dois anos houve um acréscimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), que foram retidos por força e determinação judicial. Com isso, em 2011, eram R\$206.512,95 (duzentos e seis mil, quinhentos e doze reais e noventa e cinco centavos) e ao findar do segundo ano fiscal, eram contabilizados R\$306.512,95 (trezentos e seis mil, quinhentos e doze reais e noventa e cinco centavos).

Ao abordar os direitos realizáveis, nestes pode-se perceber no primeiro ponto que trata de associados com duplicatas, que no ano de 2011, somavam R\$

9.070.810,03 (nove milhões, setenta mil e oitocentos e dez reais e três centavos) e que ao final de 2012 teve uma leve queda para R\$8.153.340,66 (oito milhões, cento e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos). Outro indicador mostra o saldo que a cooperativa deve para os seus associados e que dispõem de produtos para receberem, diminuindo em relação ao período de 2011, dos R\$141.241,81 (cento e quarenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) para R\$135.958,71 (cento e trinta e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos), o que mostra queda nos produtos depositados na Cooperativa.

Quanto ao saldo a restituir em favor da COTRISAL por parte de clientes, este mostra que houve avanços em negociações pois em 2011, se tinha um saldo a liquidar de R\$1.323.528,81 (um milhão, trezentos e vinte e três mil, quinhentos e vinte e oito reais e oitenta e um centavos), sendo que esse saldo decresceu no ano seguinte para R\$1.244.132,45 (um milhão, duzentos e quarenta e quatro mil, cento e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos), remetendo que a diretoria administrativa da cooperativa nesse período conseguiu recuperar créditos junto a clientes inadimplentes da ordem de R\$79.396,66 (setenta e nove mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos).

Contudo, os créditos com os funcionários dessa instituição sofreram um crescimento em seus saldos, saindo no primeiro ano de R\$17.938,28 (dezessete mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e oito centavos), para um crescente em 2012 de R\$22.840,02 (vinte e dois mil, oitocentos e quarenta mil reais e dois centavos), gerando um saldo de R\$4.901,74 (quatro mil, novecentos e um reais e setenta e quatro centavos) de acréscimo de recursos despendidos em favor dos funcionários da entidade.

Na classificação de outros deveres, pode-se perceber que igualmente aos outros pontos aqui já analisados, houve modificações, partindo dos R\$398.436,61 (trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta e um centavos) em 2011, para R\$395.751,35 (trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos) no período contábil de 2012. Com relação aos créditos com terceiros, o avanço foi de algo em torno de quatro mil reais, pois em 2011, se tinha um montante de R\$152.374,37 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e trinta e sete centavos) para um total no ano

seguinte de R\$156.057,75 (cento e cinquenta e seis mil, cinquenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

E por fim, o último ponto a ser apresentado constante na Tabela 02, engloba os direitos realizáveis, contempla os impostos a recuperar, tendo sido o tópico que menos mostrou evolução pois, conforme a exposição em 2011, se tinha R\$179.483,47 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos), se elevando pouco mais de vinte e cinco reais de um ano para o outro. Ao todo, os valores somavam em 2011 R\$11.283.813,38 (onze milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e treze reais e trinta e oito centavos) e ao final do exercício contábil decresceram para R\$10.647.589,62 (dez milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos).

Ao analisar a situação dos estoques em que a COTRISAL dispunha em 2011 e 2012, em relação aos produtos de origem agrícola por sua vez, somavam em 2011, R\$2.173.665,44 (dois milhões, cento e setenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos) e houve uma pequena queda para R\$1.984.674,35 (um milhão, novecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos). Com relação ao centro comercial nesse período analisado, somou em 2011 um total de R\$353.045,45 (trezentos e cinquenta e três mil, quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) no ano posterior, sofrendo uma depreciação para R\$335.035,42 (trezentos e trinta e cinco mil, trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

O valor dos estoques que a cooperativa dispõe de um ano para o outro sofreram quedas, conforme a Tabela 02, sendo que em 2011 totalizavam os R\$2.526.711,09 (dois milhões, quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e onze reais e nove centavos) e já em 2012, chegou-se aos numerários de R\$2.319.709,77 (dois milhões, trezentos e dezenove mil, setecentos e nove reais e setenta e sete centavos).

TABELA 02: Ativo Circulante

	Em 31/12/2011	Em 31/12/2012
<b>I - ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 14.074.445,55</b>	<b>R\$ 13.319.556,94</b>
<b>1. DISPONIBILIDADES</b>	<b>R\$ 263.961,08</b>	<b>R\$ 352.257,55</b>
Caixa	R\$ 22.145,45	R\$ 11.298,01
Bancos Conta Movimento	R\$ 35.262,68	R\$ 34.446,59
Bloqueio Judicial	R\$ 206.512,95	R\$ 306.512,95
<b>2. DIREITOS REALIZÁVEIS</b>	<b>R\$ 11.283.813,38</b>	<b>R\$ 10.647.589,62</b>
Associados com Duplicatas	R\$ 9.070.810,03	R\$ 8.513.340,66
Associados Com Produtos a Receber	R\$ 141.241,81	R\$ 135.958,71
Clientes	R\$ 1.323.528,81	R\$ 1.244.132,15
Créditos com Funcionários	R\$ 17.938,28	R\$ 22.840,02
Outros Deveres	R\$ 398.436,61	R\$ 395.751,35
Créditos com Terceiros	R\$ 152.374,37	R\$ 156.057,75
Impostos a Recuperar	R\$ 179.483,47	R\$ 179.508,98
<b>3. ESTOQUES</b>	<b>R\$ 2.526.711,09</b>	<b>R\$ 2.319.709,77</b>
Produtos Agrícolas	R\$ 2.173.665,44	R\$ 1.984.674,35
Centro Comercial	R\$ 353.045,65	R\$ 335.035,42
<b>II - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>R\$ 2.545.383,59</b>	<b>R\$ 2.483.399,91</b>
Depósitos Judiciais	R\$ 779.008,45	R\$ 779.008,45
Despesas Exercícios Futuros	R\$ 218.376,00	R\$ 218.376,00
Duplicatas a Receber	R\$ 1.547.999,14	R\$ 1.486.015,46
<b>III - ATIVO PERMANENTE</b>	<b>R\$ 13.259.894,83</b>	<b>R\$ 10.613.209,20</b>
<b>1) INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$ 61.653,45</b>	<b>R\$ 61.653,45</b>
Participação permanente em Outras Sociedades	R\$ 61.653,45	R\$ 61.653,45
<b>2) IMOBILIZADO</b>	<b>R\$ 13.198.241,38</b>	<b>R\$ 10.551.555,75</b>
Valor Original Corrigido	R\$ 25.485.106,39	R\$ 23.075.109,39
( - ) Depreciação Acumulada	R\$ 12.286.865,01	R\$ 12.523.553,64
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>R\$ 29.879.723,97</b>	<b>R\$ 26.416.166,05</b>

FONTE: Demonstrações Contábeis procedidas em 31 de dezembro de 2012 – COTRISAL

Com base no ativo realizável em longo prazo, pode-se constatar que não houve alterações no biênio analisado nos depósitos judiciais e despesas exercícios futuros, ou seja, se mantiveram estáticos. Já em relação às duplicatas a receber, que são títulos de créditos, caíram de R\$1.547.999,14 em 2011 para R\$1.486.015,46, demonstrando que houveram entradas de recursos por meio desses documentos financeiros.

Seguindo na avaliação que compreende o ativo permanente, investimentos e mobilizado, percebe-se com relação ao ativo permanente nos dois anos uma depreciação nos valores, saindo em 2011, dos R\$13.259.894,59 para R\$10.613.209,20 em 2012. Valores referentes a participação da COTRISAL em outras sociedades se mantiveram inalterados em 2011 e 2012, atingindo os R\$61.653,45.

Já em relação aos valores considerados imobilizados, constavam em 2011, R\$13.198.241,38, decrescidos no ano de 2012 para R\$10.551.555,75. Desse total, somadas todas as correções monetárias, davam conta de que em 2011, se tinha um total de R\$25.485.106,39 e já em 2012 chegava a R\$23.075.109,39.

Com base na análise desses valores, no geral, pode-se constatar que os prejuízos foram notáveis ao passo que, ao analisar os saldos referentes a depreciação acumulada os quais já foram citados anteriormente, chegando-se à conclusão de que a COTRISAL, sofreu ao longo dos exercícios contábeis e administrativos com a geração de prejuízos sobre prejuízos, o que remete a um total descontrole quanto aos saldos a receber por parte da cooperativa, que em síntese vendia mais e recebia cada vez menos.

Ao analisar o saldo a receber, a COTRISAL tinha os seguintes valores para entrarem em seu caixa: em 2011 eram R\$13.259.894,59, os quais se obteve êxito com relação ao recebimento parcial desses saldos. Já em 2012, percebeu-se um decréscimo para R\$10.613.209,20, valor que se fosse integralmente quitado por parte dos associados detentores desses débitos, permitiriam com que a cooperativa pudesse ter o seu fôlego social e financeiro revigorado.

Outro dado que também remete a grave situação financeira da COTRISAL, se deve a depreciação acumulada, ao longo desse período tanto em 2011, quanto 2012 superaram os doze milhões de reais. E por fim o saldo que a cooperativa acumula durante esses dois anos se aproxima dos R\$30.000.000,00 sendo de grande expressão, dando sinais da pouca credibilidade frente aos associados e credores.

#### **4.8.3 A Autoliquidação**

Com base na Ata 149 pode-se perceber o real tamanho da Sociedade da Cooperativa Tritícola Samborjense Limitada – COTRISAL –, pois nela constam registrados atualmente 1.960 associados dessa entidade. Primeiramente fora realizada uma assembleia de caráter extraordinário, em 29 de setembro de 2014, com a missão de discutir e propor a liquidação voluntária da Cooperativa.

A assembleia que fora realizada pela diretoria da COTRISAL está embasada pelos artigos 45 e 46 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que em sua seção III trata das assembleias gerais extraordinárias e destaca que:

Art. 45. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 46. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

I - reforma do estatuto;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da sociedade;

IV - dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;

V - contas do liquidante.

Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo. (Lei nº 5.764, de 16 de Dezembro de 1971).

Dentre os assuntos que foram tratados na reunião decisiva, o principal foi sobre a continuidade ou não da sociedade cooperativa, tendo sido apresentada pelo presidente aos presentes a motivação norteadora que levou a direção da COTRISAL a tomar decisão de solicitar o processo de liquidação voluntária da sociedade Cooperativa, atendendo a deliberação dos conselheiros fiscais, sendo exposta a necessidade de pedir a autoliquidação da organização.

Traz-se a título de contribuição algumas pontuações elencadas por Singer (2006) no qual trata dos fundamentos relacionando os principais pontos relativos à solidariedade: conforme o autor, a ação solidária surge como uma enfrentadora das disparidades frente ao modelo de capitalismo utilizado pelas empresas as quais visam ao lucro culminando no acúmulo de capital.

De acordo com o autor citado anteriormente, a competitividade gera benefícios para alguns indivíduos e prejuízos para outros, sendo apontada pelo escritor como uma elucidação frente ao sistema capitalista em suma, onde há as pessoas que vencem e concentram conquistas, porém nota-se a presença daqueles que não conseguem ascender e acabam por terem prejuízos e desvantagens.

Outra pontuação abordada por Singer (2006) é referente ao ponto principal da autogestão e da heterogestão e que, na primeira forma de gerir a empresa – nesse caso a cooperativa –, é necessário que todos os seus associados sejam atuantes das atividades desenvolvidas na entidade permitindo, conforme o autor, o bom funcionamento da entidade.

Na heterogestão, segundo Singer (2006), há uma clara visão em relação ao sistema competidor, ou seja, se uma determinada repartição da empresa auxilia o outro setor da mesma instituição, o segundo espaço pode vir a se tornar mais

reconhecido ou forte em relação ao primeiro, tanto que a superação em vista da competição existente pode ser notada.

E por fim, não sendo percebida a cooperação mútua a empresa inteira pode acumular perdas e fracassar frente ao mercado, caso o principal objetivo da heterogestão não for posto em prática, visando a máxima eficiência advinda de seus colaboradores.

Ainda seguindo a linha de pensamento de Singer (2006) é enfatizado que, no âmbito das cooperativas, no momento do surgimento de problemas administrativos os associados, segundo Singer (2006), tendem a participar mais, demonstrando maior necessidade de saber da real situação. Se caso a diretoria, no ponto de vista do autor supramencionado, não der sinais os quais possam transparecer correções de erros ou acertando nas decisões, esta é substituída, por meio de assembleia realizada e desta culminando na destituição dos dirigentes ineficazes.

Trazendo para a atual realidade, essa afirmativa de Singer (2006), pode sofrer variações, pois na instituição estudada e analisada, não houve semelhança ao que fora descrito anteriormente: quando os associados perceberam que algo estava errado na condução da direção, em 2009, a reação foi de retirar os produtos os quais haviam sido depositados nos silos da Cooperativa, oriundos das safras de verão ou ainda resgatar parte de seus créditos por meio de aquisição de produtos comercializados pela Cotrisal, culminando no agravamento social e financeiro da entidade.

Portanto, a confiança e relação foram abaladas, com a situação deflagrada por meio de uma crise, a qual levou a direção daquele período a solicitarem assembleia a destituição do cargo, sendo necessária nova reunião extraordinária para a escolha de novos diretores, com o intuito de recuperar o crédito frente aos seus sócios. Em síntese, esse trabalho de conclusão de curso se baseará no cooperativismo e não na economia solidária.

Entende-se por dissolução ou autoliquidação, conforme a Lei nº 5.764/1971:

- Art. 63. As sociedades cooperativas se dissolvem de pleno direito:
- I - quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os associados, totalizando o número mínimo exigido por esta Lei, não se disponham a assegurar a sua continuidade;
  - II - pelo decurso do prazo de duração;
  - III - pela consecução dos objetivos predeterminados;
  - IV - devido à alteração de sua forma jurídica;

V - pela redução do número mínimo de associados ou do capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;

VI - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

VII - pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Parágrafo único. A dissolução da sociedade importará no cancelamento da autorização para funcionar e do registro. (Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971).

De acordo com a legislação, é assegurado o poder para que se proceda a dissociação de uma cooperativa, desde que se proceda tal objetivo mediante aprovação em assembleia geral com um mínimo de 10 associados, em terceira e última convocação por edital, e que se encontrem em condições de voto, nesse caso pela continuidade ou não da sociedade.

Contudo, dessa assembleia não ficaram definidos liquidantes para assumirem o processo de autoliquidação da cooperativa, sendo proposta, votada e deliberada pelos associados que fosse remarcada a continuidade desta reunião para o dia 21 de outubro de 2014. Compareceram nesta assembleia, realizada em 29 de setembro, 28 associados, dos quais 22 assinaram o livro de presenças. Esta situação remete a um comparativo o qual se assemelha aos números registrados frente as presenças registradas no ato de constituição da cooperativa, ocorrido em 1956 – e anteriormente relatado neste Trabalho –, acontecimento que contou com o registro de 30 membros denominados de sócios fundadores. É possível dizer que este número semelhante de associados pode não ter se mantido ao longo dos anos, se observados os números referentes as entradas da produção agrícola local. No entanto, não é possível a confirmação deste dado, pois o pesquisador não teve acesso a todas as Atas de Reuniões da entidade associativa no período compreendido entre o pós-fundação e o ano de 2009.

Há que se destacar que desde o início da atual crise social e financeira em que a COTRISAL vem atravessando, o seu quadro social pouco tem comparecido as assembleias realizadas ao longo desse período frente da gravidade com que a cooperativa atravessa. São reflexos da perda da confiança e do abandono por parte do associado frente à sua sociedade cooperativa, percebendo-se isso ao verificar que, de um total de 1.960 associados, apenas 22 estavam presentes na assembleia extraordinária realizada em outubro de 2014.

No novo encontro marcado, para o dia 21 de outubro de 2014, foi realizada a leitura do Edital de Convocação de número 149, realizando-se, por parte do

Presidente, para a contemplação dos itens constantes no referido édito. A ordem do dia que esteve em pauta foi: 1- liquidação voluntária da sociedade cooperativa, nos termos do parágrafo 1º, letra “d”, do artigo 40, dos Estatutos Sociais da Cooperativa e do inciso IV, do artigo 46, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971; 2- escolha e nomeação do(s) liquidante(s); 3- escolha e nomeação do conselho fiscal; 4- fixação da remuneração para o(s) liquidante(s), e dos conselheiros fiscais; 5- autorização ao(s) liquidante(s) para gravar ônus de bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir na atividade social.

O presidente colocou o item 1 para apreciação, sendo votado por 21 dos 22 associados que compareceram e assinaram o livro da assembleia realizada no mês anterior e que estavam presentes na continuidade da assembleia. Destes 21 associados, 16 votaram a favor e 5 contra, sendo cumprida a exigência de 2/3, aprovando a auto liquidação voluntária da Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda, a iniciar a partir daquela data.

Na sequência os órgãos administrativo e fiscal foram destituídos, pois a cooperativa estava sob regime de administração normal, passando agora para o regime liquidação voluntária, com o então presidente realizando a continuidade da condução dos trabalhos mediante solicitação da assembleia.

Na condição de coordenador, o associado Ney Amaral pôs para ser deliberado o segundo item da ordem do dia, o qual pautava na escolha do(s) liquidante(s). Após longo debate, a assembleia decidiu que seriam um total de dois os cargos de liquidantes a serem preenchidos, em função da situação econômica da COTRISAL. Houve, por parte, dos associados indicações de nomes para a composição e ocupação dos cargos de liquidantes, e que fora composta pelos associados que aceitaram a incumbência de conduzirem a autoliquidação, tendo sido eleitos pela assembleia, por unanimidade, Irineu Maag, e Evandro Noremborg.

Quanto a composição dos conselheiros fiscais, terceiro assunto do dia, fora aprovado em assembleia, também de forma unânime, os nomes dos associados Wilson Amaro Silva Andrade, Hermes Pereira Primo e Sérgio Mendes Muniz.

No item quarto, do edital que previa os valores dos vencimentos dos liquidantes, sendo posto e votado em assembleia o valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) de pró-labore para cada liquidante. E o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para as cédulas de presenças mensais dos conselheiros fiscais, o que significa que cada reunião mensal realizada pelos conselheiros fiscais o custo será o citado

anteriormente. Todos esses valores postos em votação e foram aclamados pela assembleia de maneira uniforme.

Quinto ponto de debate da presente assembleia, e que também fora aprovado por todos os presentes, consistiu em dar poderes aos liquidantes para gravarem ônus dos bens móveis e imóveis da cooperativa, bem como também contrair empréstimos para no prosseguimento da atividade social, de acordo com o artigo 70, da Lei 5.764/71, que trata da continuidade ou não da atividade social da Cooperativa em processo de autoliquidação:

Sem autorização da Assembleia não poderá o liquidante gravar de ônus os móveis e imóveis, contrair empréstimos, salvo quando indispensáveis para o pagamento de obrigações inadiáveis, nem prosseguir, embora para facilitar a liquidação, na atividade social. (Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971).

Ao final da assembleia fora exposto pelo então coordenador que a partir de então a cooperativa, já em liquidação voluntária, passaria a usar em suas operações a denominação por extenso da entidade mais a expressão “em liquidação”.

Partiu-se para o último assunto do dia que contemplou outros assuntos de interesse social, propostas pelo coordenador, havendo manifestações em nome dos antes conselheiros fiscais, em agradecimento pela confiança neles depositadas até a presente data.

Da mesma forma, o coordenador tratou sobre a gestão que a partir de então, quando os liquidantes assumiriam os trabalhos e convocados para comporem a mesa. Expressos agradecimentos, assumiram as suas respectivas funções de primeiro e segundo liquidantes, Irineu Maag e Evandro NoreMBERG, que manifestaram seu interesse mútuo para que a cooperativa possa voltar a operar junto com todos os seus associados no recebimento das suas produções, no sentido de valorizar a sua cooperativa.

Portanto, ao finalizar essa narrativa acerca da ata nº 149, em que fora iniciado o atual quadro em que se apresenta a COTRISAL, em autoliquidação, os liquidantes escolheram alguns sócios para comporem e assinarem em comissão a ata, e encerraram os trabalhos desta assembleia.

Ao encontro dessa análise Crúzio (1999), utilizou-se da metodologia de estudo de caso para realizar a análise da Cooperativa Agropecuária da Região de Casa Branca (Coapecab), situada no Estado de São Paulo, no período temporal

compreendido desde o início de sua atividade cooperadora, ou seja, de 1979 a 1992. O referido autor realiza em seu trabalho, a exposição resultante de uma pesquisa relatando intrinsecamente o comportamento tanto da composição organizativa quanto a diretoria das instituições cooperativas no país englobando também a performance da economia e finanças.

A forma como se dá o processo de eleição de novas equipes administrativas, também é apresentada, pois percebe-se claramente que há uma preservação e continuidade, e de acordo com Crúzio (1999), em muitos casos somente uma diretoria apresenta candidatura visando as eleições na maioria das instituições cooperativas brasileiras ocasionando na perpetuação do poder em detrimento de uma diretoria.

Outro ponto a ser elencado, é a divisão em uma tríade categórica que o pesquisador desenvolve no seu público alvo, com a aplicabilidade de questionários, respeitando a hierarquia dos poderes constituídos dentro da cooperativa sendo entre eles os associados, os dirigentes e por fim os funcionários. Também faz menção a autogestão a ser observada na Coapecab e demais cooperativas brasileiras, tendo, na concepção de Crúzio (1999), num modelo original, ou seja, sem a interferência direta nos conflitos internos inerentes aos interesses aos associados, por inferências externas advindos de outras organizações afins da sociedade civil.

Para concluir o seu estudo de caso, o referido autor apresenta as resoluções e objetos a serem discutidos, os quais dão ciência de que além da autogestão, vão também a falta de comprometimento com as consequências das atitudes a serem tomadas.

Outra importante e notória situação que pode ser percebida em muitas organizações cooperativas é a baixa frequência nas assembleias realizadas, destacando-se a pouca efetividade do conselho fiscal no uso de suas atribuições, muitas vezes sendo lenientes nos desfechos das situações, devido supostamente, a uma sujeição ao comando administrativo, e por fim os resultados tanto positivos quanto negativos dependentes intrinsecamente da participação efetiva do associado tanto nas operações sociais bem como das comerciais, além do destino dos investimentos, sobras e perdas, venda ou não e para que destino será ofertado.

#### 4.8.4 Ações trabalhistas: o grande problema da COTRISAL

De acordo com o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas - BNDT (2014), e por meio da Figura 01, a Cooperativa Triticola Samborjense Ltda, encontra-se nesse cadastro e constava, nesse registro com 81 ações somente em 2014, relativas a obrigações sociais trabalhistas. Essa inscrição se dá pelo fato do não cumprimento do pagamento das dívidas relacionadas aos direitos dos ex-trabalhadores.

Em função disto, os prejuízos gerados com a inclusão do nome da empresa na lista pública do BNDT, vão desde a não permissão para participação em leilões, o não recebimento de custeios públicos até os estímulos fiscais, tendo o maior impacto dessa situação percebido na impossibilidade de as empresas realizarem negociações de propriedades e na obtenção de empréstimos junto aos credores. Esses processos têm a sua tramitação ocorrendo de forma normal, ao contrário das ações em que outros credores que não sejam dessa categoria e que tem os seus processos estagnados, em função da condição de autoliquidação.

**Figura 01: Lista De Devedores Trabalhistas De São Borja**

Maiores Devedores				
FORO	POSIÇÃO	CNPJ/CPF	NOME	QTD_DIVIDAS
SAO BORJA	1	96.486.550/0001-31	COOPERATIVA TRITICOLA SAMBORJENSE LTDA	81
SAO BORJA	2	89.701.858/0001-97	HOSPITAL SANTO ANTONIO	33
SAO BORJA	3	92.891.613/0001-84	VITORIA MATTER SERVICOS PARTICULARES LTDA	32
SAO BORJA	4	05.998.023/0001-50	ORDESC - ORGANIZACAO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA	31
SAO BORJA	5	96.484.720/0001-49	COOPERATIVA REGIONAL DE LAS MISSIONEIRA LTDA	30
SAO BORJA	6	87.415.725/0008-03	FUNDAÇÃO ATTILA TABORDA	24
SAO BORJA	7	02.589.441/0001-04	SULPREST TERCEIRIZACOES LTDA.	16
SAO BORJA	8	97.110.134/0001-05	ADRIANA DOS PASSOS ROCHA	14
SAO BORJA	9	04.931.735/0001-90	PERGOLA ARQUITETURA CONSTRUCAO E RESTAURACAO LTDA - EPP	13
SAO BORJA	10	673.846.500-97	VERONICA DI BENEDETTI	13
SAO BORJA	11	456.046.220-87	ANDRE HAMBURGER DA SILVA	13

**FONTE:** Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – 2014.

Já em relação ao montante em termos de valores em ações judiciais oriundas de ex-funcionários da cooperativa, de acordo com duas certidões de cálculos, datados de 2015 e emitidas pela Vara do Trabalho de São Borja aos três dias do mês de março do corrente ano, somava-se um total que supera os R\$2.782.102,86 (dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil cento e dois reais e oitenta e seis centavos).

Para uma sociedade com extremas dificuldades sociais e financeiras, esse montante refere-se somente ao campo das ações trabalhistas, não sendo aqui mencionadas demais citações judiciais, se mostrando desfavorável a continuidade das operações da cooperativa. Essas demandas, as quais estão seguindo via justiça tem os seus trâmites em prosseguimento, e para a contemplação e pagamento dessas reclamationárias, a Justiça do Trabalho pede bens móveis e imóveis para que sejam postos em leilão em praça pública para a arrecadação dos saldos a quitar em favor dos ex-funcionários da cooperativa ou familiares destes.

Outros problemas que dificultam o funcionamento de forma normal da COTRISAL junto aos seus associados se dão pelo fato da permissão para operações e funcionamento junto a Fundação de Proteção Ambiental – FEPAM-RS –, estar vencida desde março de 2014. E esta por sua vez, realiza uma série de exigências para que a cooperativa possa estar dentro da legislação vigente.

Descrédito por parte da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – ,foi outro forte impacto que a COTRISAL sentiu em 2009, pois esse credenciamento, permitia que a cooperativa operasse como um agente de depósitos dos estoques nacionais da CONAB. Com essa parceria a cooperativa entrava com a estrutura e a CONAB com os produtos, que eram adquiridos junto aos produtores, e essa sociedade rendia a COTRISAL recursos mensais, os quais eram utilizados na manutenção e funcionamento da entidade.

Frustrações de safras, problemas relativos a desvalorizações dos principais produtos agrícolas, problemas de ordem administrativa, ausência dos associados, sucateamento da estrutura operacional, investimentos de ordem equivocada, são dentre outros problemas percebidos. Todas essas dificuldades se mostram, no momento em que a cooperativa começou, em 2009, a dar sinais de esgotamento financeiro e o descrédito veio primeiro do associado, depois dos agentes políticos, posteriormente da sociedade local e por fim, dos próprios envolvidos nas operações e funcionalidades da COTRISAL.

A título de colaboração e melhor exposição de dados que remetem a atualidade em termos de processos trabalhistas contra a COTRISAL, buscou-se junto a Justiça do Trabalho da 4ª Região Vara do Trabalho de São Borja (2015), informações atualizadas a respeito desse ponto (Anexo E). De acordo com um resumo acerca das ações trabalhistas ajuizadas em desfavor da COTRISAL, exposto pela Vara do Trabalho citada acima, revela que há um total de 126

processos ativos, sendo 106 em execução, 11 em fase de liquidação e 09 estão na classificação de solucionado.

Outro dado de grande notoriedade se refere ao montante em termos de valores a serem restituídos aos autores dessas ações: algo em torno de R\$3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), valores que se encontram atualizado até o dia 30 de novembro de 2015.

No entanto, fora revelado pela instituição federal citada anteriormente, que nos primeiros dias de dezembro de 2015, a maioria destes casos, cerca de 99 processos, terão os seus valores pagos, alguns na sua integralidade e outros parcialmente, devido haverem valores depositados em juízo resultantes de leilão. O leilão refere-se ao patrimônio da COTRISAL localizado a rua Borges do Canto, a qual fora a sua primeira sede de funcionamento, quando a Cooperativa Triticola Samborjense Ltda iniciou suas atividades em sede própria.

De forma analítica e expositiva ao transcorrer do terceiro capítulo, foram primeiramente abordadas questões com base nos recebimentos dos principais produtos agrícolas na COTRISAL, dentre eles o trigo, sorgo, soja, milho, arroz e linho, no período compreendido entre 1971 a 2009. Foram todos contemplados individualmente por meio de gráficos, e que ao analisar de forma geral, quando são apresentados todos os produtos em um só diagrama, o ponto inicial da crise financeira e social da COTRISAL, ou seja, ficando evidente que os problemas econômicos e sociais iniciaram a partir de meados de 2009.

O cenário econômico da COTRISAL fora apresentado por meio de balanços patrimoniais de ativos e passivos envolvendo os períodos contábeis de 2011 e 2012. No balanço patrimonial de qualquer empresa é demonstrado os bens, direitos e obrigações.

No ativo, estão demonstrados todos os bens e direitos da cooperativa e no passivo todas as obrigações contraídas ao longo dos anos. Na parte que contempla o patrimônio líquido, estão demonstrados o capital social dos associados e as perdas acumuladas.

O balanço patrimonial demonstra o equilíbrio das contas e com isso, uma empresa com boa saúde financeira terá um ativo maior que o passivo. Portanto, no patrimônio líquido é demonstrado um lucro acumulado ao contrário da Cooperativa que tem um passivo muito maior que um ativo, por isso, que no seu patrimônio líquido aparecem perdas acumuladas.

Tal situação é percebida ao analisar o saldo de prejuízos acumulados em exercícios anteriores pela COTRISAL: em 2012, observou-se que essa Cooperativa iniciou o referido período com um saldo negativo de R\$8.151.170,84 (oito milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e setenta reais e oitenta e quatro centavos), valor em crescimento em relação ao montante registrado ao iniciar com saldo negativo em 2011, quando o valor acumulado era de R\$6.887.802,60 (seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e dois reais e sessenta centavos), concluindo-se com esses demonstrativos que de um ano para o outro a cooperativa acumulou um déficit de R\$1.273.368,24 (um milhão, duzentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta e oito reais e vinte e quatro centavos).

No transcorrer do presente capítulo, relataram-se também questões de âmbito social, sendo exposta uma das últimas atas que tratou do estabelecimento por meio de assembleia extraordinária, iniciada em setembro e concluída em outubro de 2014, concluindo-se que a sociedade estava composta por cerca de 1960 associados da COTRISAL.

Outra constatação diz que as suas obrigações sociais trabalhistas não vêm sendo cumpridas e estão sendo resolvidas por intermédio da Justiça do Trabalho, a qual tem garantido os direitos das pessoas que trabalharam na COTRISAL, sendo que até o fechamento do presente trabalho, encontrava-se em andamento um total de 126 processos trabalhistas, com a cooperativa cadastrada junto ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

## **5 Considerações Finais**

Ao encerrar essa produção acadêmica, se faz necessário realizar algumas ponderações embasadas nos autores citados ao longo de estudo de caso. Para o cumprimento dessa meta, buscar-se-á a assimilação e entendimento dos pontos expostos nas considerações, no sentido da contemplação de forma colaborativa na produção conclusiva deste trabalho.

Nesse ponto final, serão apresentados os autores e conceitos, com as suas contribuições teóricas, dentre eles encontram-se, o dicionário da língua portuguesa Michaelis, Schneider, Büttgenbender, Hobsbawm e Benetti.

A Cooperativa Tritícola Samborjense teve idealizada a sua criação, por meio de um pequeno e seleto grupo de pessoas que tinham em comum um objetivo: de

operaram mutuamente. Essa forma de associativismo contemplava as proposições, e estas visavam a ação por parte dos associados de forma voluntária, gestão democrática dos envolvidos, cooperação econômica dos sócios, pessoas independentes e autônomas.

Outras propostas a serem contempladas pelos associados visavam ao preparo por meio da educação, práticas e o conhecimento destes. Demais pontos dos sete princípios do cooperativismo, visavam a cooperação entre entidades cooperativadas e a responsabilidade junto com a comunidade. Esses fundamentos foram propostos pela Aliança Cooperativa Internacional.

Esse fato assemelha-se ao que diz Hobsbawm (2010), quando descreveu como se deram as primeiras formações de associações e cooperativas, por parte dos trabalhadores ingleses, pois com o objetivo dos envolvidos nessas ações de livrarem-se da exploração até então posta como soberana.

Essa situação semelhante é rompida quando um grupo de trinta agricultores resolve criar em sociedade uma cooperativa, para que pudessem contemplar as suas operações por meio do trabalho mútuo no sentido de alcançar suas necessidades frente a expansão da lavoura.

Essas necessidades, que já foram elencadas anteriormente, iam desde a aquisição de matéria-prima para o crescimento e desenvolvimento da atividade agrícola até a comercialização de forma unida com o objetivo maior de valorizarem suas produções. Outro propósito, era combater a ação de terceiros, os quais vinham de outras localidades do Rio Grande do Sul, para adquirirem grandes produções a preços baixos.

Outro ponto que a nova sociedade visava era a construção de armazéns para poderem obter o resguardo de suas safras, estas ficando a disposição para que num momento propício fossem comercializadas, pelo melhor preço.

Mas a COTRISAL, também seguiu os parâmetros do cooperativismo, os quais estão pautados em pontos que contemplam desde o ato das pessoas se associarem de forma livre e espontânea até a gerência via ações democráticas por parte dos membros. Outras proposições do cooperativismo indicam as atividades econômicas por parte dos associados, os quais devem ter a sua liberdade e autonomia garantida, capacitações e aperfeiçoamento destes via educação, ações envolvendo a cooperação entre as entidades cooperadoras e a responsabilidade para com o

corpo social em que estão inseridas as cooperativas: com isso as cooperativas contribuíram para a formação da cultura política.

Não cabem dúvidas que os problemas de ordem social e econômica com certeza não atingiram somente a COTRISAL e sim a grande maioria das instituições cooperativistas de todo o país, que ao passar do tempo foram sendo dizimadas ou fechadas por falta de políticas públicas mais incisivas, pelo menos é o que se transparece num primeiro momento, analisando mais especificamente esta instituição.

Claro, que também advindo da falta de comprometimento para com quem estava gerindo as novas políticas públicas, ou ainda, o porquê de os dirigentes não aderirem aos programas de recuperação ou reformulação bem como no enxugamento das despesas da cooperativa, enquanto havia tempo e recursos disponíveis: seria por medo de perder o poder e o prestígio que ostentavam frente aos seus cooperados ou pela ineficácia em termos de capital social e o temor de serem vencidos por quem detivesse mais conhecimentos tecnológicos, culminando na perda do status de administrador, mesmo que sem a mínima formação acerca do assunto.

Estamos em pleno século XXI, onde a cooperação jamais pode ser deixada de lado, ou seja, não se pode pensar em desenvolvimento sem que haja comprometimento mútuo dos indivíduos envolvidos. Como uma sociedade pode desenvolver-se sem sequer ouvir as ideias, sem discussões, sem uma ação coletiva que rume para um objetivo comum a todos e não tão somente o “eu” seja o único ser vivo e exclusivo.

Percebe-se, que quando ocorre algum momento de dificuldade administrativa, a confiança é abalada de tal forma, que a força de mudança em prol da destituição dos que estão cometendo erros, não surtem efeitos. Sugere-se o seguinte entendimento: que a desconfiança é a penalidade máxima, na qual uma instituição que tem por missão “agregar valor à produção de cada integrante, defender e honrar os objetivos comuns”, causando decepção e sofrimento aos que esperavam mais ações eficazes no ramo cooperativo. E quem beneficia-se com isso?

Difícil a missão de entender e compreender, o porquê da debandada ou falta de estímulos cooperativistas das pessoas, no âmbito do município. Mais instigador é a compreensão, não em termos de administração, que talvez tenha gerado essa descrença tão grande no ato de cooperar para com o outro e que geram crescimento

conjuntamente. Sob a ótica dos objetivos propostos com o presente trabalho, pode-se dizer que estes foram alcançados, uma vez que se propôs analisar a trajetória histórica, bem como a crise que assolou a COTRISAL. Ficou evidente que foram muitos os problemas os quais predisuseram essa crise, tais como aspectos organizacionais, mudanças de políticas públicas, crises financeiras locais e nacionais, mas particularmente a questão da gestão e da busca do bem comum foram as que mais debilitaram o sistema.

Todas essas situações levaram a uma desestabilização do pensamento integrador grupal para um pensamento individualizado, momento em que o pensamento cooperativista se perde e a Cooperativa fica ainda mais susceptível a todos os fatores mencionados anteriormente.

É preciso criar novas políticas que incentivem e protejam o cooperativismo, assim como consolidar as já existentes, para que este sistema possa sair fortalecido e continuar beneficiando não somente ao produtor, mas também a toda a cadeia que dele depende, ou seja, a população em geral, de forma tal que os resultados sejam transparentes e que seja benéfico nos aspectos econômico, social e ambiental visando a sustentabilidade necessária para uma cooperativa.

## Referências

**A Cartilha do Corporativismo.** Disponível em: <http://www.unipsico.com.br/web2/arquivos/A%20CARTILHA%20DO%20CORPORATIVISMO.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2015.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino, Economia solidaria: **O Dilema da Institucionalização** / São Paulo, SP: Arte & Ciência, 2005. 170 p.

Aliança Cooperativa Internacional. **Os Princípios da Aliança Cooperativa Internacional.** Disponível em: [http://www.peaunesco-sp.com.br/ano\\_inter/ano\\_cooperativa/os\\_principios\\_da\\_alianca\\_cooperativa\\_internacional.pdf](http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf) Acesso em: 31 mai. 2015.

BENETTI, Maria Domingues. **Endividamento e Crise no Cooperativismo Empresarial do Rio Grande do Sul: Análise do Caso FECOTRIGO/CENTRALSUL - 1975-83**, Ensaios FEE, Porto Alegre, 6(2):23-55, 1985. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/934/1224>. Acesso em: 23 mai. 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I.** trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BRASIL. **Decreto nº. 22.239**, de 19 de dezembro de 1932. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D22239.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239.htm). Acesso em: 11 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm). Acesso em: 11 out. 2015.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís. **Doutrina e educação cooperativa** – Ijuí: Ed. Unijuí, 2008, - 92p. – Coleção educação a distância. Série livro-texto.

Conceitos e Princípios do Cooperativismo em: <http://www.ocergs.coop.br/cooperativismo/conceitos-principios>. Acesso em: 09 dez. 2015.

CRUZIO, Helnon de Oliveira, **Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?** Revista de Administração de Empresas – Abr/Jun. 1999; São Paulo, V. 39 – n. 2 – Organização, Recursos Humanos e Planejamento; p. 18-26.

**Cultura Política.** Disponível em: [http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/Subsecretaria%20Direitos%20Humanos/Acesso\\_rapido/debate.pdf](http://www.social.mg.gov.br/images/documentos/Subsecretaria%20Direitos%20Humanos/Acesso_rapido/debate.pdf). Acesso em: 12 dez. 2015

FREY, K. **Descentralização e poder local em Alexis de Tocqueville**. Revista de Sociologia e Política, nº 15: 83-96, Nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a06n15.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2015.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848** / 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 535 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Infográficos**. Disponível em: <http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/historico.php?lang=&codmun=431055&search=rio-grande-do-sul%7Citacurubi%7Cinfograficos:-historico> Acesso em: 14 nov. 2015.

JORNAL DE SÃO BORJA. **Certificado de Arquivamento do registro da criação da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada**. Disponível em: Jornal de São Borja, São Borja 03 Junho de 1956, Ano XVIII, Nº 818.

\_\_\_\_\_. **Certificado de Arquivamento da substituição para o nome de Cooperativa Triticola Samborjense Limitada**. Disponível em: Jornal de São Borja, São Borja 29 de Setembro de 1957, Ano XVIII, Nº 871.

MATOS, P., PESSOA, V.. **A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO**. Geo UERJ, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 2, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/2456/1730>>. Acesso em: 12 dez. 2015..

MICHAELIS. **Dicionário Online** – Dicionários Michaelis – UOL. 2009. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=cooperativismo>. Acesso em: 07 jun. 2015.

OCB - **Histórico do cooperativismo**. Disponível em: [http://www.ocb.org.br/site/brasil\\_cooperativo/index.asp](http://www.ocb.org.br/site/brasil_cooperativo/index.asp). Acesso em: 30 mai. 2015.

Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. **Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 30 de Junho de 1958**. Rio de Janeiro. Presidência da República. Serviço de Documentação. 1958. Disponível em: [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0ahUKEwjajamY2O3JAhWHhZAKHTm\\_ACcQFgg-MAU&url=http%3A%2F%2Fbibspi.planejamento.gov.br%2Fbitstream%2Fhandle%2Fiditem%2F490%2FPrograma%2520de%2520Metas%2520do%2520Presidente%2520Puscelino%2520Kubitschek%2520V1%25201950\\_PDF\\_OCR.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNEOJuWd2IBB0chxp1E2ZyBYNUy-wQ&bvm=bv.110151844,d.Y2l](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&ved=0ahUKEwjajamY2O3JAhWHhZAKHTm_ACcQFgg-MAU&url=http%3A%2F%2Fbibspi.planejamento.gov.br%2Fbitstream%2Fhandle%2Fiditem%2F490%2FPrograma%2520de%2520Metas%2520do%2520Presidente%2520Puscelino%2520Kubitschek%2520V1%25201950_PDF_OCR.pdf%3Fsequence%3D1&usg=AFQjCNEOJuWd2IBB0chxp1E2ZyBYNUy-wQ&bvm=bv.110151844,d.Y2l). Acesso em: 16 set. 2015.

Projeto Político-Pedagógico do curso de Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política em: <http://dspace.unipampa.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/132>. Acesso em: 09 dez. 2015.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna** / Robert D. Putnam, com Robert Leonardi e Raffaella Y. Nanetti; tradução Luiz Alberto Monjardim. – 5 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 260 p.

ROSSI, Sabrina Karen. **Cooperativismo e políticas públicas: entre o empresarial e o popular**. Universidade Federal do Paraná. Faculdade de Direito. Monografia. Curitiba, 2010. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/31299?show=full>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SCHNEIDER, José Odelso. **A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais**. Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. Cadernos Gestão Social, v.3, n.2, p.251-273, jul./dez. 2012.

SCHNEIDER, Sergio. **O Desenvolvimento Agrícola e as Transformações da Estrutura Agrária nos Países Desenvolvidos: a pluriatividade**. REVISTA REFORMA AGRARIA, ABRA, Campinas, v. 24, n. 03, p.106-132, 1994. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/369.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2015.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos** / Leonardo Secchi. – São Paulo: Cengage Learning, 2012.

Tribunal Regional do Trabalho 4º Região. **Banco Nacional de Devedores Trabalhistas**. Disponível em: <http://www.trt4.jus.br/portal/portal/trt4/comunicacao/noticia/info/NoticiaWindow?cod=988310&action=2>. Acesso em: 24 out. 2015.

SINGER, Paul, **Introdução à economia solidária** / São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006 127 p.;

ZERO HORA. **Problemas na gestão afetam cooperativas e empresas cerealistas**. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/campo-e-lavoura/noticia/2014/10/problemas-na-gestao-afetam-cooperativas-e-empresas-cerealistas-4614240.html>. Acesso em: 16 nov. 2015.

## ANEXOS

## Anexo A – Ata de Constituição da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada

ATA DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA AGRICOLA SAMBORJENSE LTDA.

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e seis, na cidade de São Borja, município do mesmo nome, Estado do Rio Grande do Sul, ás vinte e uma horas, na sede da Associação Rural de São Borja, presentes os senhores: Augusto Araujo, casado, brasileiro, com 47 anos de idade, residente na Parada Vicente Goulart, 2º Sub-distrito de São Borja, com 25 cõtas partes subscritas, Patricio Machado da Silva, casado, brasileiro, com 69 anos de idade, residente nesta cidade á rua Aparicio Mariense nº 860, com 100 cõtas-partes subscritas, Roque Duarte da Silva, solteiro, brasileiro, com 30 anos de idade, residente nesta cidade, á rua Aparicio Mariense nº 860, com 100 cõtas partes subscritas, Modesto Rey Dornelles, casado, com 35 anos de idade, brasileiro, residente á rua Gal. Osorio, s/nº, nesta cidade com 300 cõtas-partes subscritas, Ubaldo Sorrilha da Costa, casado, brasileiro, com 32 anos de idade, residente no 1º sub-Distrito desta cidade, com 200 cõtas partes subscritas, Leonidas Escobar da Silva, casado, brasileiro, com 37 anos de idade, residente nesta cidade, á rua Aparicio Mariense s/nº, com 300 cõtas-partes subscritas, Marinho Garcez Cabelleira, casado, brasileiro, com 43 anos de idade, residente em Santo Inacio, 1º sub-distrito deste município, com 300 cõtas partes subscritas, todos agricultores abaixo assinados, e mais os associados constantes da lista nominativa reunidos em Assembléa Geral, aclamaram o snr. Omar Mesquita Vargas, para presidir os trabalhos, o presidente convidou para fazerem parte da mesa, os senhores Dr. Agnelo Correa Filho, Diretor da Estação Experimental de São Borja, Dr. Marco Antonio Uchoa Netto, Chefe da 4ª Inspeçõria de Cooperativas e para secretariar os trabalhos, a mim, Dr. Clovis Moreira Guimarães, Agrônomo Regional, desta 13ª Região Agrícola, ficando deste modo composta a mesa. Aberta a sessão foi declarado pelo snr. Presidente, que o fim da reuniao era o de constituir uma Cooperativa de responsabilidade Limitada, com sede na cidade de São Borja, município do mesmo nome sob a denominação de COOPERATIVA AGRICOLA SAMBORJENSE LIMITADA, e com o objetivo de unir os Agricultores que exerçam suas atividades no territorio de operações, comprar em comum, artigos necessarios á suas culturas, beneficiar, classificar, padronizar e vender sua produção e promover a mais ampla defesa de seus interesses economicos. Lidos os Estatutos que devem reger a vida da sociedade e as relações dos associados entre si, após ampla discussão foram os mesmos submetidos a votação e aprovados por unanimidade de votos. Emseguida o snr. Presidente declarou definitivamente constituída de hoje para o futuro a COOPERATIVA AGRICOLA SAMBORJENSE LIMITADA, sendo seus fundadores os associados, cujos nomes constam inicialmente no texto desta ata os quais assinam como declaração expressa daquela vontade livre e espontanea de formarem a sociedade e mais os que constam da lista nominativa. O snr. Presidente declara que está instalada a COOPERATIVA AGRICOLA SAMBORJENSE LIMITADA, convidando os presentes a procederem a eleição dos membros do Conselho de Administração e Fiscal bem como seus suplentes. Procedida a eleição, verificou-se o seguinte resultado: Para conselho de Administração: Presidente Omar Mesquita Vargas, Diretor Comercial: Modesto Rey Dornelles; Diretor Secretário: Optaciano F. res Filho; 1º Conselheiro: Dr. Alvimar Garcez Cabelleira; 2º Conselheiros: Diogenes Ramos da Silva; constituído o Presidente e Diretores, a Diretoria Executiva. Para conselho Fiscal: 1º Marinho Garcez Cabelleira; 2º Alzy Lima da Silva; 3º João Aquino Pinto como efetivos, e os senhores Waldemar Teixeira de Sousa, Flordearte José Marques, Anisio Fraga Lago, como suplentes. Todos foram eleitos por unanimidade de votos e empossados nos respectivos cargos. Em prosseguimento deliberou a Assembléa que a remuneração dos cargos de administração e fiscalização, paga o primeiro exercicio seria gratuita. E como nada mais houvesse a tratar, declarou encerrada a sessão, mandando que eu, Clovis Moreira Guimarães, como secretario lavrasse a presente ata, que lida, é assinada pela mesa e pelos associados que o quizerem, depois de julgada conforme. São Borja, 14 de abril de 1956

Clovis Moreira Guimarães, Secretário, Omar Mesquita Vargas, Marco Antonio Uchoa Netto, Agnelo Correa Filho, Patricio Machado da Silva, Augusto Araujo, Marinho Garcez Cabelleira, Roque Duarte da Silva, Optaciano F. res Filho, Modesto Rey Dornelles

Confere com o original

*Omar Mesquita Vargas*

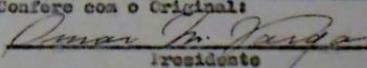
D.º Presidente

## ANEXO B – Lista Nominativa dos Associados do Município de São Borja

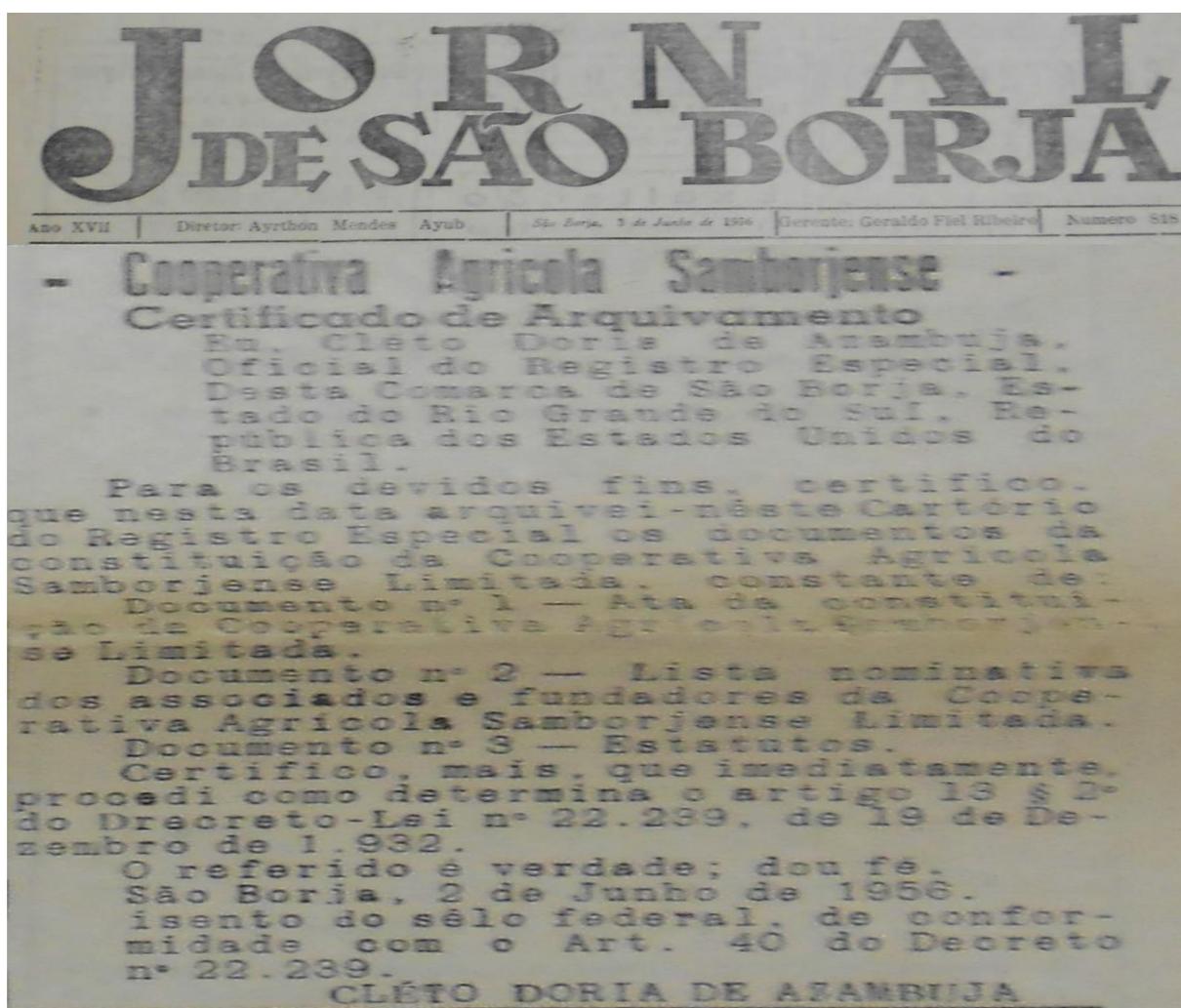
**LISTA NOMINATIVA DOS ASSOCIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA NA SUA ASSINHA COM SOCIEDADE FUNDADA EM "COOPERATIVA AGRÍCOLA RANDOMINENSE LIMITADA" 14 de ABRIL DE 1956.**

**QUOTA FICHA DE R\$ 100,00 por HECTARE**

Nº de Cadam	Nomes	Idade	Nacionalidade	Profissão	Resid.	Est.Civ.	H	Quota	Total
1	Leonidas Escobar da Silva	37	Brasileira	Agric.	S.Borja	Cas.	400	40.000,00	
2	Omar Mesquita Vargas	48	"	"	"	"	400	40.000,00	
3	Modesto Ray Dornelles	35	"	"	"	"	300	30.000,00	
4	Ferdinando Jose Marques	33	"	"	"	"	300	30.000,00	
5	João Aquino Pinto	45	"	"	"	"	150	15.000,00	
6	Optaciano Feres Filho	40	"	"	"	"	300	30.000,00	
7	Sevaldo Dornelles	51	"	"	"	"	500	50.000,00	
8	Augusto Araujo	47	"	"	"	"	23	2.500,00	
9	Adel Mires Martins	30	"	"	"	"	100	10.000,00	
10	Marciano Fagundes dos Santos	42	"	"	"	"	200	20.000,00	
11	Telmo Aquino Azevedo	40	"	"	"	"	200	20.000,00	
12	Almi Lima da Silva	45	"	"	"	"	200	20.000,00	
13	Ory Ray Dornelles	52	"	"	"	"	100	10.000,00	
14	Roque Duarte da Silva	30	"	"	"	Solt.	100	10.000,00	
15	Patricio Machado da Silva	69	"	"	"	Cas.	100	10.000,00	
16	Jose Ramos da Silva	35	"	"	"	"	20	2.000,00	
17	Pedro Escobar	42	"	"	"	Solt.	200	20.000,00	
18	Alfredo Nunes de Miranda	45	"	"	"	Viuvo	200	20.000,00	
19	Edmundo Trindade Soares	35	"	"	"	Cas.	50	5.000,00	
20	Ubaldo Serrilha da Costa	32	"	"	"	"	200	20.000,00	
21	Argeiro de Oliveira Sousa	40	"	"	"	"	80	8.000,00	
22	Dinarte Lago de Paula	46	"	"	"	"	100	10.000,00	
23	Seferino Fagundes dos Santos	49	"	"	"	"	100	10.000,00	
24	Pedro Araujo Batista da Silva	25	"	"	"	"	150	15.000,00	
25	Herzogones Fagundes dos Santos	50	"	"	"	"	70	7.000,00	
26	Manoel A.S.Vargas	39	"	"	"	"	50	5.000,00	
27	Vicente Batista	45	"	"	"	"	150	15.000,00	
28	Anisio Lago	49	"	"	"	"	150	15.000,00	
29	Alvamar Carlos Cabeleira	49	"	"	"	"	150	15.000,00	
30	Serafina D. Vargas	43	"	"	"	"	100	10.000,00	
							<b>5.035</b>	<b>503.500,00</b>	

Confere com o Original:  
  
 residente

## ANEXO C – Jornal de São Borja – Certificado de Arquivamento I



## ANEXO D – Jornal de São Borja – Certidão de Arquivamento II

<b>JORNAL</b>			
<b>J DE SÃO BORJÁ</b>			
Ano XVIII	Director: Dr. Ayrthon Mendes Ayub	São Borja, 25 de Setembro de 1957	Gerente: Geraldo Fiel Ribeiro
<b>Certidão de Arquivamento</b>			
EU, CLETO DORIA DE AZAMBUJA, OFICIAL DO REGISTRO ESPECIAL, DESTA COMARCA DE SÃO BORJA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL...			
Para os devidos fins, certifico que nesta data arqueei neste cartório do Registro Especial, os documentos da alteração da constituição da Cooperativa Agrícola Samborjense Limitada, que passou a denominar-se COOPERATIVA TRITÍCOLA SAMBORJENSE LTDA., constante de:			
Documento nº. 1 — Ata da Assembléa Geral Extraordinária para reforma dos estatutos da Cooperativa inclusive mudanças de nome.			
Documento nº. 2 — Lista nominativa dos associados, em 17 de setembro de 1.957.			
Documento nº. 3 — Estatutos da Cooperativa Tritícola Samborjense Ltda.			
Certifico, mais, que imediatamente, procedi como determina o artigo 13 § 2º do Decreto — Lei nº. 22.239, de 19 de Dezembro de 1.932. O referido é verdade; dou fé.			
São Borja, 25 de setembro de 1.957			
O oficial — Cléto Doria de Azambuja			

**ANEXO E – Resumo COTRISAL**

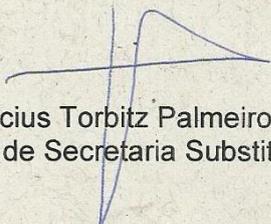
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO  
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
VARA DO TRABALHO DE SÃO BORJA

**RESUMO COTRISAL**

1 – Processos ativos: 126 – 106 (execução)  
11 (liquidação)  
09 (solucionado)

2 – Montante em execução: R\$3.400.000,00 (atualizado até 30-11-2015).

São Borja, 19 de novembro de 2015.



Vinicius Torbitz Palmeiro  
Diretor de Secretaria Substituto

## MENSAGEM FINAL

### PRIMEIRO AS PRIMEIRAS COISAS

Um professor começou a aula para a sua classe de filosofia com uma série de objetos à sua frente. Sem dizer uma palavra, pegou um enorme balde de maionese vazio e passou a enchê-lo com bolas de tênis. Quando terminou, perguntou aos alunos se o balde estava cheio. Eles concordaram que estava e o professor pegou, então, uma caixa contendo cascalho e derramou seu conteúdo dentro do balde. Chacoalhou levemente o balde e o cascalho se espalhou pelos espaços livres entre as bolas de tênis. Ele perguntou novamente aos alunos se o balde estava cheio. Eles responderam que sim e, então, o professor pegou uma caixa cheia de areia e derramou dentro do balde. Naturalmente, a areia preencheu todo o espaço restante. Ele perguntou mais uma vez se o balde estava cheio. Os alunos responderam com um outro sim, unânime.

O professor pegou, então, duas xícaras de café que estavam sob a mesa e derramou todo o conteúdo no balde, preenchendo efetivamente os espaços restantes entre os grãos de areia. Os estudantes riam. Agora, disse o professor, enquanto rolavam de risadas, quero que vocês imaginem que este balde representa a sua vida. As bolas de tênis são as coisas importantes – seu Deus; sua família; seus filhos; sua saúde física, mental e espiritual; seus amigos e suas paixões favoritas – coisas que preencheriam a sua vida, mesmo que todo o resto se perdesse. O cascalho representa as outras que tem valor como: o seu trabalho, sua casa, seu carro. A areia é todo o resto, as coisas pequenas. Se você coloca a areia no balde primeiro, continuou, não haverá espaço para o cascalho ou para as bolas de tênis. A mesma coisa acontece com a vida. Se você gasta todo seu tempo e sua energia com coisas pequenas, nunca haverá espaço para as coisas que são importantes para você. Dê atenção às coisas que são críticas para a sua felicidade. Brinque com seus filhos, deixe tempo para cuidar da saúde física, mental e espiritual. Leve a sua parceira ou parceiro para jantar. Jogue mais uma partida da sua pelada. Sempre haverá tempo para arrumar a casa e consertar as coisas quebradas. Cuide primeiro das bolas de tênis, das coisas que realmente importam. Defina suas prioridades. O resto é só areia.

Então, uma das alunas levantou a mão e perguntou, o que o café representava. O professor, sorrindo, disse: fico feliz que você tenha perguntado. O café só significa que, não importa quão cheia a sua vida possa parecer, sempre haverá tempo para relaxar e apreciar um cafezinho com os amigos.

(Autor Desconhecido)